

AS GRANDES HERESIAS

AS HILAIRE BELLOC GRANDES HERESIAS

TRADUÇÃO DE
Antônio Emílio Angueth de Araújo



RIO DE JANEIRO



EDITORA PERMANÊNCIA

© The great heresies, Hilaire Belloc – 1938

Tradução ANTÔNIO EMÍLIO ANGUETH DE ARAÚJO

Projeto gráfico e capa TONI RHODEN

Diagramação Ô DE CASA

Editora Permanência
Estrada Matapaca 333 - térreo
24320-520 – Niterói – RJ
Tel./fax: 21-2616.2504
permanencia@permanencia.org.br
www.permanencia.org.br

Livraria on line:
www.editorapermanencia.com
editora@editorapermanencia.com

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

B386g

Belloc, Hilaire, 1870-1953

As grandes heresias / Hilaire Belloc ; tradução Antônio Emílio Angueth de Araújo.

Niterói, RJ : Permanência, 2009.

152p.

Tradução de: *The great heresies*

ISBN 978-85-85432-17-1

1. Heresias cristãs. I. Título.

09-5758.

CDD: 262.8

CDU: 27-87

04.11.09 06.11.09

016062

CAPA "Le Croisé", Francis Philip Stephanoff (1790-1860) – Londres, Roy Miles Gallery.
PÁG 5 "Os primeiros cruzados avistam Jerusalém", Sir Frederic W. Burton (1816-1900).



SUMÁRIO



	9
PREFÁCIO	
INTRODUÇÃO: O QUE É UMA HERESIA?	13
CAPÍTULO 1: O ESQUEMA DESTES LIVROS	21
CAPÍTULO 2: A HERESIA ARIANA	27
CAPÍTULO 3: A GRANDE E DURADOURA HERESIA DE MAOMÉ	47
CAPÍTULO 4: O ATAQUE ALBIGENSE	81
CAPÍTULO 5: O QUE FOI A REFORMA?	93
CAPÍTULO 6: A FASE MODERNA	131
NOTA BIOGRÁFICA E BIBLIOGRÁFICA SOBRE HILAIRE BELLOC	147

PREFÁCIO

Dois são os tipos de leitores deste livro: o primeiro é o leitor contemporâneo a Hillaire Belloc, leitor dos trinta anos que se seguiram à sua primeira edição, que data de 1938. Estes apreciaram a fina análise apresentada sobre as grandes heresias, suas causas históricas, suas características, e o impacto provocado por essas heresias na Cristandade ou no que restou dela. Mas existe outro tipo de leitor: aquele, como eu e você, que abre um livro escrito há setenta anos e se espanta com as passagens magistrais onde o autor como que adivinha situações ainda em formação, com seqüências difíceis de serem previstas senão por um espírito lúcido, ponderado e profundo como o de Belloc.

Como expectadores de um mundo que já não é mais uma Civilização Cristã, estamos nós, hoje, em posição de levantar uma espécie de diálogo, onde explicaríamos ao historiador católico como as coisas aconteceram de fato, pois assistimos a elas no presente. Mostrariamos o quanto a análise de Belloc foi precisa e perspicaz, sobretudo no que não pereceu das grandes heresias, certo espírito enraizado e que vai se concentrar na crise moderna.

Que nós participemos desta espécie de teatro da história não espanta, pois somos personagens figurantes e secundários de um drama que talvez já esteja em seu derradeiro ato. O espantoso é ver um homem comum, que não conheceu a Segunda Grande Guerra nem o Concílio Vaticano II, descrever aquilo mesmo que vivemos hoje, que sofremos como católicos e como homens.

O grande G. K. Chesterton, amigo de Belloc, disse ser o homem um animal que avança para o futuro com os olhos postos no passado. O autor de *Orthodoxia* não podia saber o quanto seu amigo fora especial no modo de olhar e no

modo de avançar; ou, se preferirem, com que precisão e firmeza foram marcados os passos deste grande escritor em direção ao futuro.

Uma das maiores qualidades do pensamento de Belloc está na descrição — quase encenação — do mundo envolvente da heresia, abrangendo tanto a vida doutrinária quanto a vida política, social e cultural, mostrando mesmo os sentimentos dos homens mais simples diante de um mundo tocado pelas grandes heresias.

No capítulo sobre o Arianismo, Belloc alerta o leitor sobre a necessidade de se conhecer esses aspectos capitais da sociedade para se ter uma noção mais próxima do que foi e, sobretudo, do que representou para a sociedade e para a Igreja aquela heresia em particular. Esteja atento, leitor, não busque nestas páginas apenas dados de pura história; mas, ao se deparar com o mundo real ali descrito, mergulhe ainda naquele outro quase imaginário de épocas passadas, ou da atual, a nossa, que não foi a do autor, senão pela clareza da sua compreensão do que viria pela frente.

Talvez o capítulo sobre o Islamismo seja o mais marcante neste aspecto. Escrevendo em um período da história do século XX quando o poder político e militar do Islamismo era ainda muito precário, Belloc prevê um renascimento da violência e do poderio militar desta heresia que veio a se transformar em nova religião. Para nós, que conhecemos uma Europa hoje tomada pela presença maciça de milhões de muçulmanos, impondo-se diante de uma Civilização Ocidental esmagada e perdida, as páginas do historiador soam como o dobre tocando sobre a Europa cristã quando a Segunda Guerra começou.

Diversas vezes leremos nestas brilhantes páginas a descrição de verdadeiros milagres que salvaram a Civilização da invasão e domínio total do Islamismo. A última delas em Lepanto, nos idos de 1571. Após o impressionante êxito da esquadra cristã comandada por João da Áustria, o Papa São Pio V instituiu a festa de N. Sra. das Vitórias, mais tarde chamada N. Sra. do Rosário, no dia 7 de outubro. Nesses tempos, o mundo católico ainda seguia as luzes dos santos, e do alto do céu Nossa Senhora reinava como rainha e salvava as almas da heresia e da condenação eterna. Aquela heresia e religião que tanto ameaçara o mundo católico ficará sem forças por quase quinhentos anos. Outras virão. Mas o islamismo só voltará a crescer quando os comunistas perceberem que representam um foco de ressentimentos e vinganças, instigando o terrorismo, armando os países islâmicos e provocando revoluções.

Se é verdade que Belloc previu com muita argúcia o que o futuro reservava para os seguidores de Maomé, não tem, para nós, importância menor a descri-

ção do veneno inoculado nas veias da Civilização Católica pelo espírito protestante: uma Europa dilacerada e cansada por mais de cem anos de guerras de religião encontra-se, no século XVIII, à mercê de uma força nova e vigorosa conduzindo o mundo por direções bem contrárias ao espírito católico.

Compreende-se melhor porque o mundo moder no balança entre um capitalismo de origem protestante e as diversas reações produzidas e ensaiadas há

mais de cem anos. Deste mesmo espírito nascerá o Liberalismo, espécie de verme roedor destruindo lentamente o que restara dos critérios milenares da Civilização católica. Os papas, a partir de Gregório XVI (1831-1846), tentaram reagir, orientando o mundo católico com magistrais encíclicas onde os erros eram claramente definidos e condenados, a verdade pregada sobre os telhados. Pio IX (1846- 1878) escreveu *Quanta Cura* e o *Syllabus*, em 1864; Leão XIII (1878-1903) escreveu *Libertas Praestantissimum*, em 1888. São apenas alguns exemplos, entre muitos outros textos, da reação dos papas contra a grande heresia que amadurecia suas forças de destruição e que tomaria conta do mundo em pouco tempo.

Os homens foram alertados contra a usurpação dos direitos da Igreja, de seu poder espiritual e temporal, de seus territórios e de seus tempos. Os católicos

foram avisados sobre a corrupção dos costumes operada por um mundo mercantilista e materialista. Mas não houve jeito. Com a Europa católica dilacerada em suas convicções e em sua Religião, não mais serão vistas no mundo propostas de vida econômica, política ou social tendo por base a lei natural e divina. Este é um drama que ainda hoje vivemos.

Os séculos passaram, as heresias sucederam-se, e chegamos assim ao último capítulo, à heresia total, chamada por Belloc de “ataque moderno”. Curioso livro nos legou Hilaire Belloc! Ou talvez devesse dizer: curiosa época esta em que o autor escreveu seu livro. Ele sentia que um caminho de renovação espiritual se iniciava; mas não tinha como prever o impossível. Quem poderia afirmar, em 1938, que menos de trinta anos depois o Modernismo seria triunfante no Concílio Vaticano II?

São Pio X (1903-1914) já tinha denunciado a seita dos modernistas em sua magistral encíclica *Pascendi Dominici gregis*, de 1907. O santo Papa percebeu que estava diante de um monstro tentacular, contaminando e atacando a Santa Religião em campos muito diversos. Por isso chamou o Modernismo de “estúrio de todas as heresias”. A síntese realizada é tão luminosa que os próprios modernistas passaram a ter uma visão de conjunto de sua obra nefasta, onde se destruíam os fundamentos da fé, onde era negado à razão humana o conhecimento da verdade, onde se falsificava a força da vontade livre, rebaixando-a à

escravidão do sentir e das paixões. Enfim, havia uma destruição global da natureza humana, da vida social e, principalmente, da realidade sobrenatural da Religião revelada, isso tudo sendo soprado nas almas de modo sutil, per severante e universal.

Mas aquele Papa governou a Igreja com alma de santo, com virtudes heróicas

representando Cristo sob a dignidade l somada ao zelo paternal de um digno

Então, acontecimentos de ordem espiritual começaram a marcar a humanidade. Logo após a morte de São Pio X, a Virgem Maria apareceu a três crianças pobres e analfabetas do interior de Portugal, e descreveu com precisão os horrores da Guerra e as consequências dos pecados dos homens. E como sua mensagem política podia ser desprezada por muitos, realizou estupendo milagre registrado pelos jornais mais anticlericais da época: o sol bailou diante de setenta mil pessoas reunidas na Cova da Iria, em Fátima. Alguns meses antes da Revolução Comunista, em 13 de julho de 1917, Nossa Senhora afirmou que a Rússia espalharia seus erros pelo mundo, muitas pessoas seriam martirizadas e

muitas nações desapareceriam. Disse ainda que toda guerra (por isso que a Primeira Grande Guerra, começou no papado de Pio X (1902-1914). E isso tudo se realizou com muita precisão.

Eis algumas razões do renascimento do pensamento católico percebido pelo autor naqueles anos. Em toda parte surgiram obras católicas, bispos católicos, livros católicos, oriundos desta grande defesa da fé operada por São Pio X contra a heresia modernista e confirmada pela presença da Mãe de Deus nos acontecimentos políticos daquele início de século. Mas o combate continuava, e Belloc sabia que, apesar das aparências, o reino do Anticristo estava sendo preparado nos bastidores do mundo, espalhando-se de modo subterrâneo e penetrando nos lares, nas escolas e mesmo nos seminários católicos.

O resto da história nós conhecemos. Hoje vivemos o desenrolar surpreendente dos acontecimentos, o despertar deste gigante herético e anti-católico, espécie de ciclope espiritual que nos dá a impressão de que estamos sendo devorados.

Mais uma vez a sobrevivência da Civilização Católica, ou melhor, sua restauração, depende da atitude forte de todos os católicos em torno da fé, do conhecimento da verdade e da vida honesta e santa. Uma Cruzada espiritual que, ela — só ela — pode nos devolver a Esperança.

Dom Lourenço Fleichman, OSB

O QUE É UMA HERESIA?



O que é uma heresia e qual é a importância histórica de tal coisa?

Como muitas das palavras modernas, "heresia" é usada vaga e diversamente. É usada vagamente, porque a mente moderna tem tanta aversão à precisão das ideias quanto é enamorada pela precisão das medidas. É usada diversamente, pois dependendo do homem que a usa, pode significar milhares de coisas.

Hoje para muitas pessoas (que usam o idioma inglês) a palavra "heresia" tem a conotação de discussões passadas e esquecidas, um velho preconceito contra a reflexão racional. Por conseguinte, pensa-se que a heresia carece de interesse contemporâneo. O interesse nela está morto, porque trata de assuntos que ninguém leva a sério atualmente. É compreensível que um homem possa se interessar por uma heresia por curiosidade arqueológica, mas se afirmar que ela tenha tido um profundo efeito na história e ainda o tem hoje, ele dificilmente será compreendido.

Mesmo assim, a heresia em geral é um assunto de grande importância para o indivíduo e para a sociedade, e a heresia em seu sentido particular (que é o da heresia na doutrina cristã) é de interesse especial para qualquer um que queira entender a Europa: o caráter da Europa e a história da Europa. Porque a totalidade da sua história, desde o surgimento da religião cristã, tem sido a história de lutas e mudanças, em sua maioria precedidos, com frequência senão sempre causados, e certamente acompanhados por divergências de doutrina religiosa. Em outras palavras, a "heresia cristã" é um assunto especial cuja compreensão é de máxima importância para a compreensão da história europeia, porque a ortodoxia cristã é uma companhia e um agente constante da vida europeia.

Devemos começar pela definição, embora definir algo envolva um esforço mental contra o qual frequentemente resistimos.

2 Heresia é o deslocamento de um esquema completo e auto-suficiente por meio da introdução de uma negação de uma das partes essenciais.

Por “um esquema completo e auto-suficiente” entendemos qualquer sistema afirmativo em física ou matemática ou filosofia, ou em qualquer área, em que as várias partes são coerentes e sustentam-se mutuamente.

Por exemplo, o velho esquema da física, frequentemente chamado de “newtoniano” por ter sido Newton quem melhor o definiu, é um esquema desse tipo. As várias coisas afirmadas por ele sobre o comportamento da matéria, notadamente a lei da gravidade, não são afirmações isoladas que podem ser retiradas à vontade sem desarranjar o resto; são partes de uma concepção ou unidade tal que, se você modifica uma única parte, todo o esquema é descarrilhado.

Outro exemplo de um sistema similar é nossa geometria plana, herdada dos gregos e chamada “euclidiana” por aqueles que pensam (ou têm a esperança) de ter concebido uma nova geometria. Cada proposição em nossa geometria plana – a que diz que a soma dos ângulos internos de um triângulo plano é igual a dois ângulos retos, a que diz que o ângulo inscrito em um semicírculo é reto etc. – não só é sustentada por cada uma das outras proposições do sistema, mas, por sua vez, ela sustenta cada parte individual do todo.

3 Heresia significa, então, distorcer um sistema por meio de uma “omissão”: “escolhendo-se” uma parte da estrutura¹, o que implica que o esquema é desfigurado pela retirada de uma de suas partes, negando-se uma parte dele, quer deixando o vazio sem preenchimento, quer preenchendo-o com alguma outra afirmação. Por exemplo, o século XIX construiu um esquema de crítica textual para estabelecer a data de um documento antigo. Um dos princípios desse esquema é este: que qualquer afirmação de milagre é necessariamente falsa. “Quando você encontrar, em qualquer documento, a descrição de um milagre atestada pelo autor desse documento, você tem o direito de concluir” (nos diz o crítico textual do século XIX, falando todos como um só homem) “que o documento não é contemporâneo ao milagre – não foi escrito na data que pretende ser.” Mas aparece um novo e original crítico que diz: “Não concordo. Penso que milagres acontecem e também que pessoas mentem.” Um homem insurgindo-se assim é um herege em relação a esse particular sistema

¹ A palavra é derivada do verbo grego “haireo” (αἵρω), que primeiro significou “eu percebo” ou “compreendo”, e então veio a significar “eu retiro”. (N. do A.)

“eu

ortodoxo. Uma vez concedida esta exceção, todo um número de certezas negativas se torna inseguro.

Você está certo, por exemplo, que o relato da vida de São Martinho de Tours, feito por quem afirmava ser uma testemunha contemporânea, não é o relato de uma testemunha contemporânea por causa dos milagres que continha. Mas admitindo o novo princípio, esse testemunho pode se tornar contemporâneo: afinal e, portanto, pode ser considerado como histórico se testemunha algo que não é milagroso de forma alguma, mas que não se encontra em nenhum outro documento.

Você lê na vida de um taumaturgo que ele ressuscitou um homem na basílica de Viena no ano 500 d.C. A escola ortodoxa de crítica diria que toda a história é obviamente falsa e, posto que inclui milagres, não é prova de que a basílica de Viena existia naquela data. Mas nosso herege, que desafia o cânone ortodoxo da crítica, diz: “parece-me que o biógrafo do taumaturgo pode estar mentindo, mas ele não teria mencionado a basílica e a data a menos que seus contemporâneos soubessem, assim como ele, que havia uma basílica em Viena naquela data. Uma falsidade não pressupõe falsidade universal do narrador”. E até poderia aparecer um herege ainda mais ousado que dissesse: “Esta passagem não só constitui uma evidência perfeitamente legítima para a existência de uma basílica em Viena no ano 500, mas até considero possível que o homem tenha sido ressuscitado”. Se você concordar com um desses críticos, você está alterando todo o esquema de provas por meio do qual a história verdadeira é peneirada da falsa na crítica textual contemporânea.

A negação completa de um sistema não é uma heresia e não tem o poder criativo de uma heresia. É da essência da heresia deixar intacta uma grande parte da estrutura que ataca. Por isso, ela pode seguir dirigindo-se aos fiéis e continuar a afetar suas vidas os desviando das suas características originais. É por isso que se diz das heresias que “elas sobrevivem pelas verdades que guardam”.

Devemos destacar que, quanto ao valor que a heresia tem no âmbito de estudo histórico, é indiferente que o esquema completo atacado seja verdadeiro ou falso. O que nos interessa é a verdade altamente atraente de que a heresia dá origem a uma vida nova independente que afeta vitalmente a sociedade que ataca. A razão dos homens combaterem as heresias não é somente, ou principalmente, conservadorismo — uma devoção à rotina, uma antipatia à perturbação em seus hábitos de pensamento — é muito mais por uma percepção de que a heresia, à medida que cresce, produzirá um modo de vida e um caráter social que desafia, contradiz e que talvez seja mortal ao modo de vida e ao caráter social produzido pelo esquema antigo e ortodoxo.

Isso já é o bastante em benefício do significado e interesse dessa tão fértil palavra “heresia”.

Seu significado particular, que é usado neste livro, é o de desfigurar por exclusão algo daquele sistema completo, a religião cristã.

Por exemplo, essa religião tem como uma parte essencial (apesar de ser uma parte apenas) a afirmação de que a alma individual é imortal – a consci-

ência pessoal sobrevive à morte física. Se as pessoas acreditam nisso, olham para o mundo e para si mesmas de certa maneira, agem de determinada forma e são pessoas de certo tipo. Se não acreditam nisso (se elas excluem ou se omitem essa crença), há um corte nessa doutrina. Elas podem continuar a manter todas as outras crenças, mas o sistema é modificado, o tipo de vida, caráter e o resto se tornam muito diferente. O homem que está certo de que morrerá para sempre pode muito bem acreditar que Jesus de Nazaré era o Deus de Deus, que Deus é trino, que a Encarnação foi acompanhada de um nascimento virginal, que o pão e o vinho são transformados de uma forma particular; pode recitar um grande número de preces cristãs e admirar e imitar certos cristãos, mas será um homem muito diferente daquele que considera verdadeira a imortalidade.

Porque a heresia nesse sentido particular (a negação de uma doutrina cristã aceita) afeta assim o indivíduo, ela afeta toda a sociedade e quando você estiver examinando uma sociedade formada por uma religião particular, você necessariamente se preocupará ao máximo com as distorções e simplificações dessa religião. Este é o interesse histórico da heresia. Por isso, quem quiser entender como a Europa veio a ser o que é e quais foram as causas das suas mudanças, não pode tratar a heresia como algo sem importância. Os clérigos que lutaram tão furiosamente por detalhes nos concílios orientais tiveram muito mais senso histórico e estavam muito mais em contato com a realidade do que os céticos franceses, familiares aos leitores ingleses através de seu discípulo Gibbon.

¹ Um homem que pensa, por exemplo, que arianismo é uma mera discussão de palavras, não vê que um mundo ariano teria sido muito mais parecido com um mundo muçulmano do que a Europa atual². Ele está muito menos em contato com a realidade do que estava Atanásio quando afirmou que a doutrina é de suma importância. Aquele concílio local de Paris, que pendeu a balança a favor da tradição trinitária foi tão importante quanto uma batalha decisiva, e não entender isto é ser um mau historiador.

² O autor escreveu em 1938. Hoje o islamismo toma conta de cidades inteiras em diversas partes. (N. do T.)

Dizer que tanto o ortodoxo quanto o herege estavam sofrendo de alucinação, que estavam discutindo questões que não tinham real existência e que não valiam o esforço do debate não é uma resposta para tal tese. A questão é que a doutrina (e sua negação) era fundamento da natureza dos homens, e a natureza assim formada determinava o futuro da sociedade composta por aqueles homens.

Há outra consideração em relação a isso que é muito frequentemente omitida atualmente: que uma atitude cética em relação a coisas transcendentais não pode, para um grande número de homens, durar. Que isso seja verdade é o desespero de muitos. Estes deploram a desprezível fraqueza da humanidade que a compele a acreditar em alguma filosofia ou religião a fim de suportar os problemas da vida. Mas temos aqui uma experiência positiva e universal.

De fato, não há como negar isso. É um fato puro e simples. A sociedade humana não pode desenvolver-se sem nenhum credo, porque um código e um caráter são produtos de um credo. Embora alguns indivíduos, especialmente aqueles que levam uma vida privilegiada, possam frequentemente seguir com um mínimo de certeza ou hábitos a respeito de questões transcendentais, uma massa humana orgânica não pode agir da mesma forma. Assim, a Inglaterra atual está sustentada por toda uma religião: a religião do patriotismo. Destrua isso nos homens por algum desenvolvimento herético, “excluindo” a doutrina de que a principal tarefa do homem é para com a sociedade política a que ele pertence, e a Inglaterra, como a conhecemos, iria gradualmente deixar de existir e se tornaria outra coisa.

Heresia, então, não é um assunto fossilizado. É um assunto de permanente e vital interesse para a humanidade porque está associado à religião, sem a qual nenhuma sociedade humana jamais perdurou ou pode perdurar. Aqueles que pensam que o assunto heresia possa ser desprezado porque o termo soa fora de moda e porque está relacionado a diversas disputas há muito abandonadas, cometem o erro comum de pensar nas palavras e não nas ideias. É o mesmo tipo de erro que contrasta os EUA como “república” e a Inglaterra como “monarquia”, enquanto sabemos que o governo dos EUA é essencialmente monárquico e o governo inglês é essencialmente republicano e aristocrático. Não há fim para os mal-entendidos que surgem do uso ambíguo de palavras. Mas se recordarmos o simples fato de que um estado, uma comunidade humana ou uma cultura geral devem ser inspirados por um conjunto de regras morais, e que não pode haver esse conjunto de normas morais sem uma doutrina, então a importância da heresia como tema será clara, porque heresia não significa outra coisa senão “a proposição de novidades em religião, escolhendo-se algo do que tem sido a religião aceita, negando-se ou substituindo-se esse algo por outra doutrina até então não familiar”.

O estudo das sucessivas heresias cristãs, seus respectivos caracteres e destinos, tem um interesse especial para todos nós que pertencemos à cultura europeia e cristã, e esta deve ser uma razão evidente – nossa cultura foi feita por uma religião. Mudanças ou desvios dessa religião afetam necessariamente nossa civilização como um todo.

Toda a história da Europa – seus vários reinos, estados e regiões em geral – durante os últimos 16 séculos foi afetada principalmente por sucessivas heresias surgidas no mundo cristão.

Somos o que somos hoje, e principalmente porque nenhuma daquelas heresias finalmente sobrepujou nossa religião ancestral, mas somos também o que somos porque cada uma delas afetou profundamente nossos ancestrais por gerações, cada heresia deixou um rastro, e uma delas, o grande movimento de Maomé, permanece até hoje uma força dogmática e preponderante num vasto território que foi, um dia, no sso.

Se alguém for catalogar as heresias marcantes da longa história da cristandade, a lista seria infinita. Elas se dividem e se subdividem, existem em várias escalas, variam do local para o geral. Suas vidas se estendem de pouco menos de uma geração a séculos inteiros. A melhor forma de entender o assunto é selecionar uns poucos exemplos proeminentes e, pelo estudo deles, entender a vasta importância que a heresia pode ter.

Tal estudo é o mais fácil, pois nossos ancestrais reconheceram a heresia pelo que ela era, deram-lhe em cada caso um nome particular, submeteram-na a uma definição e, portanto, a limites, e por tal definição facilitaram a análise.

Infelizmente, no mundo moderno, tal hábito de definição foi perdido; a palavra “heresia”, tendo vindo conotar algo antigo e fora de moda, não é mais aplicada a casos que são claramente heresias e que devem ser tratados como tais.

Por exemplo, há atualmente uma negação do que os teólogos chamam de “domínio” – que é o direito à propriedade privada. É amplamente aceito que as leis que permitem a propriedade privada da terra e do capital são imorais; que o solo de todos os bens que são produtivos deve ser comunitário e que qualquer sistema que deixa seu controle a indivíduos ou famílias está errado e, portanto, deve ser atacado e destruído.

A essa doutrina, já muito forte entre nós, que continua crescendo em força e em número de aderentes, não damos o nome de heresia. Pensamos nela apenas como um sistema político ou econômico e, quando falamos de comunismo, nosso vocabulário não sugere nada teológico. Mas isso é apenas porque nos esquecemos do significado da palavra “teológico”. Comunismo é tão heresia quanto

maniqueísmo. Ele retira do sistema moral em que vivemos uma parte particular, nega essa parte e tenta substituí-la por uma inovação. O comunismo retém muito do sistema cristão – igualdade humana, a direito à vida etc. – ele nega uma parte apenas.

O mesmo é verdade para o ataque à indissociabilidade do matrimônio. Ninguém chama de heresia a moderna prática e defesa do divórcio, mas heresia

ela é pelo seu caráter determinante de negação da doutrina católica do matrimônio e a substituição por outra doutrina, qual seja, que o matrimônio não é mais que um contrato e um contrato cancelável.

É igualmente uma heresia, “uma mudança por exclusão”, a afirmação de que nada pode ser conhecido das coisas divinas, que tudo é mera opinião e que, portanto, as coisas que são asseguradas pelos nossos sentidos e por experimentação devem ser nossos únicos guias na organização dos assuntos humanos. Aqueles que pensam assim devem reter, e comumente o fazem, a maior parte da moral cristã, mas porque eles negam a confiança na Autoridade, cuja doutrina é parte da epistemologia cristã, eles são hereges. Não é heresia dizer que a realidade pode ser conhecida por experimentação, por percepção sensitiva e por dedução. É heresia dizer que a realidade não pode ser conhecida por nenhum outro meio.

Vivemos hoje sob o regime da heresia. A única coisa que distingue este dos antigos períodos de heresia é que o espírito herético está generalizado e aparece de várias formas.

Será visto nas páginas que se seguem que eu falo do “ataque moderno” porque algum nome deve ser dado ao assunto antes de discuti-lo, mas a maré que ameaça nos inundar é tão difusa que a cada uma das ondas deve ser dado seu próprio nome; até agora ela não tem um nome comum.

Talvez isso acontecerá, mas não antes que o conflito entre o moderno espírito anticristão e a tradição permanente da fé se torne agudo por meio da perseguição e triunfo ou da derrota. Será então, talvez, chamada de Anticristo.

O ESQUEMA DESTE LIVRO



Proponho, no que se segue, tratar dos principais ataques contra a Igreja Católica que marcou sua longa história. Em todos eles, exceto no ataque do Islã e no confuso, embora onipresente, ataque moderno ainda em progresso, trato de seus fracassos e das causas de seus fracassos. Concluirei com a discussão sobre as chances da atual luta pela sobrevivência da Igreja na própria civilização que ela criou, civilização que está agora, de forma geral, a ponto de abandoná-la.

Há, como todos sabem, uma instituição que se proclama hoje a única mestra autoritativa e divinamente escolhida para o ensino da doutrina essencial e da moral essencial. Essa instituição se chama Igreja Católica.

É uma verdade histórica admitida, que ninguém nega, que a instituição que alega tal coisa tem estado presente entre os homens por muitos séculos. Muitos, por antagonismo ou falta de conhecimento, negam a identidade da Igreja Católica atual com a original sociedade cristã. Contudo, ninguém, nem por hostilidade, nem por ignorância, nega sua presença por treze ou quatorze séculos.

É também historicamente verdadeiro (apesar de não ser universalmente admitido) que a alegação de que esse corpo é uma voz divinamente escolhida para a afirmação da verdadeira doutrina com relação a questões essenciais ao homem (sua natureza, suas tribulações neste mundo, sua condenação ou salvação, sua imortalidade etc.) pode ser encontrada sendo repetida através dos séculos precedentes, desde pouco antes da metade do primeiro século.

Do dia de Pentecostes (algo entre 29 e 33 d. C.) em diante, tem havido um corpo doutrinal permanentemente reafirmado — por exemplo, bem no seu início, a Ressurreição. E o organismo por meio do qual esse corpo doutrinal tem sido

afirmado é, desde o início, um grupo de homens unidos por certa tradição pela qual alegam ter a autoridade em questão.

Assim, devemos distinguir entre duas concepções totalmente diferentes, que são, entretanto, frequentemente confundidas. Uma é o fato histórico de que a alegação de autoridade divina e doutrina infalível foi e é ainda feita; a outra é a credibilidade de tal alegação.

O fato de que a alegação seja verdadeira ou falsa não tem nada, em absoluto, a ver com sua origem e continuidade histórica; ela pode ter surgido por uma ilusão ou impostura; ela pode ter continuado por ignorância; mas isso não afeta sua existência histórica. A alegação foi feita e continua a ser feita, e aqueles que a fazem estão numa continuidade ininterrupta com aqueles que a fizeram inicialmente. Eles formam, coletivamente, um organismo que chamava a si próprio, e ainda o faz, de “A Igreja”.

Ora, contra esse sólido organismo, suas alegações, caráter e doutrinas, têm surgido ataques contínuos ao longo de todo o período de sua existência. Tem havido negações de suas alegações. Tem havido negação desta ou daquela parte de suas doutrinas. Tem havido uma tentativa de substituir essas partes por outras doutrinas. Até mesmo a tentativa de destruição de todo este organismo, a Igreja, tem acontecido com frequência.

Proponho selecionar cinco ataques desse tipo, de um número muito grande – quase ilimitado – de esforços, maiores ou menores, para derrubar o edifício da unidade e da autoridade.

Minha razão para escolher um número tão pequeno de ataques e me concentrar sobre cada um deles como se fosse um fenômeno separado não é somente por necessidade de uma estrutura ou de limites, mas também pelo fato de que, nesses cinco, as principais formas de ataque são exemplificadas. São eles, em ordem histórica: 1- o ariano; 2- o muçulmano; 3- o albigense; 4- o protestante; 5- aquele que ainda não tem nome, mas que chamaremos, por conveniência, de “o moderno”.

Digo que cada uma dessas cinco principais campanhas – cujo sucesso, de qualquer delas, teria resultado na destruição da Igreja Católica, sua autoridade e doutrina perante os homens – apresenta uma característica particular.

O ataque ariano propunha uma mudança de doutrina fundamental, a tal ponto que, caso tivesse prevalecido, toda a natureza da religião teria sido transformada. Não somente transformada, teria fracassado; e com seu fracasso, teria causado a ruptura daquela civilização que a Igreja Católica iria construir.

A heresia ariana (ocupando todo o século IV e ativa ao longo do século V) propunha ir à raiz mesma da autoridade da Igreja, por meio do ataque à divindade

de de seu Fundador. Mas ela fez muito mais, porque sua motivação subjacente era a racionalização do mistério sobre o qual a Igreja se funda: o Mistério da Encarnação. O arianismo foi essencialmente uma revolta contra as dificuldades dos mistérios em geral, expressando-se, contudo, como um ataque apenas ao principal deles. O arianismo é um típico exemplo, em grande escala, daquela reação contra o sobrenatural que, quando está totalmente desenvolvida, suprime da religião tudo aquilo por meio do qual ela vive.

O ataque muçulmano foi de um tipo diferente. Ele veio geograficamente de fora da região da cristandade; apareceu quase do começo como um inimigo externo; mesmo assim, não era precisamente uma nova religião atacando uma antiga. Era essencialmente uma heresia; mas pelas circunstâncias de seu aparecimento, era uma heresia externa, não interna. Ameaçava matar a Igreja Cristã pela invasão, não pela corrosão interna.

O ataque albigense foi somente o principal de um grande número de ataques, todos eles advindos da concepção maniqueísta de uma dualidade no Universo; a concepção de que bem e mal estão numa permanente luta entre iguais e que o Poder Onipotente não é nem único nem benevolente. Intimamente relacionado com essa ideia e inseparável dela estava a concepção de que a matéria é má e que todo o prazer, especialmente o corporal, é mau. Essa forma de ataque, a qual considero a albigense a mais notória e quase vencida ora, foi mais um ataque à moral do que à doutrina; tinha o caráter de um câncer alimentando-se do corpo da Igreja, desde dentro, produzindo uma nova vida própria, antagônica à vida da Igreja e que lhe era de strutiva — tal como um tumor maligno no corpo humano tem sua própria vida, diferente e destrutiva em relação ao organismo no qual surgiu de forma parasitária.

O ataque protestante difere do resto especialmente nesta característica: esse ataque não consistiu na promulgação de uma nova doutrina ou de uma nova autoridade, não tentou criar uma anti-Igreja, mas tinha como princípio a negação da unidade. Foi uma tentativa de promover aquele estado mental no qual uma Igreja no sentido antigo da palavra — isto é, infalível, única, um corpo magisterial, uma Pessoa que fala com autoridade Divina — devia ser negada; não as doutrinas que ela eventualmente professasse, mas a própria alegação de professá-las com autoridade única. Assim, um protestante pode afirmar, como os puseyitas ingleses, que são verdadeiras todas as doutrinas subjacentes à Missa — a Presença Real; o Sacrifício, o poder sacerdotal da consagração etc. — e outro protestante pode afirmar que tudo isso é falso. Mesmo assim, ambos os protestantes são protestantes, porque concordam que a Igreja não é uma personalidade visível, definível e

única, que não há nenhuma autoridade central infalível e que, portanto, cada um é livre para escolher seu próprio conjunto de doutrinas.

Tais afirmativas de desunião, tal negação da alegação de unidade como sendo parte de uma ordem divina produziu, de fato, um temperamento protestante por meio de certas associações históricas; mas não há doutrina, nem um conjunto de doutrinas que possa ser anunciado como sendo o núcleo do protestan-

tismo. A sua essência continua a ser a rejeição da unidade da autoridade.

Finalmente, há aquele ataque contemporâneo à Igreja Católica que está ainda em andamento e ao que não foi dado ainda nenhum nome, exceto o vago termo “moderno”. Eu preferiria, talvez, a velha palavra grega “álogos”³; mas isso teria parecido pedante. Mesmo assim, é uma pena ter de rejeitá-la, pois ela descreve admiravelmente, por analogia, a contenda entre os atuais agressores da autoridade e da doutrina católica e a mentalidade de um crente. A Antiguidade começou quando se deu o nome “álogos” àqueles que menosprezavam ou negavam, apesar de se autodenominarem cristãos, a divindade de Cristo. Eles, supostamente, agiam assim por falta de “inteligência” no sentido de “totalidade de compreensão”, “amplitude de apreensão”. As pessoas consideravam essa classe

de racionalismo tal como os indivíduos normais consideram um daltônico.

Poderia-se também escolher o termo “positivismo”, pois o movimento moderno se baseia na distinção entre coisas positivamente provadas experimentalmente e coisas aceitas por outras razões; mas o termo “positivismo” já tem uma conotação especial e usá-lo causaria confusão.

De qualquer forma, apesar de não termos até agora nenhum nome específico, todos conhecemos o espírito a que me refiro: “Que somente é verdade o que pode ser apreciado pelos sentidos e submetido à experimentação. Que somente se pode crer por completo naquilo que puder ser completamente medido e testado por tentativas repetidas. Que aquilo que em geral se chamam ‘declarações religiosas’ são sempre *presumivelmente* e às vezes *demonstradamente* um conjunto de ilusões. Que a própria ideia de Deus e tudo o que se segue é uma construção humana e invento da imaginação”. Esse é o ataque que substituiu todos os antigos, que está agora ganhando terreno tão rapidamente e em cujo sucesso seus devotos (tal como os devotos dos ataques anteriores) têm crescente confiança.

Tais são os cinco grandes movimentos antagônicos à Fé. Concentrar nossa atenção em cada um deles por vez nos ensinará, por meio de exemplos diferen-

³ Do grego, *a* [partícula negativa] + *logos* [razão, verbo, palavra].

tes, o caráter de nossa religião e a estranha verdade de que os homens não podem escapar de ter simpatia por ela ou odiá-la.

Concentrar-nos nesses cinco principais ataques tem um valor adicional, pois eles parecem esgotar todas as direções das quais o assalto pode ser desferido contra a Fé Católica.

Sem dúvida, no futuro haverá mais conflitos. De fato, podemos estar seguros de que isso é inevitável, pois é da natureza da Igreja provocar a ira e o ataque do mundo. Talvez mais tarde teremos que nos defrontar com o pagão vindo do Oriente, ou talvez, cedo ou tarde, com o desafio de um sistema completamente novo — não uma heresia, mas uma nova religião. Mas os principais tipos de ataque parecem exaurir a lista que a história até agora registrou.

Tivemos exemplos de heresia trabalhando desde o exterior e formando um novo mundo ao seu estilo, do qual o Islã é o grande exemplo. Tivemos exemplos de heresia atacando a raiz da Fé, a Encarnação, e especializando-se nisso — da qual o arianismo foi o grande exemplo. Tivemos o crescimento de um corpo estranho no interior, os albigenses e todos os seus parentes maniqueus anteriores e posteriores. Tivemos o ataque contra a personalidade e a unidade da Igreja — que é o protestantismo. E agora nós presenciamos, ainda que o protestantismo esteja em seu ocaso, o surgimento de uma nova forma de conflito — a proposta de tratar todas as afirmações transcendentais como ilusão. Parece que o futuro não nos pode reservar senão uma repetição dessas formas.

A Igreja pode assim ser considerada como a cidadela que apresenta certo número de faces, formadas entre os ângulos de suas defesas, que são atacadas, uma por vez, e depois do fracasso de um ataque, a face vizinha sofre o impacto da batalha. O último assalto, o moderno, parece mais uma tentativa para dissolver a guarnição militar — aniquilar o seu poder de resistência por meio da sugestão — mais do que por um conflito bélico.

Com essa última forma, a lista parece ter chegado ao fim. Quando esse último perigo for dissipado — caso se dissipar — o próximo só pode surgir com uma roupagem que já conhecemos.

Posso ser arguido, como forma de um pós-escrito a este prelúdio, por que não incluí qualquer menção aos cismas. Os cismas são ataques à vida da Igreja Católica tanto quanto as heresias. O maior cisma de todos, o grego ou ortodoxo, que produziu a comunhão grega ou ortodoxa, constitui manifestamente uma ruptura em nossa força. Mesmo assim, penso que as várias formas de ataque à Igreja por meio de doutrinas heréticas se encontram em uma categoria distinta à dos cismas. Sem dúvida, um cisma contém comumente uma heresia, e sem dú-

vida certas heresias tentaram apelar a que devêssemos nos reconciliar com elas como poderíamos fazer com um cisma. Mas, embora os dois males comumente surjam juntos, ainda assim são diferentes; e enquanto estudamos um, é melhor que não nos preocupemos com o outro durante o curso do estudo.

Nestas páginas examinarei, um por vez, os cinco grandes movimentos que mencionei e os tomarei em ordem histórica, começando com a questão ariana – que, como foi a primeira, foi também, talvez, a mais temível.

A HERESIA ARIANA



O arianismo foi a primeira das grandes heresias. Houve inúmeros movimentos heréticos nos três primeiros séculos de existência da Igreja, desde sua fundação em Pentecostes, ocorrida entre 29 e 33 d.C.⁴ A motivação de quase todas elas era a natureza de Cristo.

A pregação, a personalidade e os milagres de Nosso Senhor, mas acima de tudo sua ressurreição, tiveram o efeito de promover a concepção de um poder divino. Esta concepção impregnou toda a questão para todo aquele que tivesse um mínimo de fé nas maravilhas apresentadas.

A tradição central da Igreja neste caso, e em todos os outros, foi firme e clara desde o começo. Nosso Senhor foi indubitavelmente um homem. Ele nasceu como os homens nascem, Ele morreu como os homens morrem. Ele viveu como um homem e foi conhecido como homem por um grupo de íntimos companheiros e por um grande número de homens e mulheres que o seguiam, o ouviam e que testemunharam suas ações.

Mas — disse a Igreja — Ele também era Deus. Deus veio à terra e se encarnou como um homem. Ele não foi apenas um homem influenciado pela divindade, nem uma manifestação da divindade sob a aparência de um homem. Ele era, ao mesmo tempo, totalmente Deus e totalmente homem. Sobre isso a tradição central da Igreja nunca hesitou. Isso foi considerado verdadeiro desde o início por todos que tinham autoridade para falar.

⁴ Para uma discussão a respeito da data da Crucificação, Ressurreição e Pentecostes indico aos leitores o trabalho objetivo e erudito de J.P. Arendzen, *Men and manners in the days of Christ, Bread and Word* (1928). Das evidências, que são exaustivamente examinadas, fica claro que a data não é anterior a 29 d.C., e pode ser de alguns anos mais tarde, sendo que a data tradicional é mais amplamente aceita a 33 d.C. (N. do A.)

Mas um mistério é necessariamente, pela sua própria natureza, incompreensível; portanto o homem, sendo um ser dotado de razão, tem permanentemente tentado racionalizar os mistérios. Foi assim com esse mistério. Alguns iriam dizer que Cristo era somente um homem, apesar de dotado de poderes especiais. Outros, no extremo oposto, iriam dizer que Ele era a manifestação do divino. Sua natureza humana era uma ilusão. Ficou-se, indefinidamente, num movimento pendular entre esses dois extremos.

Pois bem, a heresia ariana foi em certa forma o resumo e a conclusão de todos esses movimentos do lado não ortodoxo — isto é, de todos aqueles movimentos que não aceitavam o mistério integral das duas naturezas.

Como é muito difícil racionalizar a união do infinito com o finito, como há uma aparente contradição entre os dois termos, a forma final em que se estabeleceu a confusão das heresias foi uma declaração de que Nosso Senhor compartilhava da essência divina no grau máximo possível a uma criatura, mas que Ele era, ao fim de contas, uma criatura. Ele não foi o Deus infinito e onipotente que deve ser por natureza uno e indivisível, e não poderia ser ao mesmo tempo (assim eles diziam) um homem limitado movendo-se e tendo seu ser na esfera temporal.

O arianismo (descreverei mais tarde a origem do nome) desejava conceder a Nosso Senhor todo tipo de honra e majestade, exceto a natureza integral de ser Deus. Ele foi criado (ou, se as pessoas não gostavam do termo “criado”, utilizava-se aquela outra “Ele surgiu”) da Mente Divina antes de tudo o mais. Por Ele, o mundo foi criado. A Ele foi concedido, pode-se (paradoxalmente) dizer, todos os atributos divinos — exceto a divindade.

Essencialmente, esse movimento se originou exatamente da mesma fonte de todos os outros movimentos racionalistas, desde o início até os dias atuais. Originou-se do desejo de visualizar clara e simplesmente algo que está além da possibilidade humana de visão e compreensão. Portanto, embora tenha começado concedendo a Nosso Senhor todas as possíveis honrarias e glórias, exceto a natureza divina, ele inevitavelmente levaria, a longo prazo, ao mero unitarismo⁵ e ao tratamento de Nosso Senhor, finalmente, como um profeta que, apesar de louvado, nada mais seria do que um profeta.

Como todas as heresias necessariamente respiram o ar do tempo de seu surgimento e são necessariamente um reflexo da filosofia de quaisquer ideias não-católicas prevalentes no momento de seu nascimento, o arianismo falou a língua de seu tempo. Não começou como um movimento similar começaria

⁵ Crença num Deus único pessoal, em oposição a um Deus trinitário. (N. do T.)

hoje, fazendo de Noss o Senhor um simples homem e nada mais. Nem tampouco negava o sobrenatural como um todo. O tempo em que surgiu (os anos e o torno de 300 d.C.) era um tempo em que toda a sociedade acreditava no sobrenatural. Mas ele falou de Nosso Senhor como um Agente Supremo de Deus — um Demiurgo — e o considerou como a primeira e maior de todas as emanções da Mente de Deus, emanções estas que a filosofia da moda usava para se livrar da dificuldade de reconciliar o Infinito e simples Criador com o finito e complexo universo.

Isso é o suficiente no que diz respeito à doutrina e no que suas tendências racionalistas teriam vindo a ser caso tivessem sucedido. Teriam provavelmente levado a uma nova religião parecida com o islamismo ou talvez, tendo em conta a natureza da sociedade grega e romana, em algo parecido a um calvinismo oriental.

De qualquer forma, o que acabo de descrever foi o estado dessa doutrina, a forma em que floresceu: uma negação da integral divindade de Nosso Senhor, combinada com a admissão de todos os outros de seus atributos.

Quando falamos das antigas e falecidas heresias, temos de considerar os seus efeitos espirituais, e portanto sociais, muito mais detidamente do que os seus erros meramente doutrinários, em *bora* os seus erros doutrinários sejam a causa fundamental dos seus efeitos espirituais e sociais. Temos de fazer isso porque, quando uma heresia está morta há muito tempo, seu temperamento é esquecido. O tom particular e a impressão inconfundível que imprimiu na sociedade, não sendo mais experimentados, são inexistentes para nós e teriam de ser resuscitados, por assim dizer, por qualquer um que queira falar sobre a história verdadeira. Sem uma explicação deste tipo, seria impossível fazer um católico atual de Berna ou um camponês da região de Lourdes — onde o calvinismo, outrora predominante, hoje está morto — entender o atrativo e o caráter individual do calvinismo tal como este ainda sobrevive na Escócia e em setores dos Estados Unidos. Temos, pois, que reconstruir aqui esta atmosfera ariana, porque até que compreendamos o seu atrativo espiritual e, portanto, social, não podemos dizer que *realmente* o conhecemos em absoluto.

Além disso, é preciso compreender o sabor ou o caráter pessoal íntimo de um movimento e seu efeito individual na sociedade a fim de entender sua *importância*. Não há maior erro em toda a amplitude de uma má história do que *imaginar* que diferenças doutrinárias não têm um intenso efeito social por que são abstratas e aparentemente *distantes* das coisas práticas da vida. Descreva a um chinês atual a discussão doutrinária da *Reforma*, diga-lhe que ela *foi*, *acima* de

tudo, a negação da doutrina de uma só Igreja visível e a negação da autoridade especial de suas autoridades. Isso tudo seria verdade. Ele, então, entenderia o que houve nesta Reforma tal como entenderia uma expressão matemática. Mas acaso isso o faria entender os huguenotes franceses de hoje, a maneira prussiana na guerra e na política, a natureza da Inglaterra e seu passado desde que o puritanismo surgiu neste país? Acaso ele entenderia os *Orange Lodges*⁶ ou o sistema moral e político de, digamos, H. G. Wells ou de Bernard Shaw? Claro que não. Contar a um homem a história do tabaco, dar a ele a fórmula da nicotina (se é que existe tal coisa) não é fazê-lo entender o que significa o aroma do tabaco e os efeitos de fumá-lo. Isso acontece com o arianismo. Dizer simplesmente o que foi o arianismo desde o ponto de vista doutrinário é o mesmo que enunciar uma fórmula, mas não é mostrar a coisa em si.

Quando o arianismo surgiu, atingiu uma sociedade que já era, e por muito tempo, uma comunidade universal da qual todo homem civilizado era um cidadão. Não havia nações separadas. O Império Romano era um Estado do Eu frates ao Atlântico e do Saara aos altiplanos escoceses. Ele era governado de maneira monárquica por um Comandante-chefe, ou Comandantes-chefes, das forças armadas. O título do cargo de Comandante-chefe era *Imperator* — do qual se deriva o nosso Imperador — e, portanto, falamos daquele Estado como o “Império Romano”. O que o imperador ou imperadores associados declaravam (houve dois deles, cada um com um coadjuvante, totalizando quatro, mas essa situação logo se transformou naquela em que havia um chefe supremo e único), esta era a atitude oficial do império como um todo.

Os imperadores e, assim, todo o sistema oficial dependente deles, foram anticristãos durante a fase de crescimento da Igreja Católica no seio das sociedades pagãs romana e grega. Por quase trezentos anos os imperadores e o sistema oficial daquela sociedade consideraram a crescentemente poderosa Igreja Católica como uma ameaça externa e perigosa às tradições e, portanto, à força do mundo antigo romano e grego. A Igreja era em certo modo um Estado dentro de um Estado, possuindo suas próprias autoridades, os bispos, e sua própria

⁶ A Ordem de Orange (em inglês *Orange Order*) é uma organização de fraternidade protestante, fundada em 1795 na Irlanda para comemorar a vitória do protestante Guilherme de Orange contra o rei católico Jaime II na Batalha do Boyne em 1690. Durante a insurreição irlandesa de 1798, a Ordem tornou-se o principal vínculo entre a coroa britânica e os protestantes, e desde então visa a defender a união da Irlanda (primeiramente) e da Irlanda do Norte (atualmente) à Coroa Britânica. As atividades da Ordem de Orange são geralmente polémicas, suas lojas (*Orange Lodges*) adotam uma organização e ritual de cunho maçônico. A Ordem é marcada pelo sentimento antitácito. (N. do E.)

organização, altamente desenvolvida e poderosa. Estava em todo lugar. Contrastava fortemente com o velho mundo em que estava inserida. A vida de um seria a morte do outro. O velho mundo se defendia por meio da ação dos últimos imperadores pagãos. Eles lançaram muitas perseguições contra a Igreja, terminando com uma drástica perseguição que fracassou.

Ao princípio, a causa católica foi apoiada e depois abertamente sustentada por um homem que venceu todos os seus rivais e se estabeleceu como o monarca supremo sobre todo o Estado: o imperador Constantino Magno, que governou desde Constantinopla, a cidade que ele fundou e chamou de “Nova Roma”. Depois deste acontecimento, o governo central do Império era cristão. Por volta do ano de 325 d.C., quase três séculos depois de Pentecostes, a Igreja Católica tinha se tornado a religião oficial do Império, ou pelo menos do palácio, e assim permaneceu (excetuando-se um breve intervalo) enquanto o império durou.⁷

Mas não se deve imaginar que a maioria dos homens até então tenha aderido à religião cristã, mesmo no oriente grego. Eles certamente não professavam aquela religião, tal como a maioria no ocidente latino.

Em todas as grandes mudanças ao longo da história, as partes em conflito eram minorias inspiradas com diferentes graus de entusiasmo ou falta dele. Essas minorias tinham vários motivos e estavam lutando, cada uma delas, para impor sua atitude mental sobre a massa hesitante. Dessas minorias, os cristãos eram a maior e, o que é mais importante, a mais ansiosa, a mais convincente, e a única total e rigidamente organizada.

A conversão do imperador trouxe ao cristianismo um grande e crescente número de indivíduos provenientes da maioria indecisa. Estes, talvez em sua maior parte, dificilmente entendiam essa coisa nova à qual eles estavam aderindo. Certamente a maioria não se comprometeu tão fortemente com a nova crença, mas isso novo tinha triunfado politicamente e isso bastava para eles. Muitos outros

⁷ Não é fácil estabelecer o ponto exato a partir do qual a religião oficial do Estado romano, ou mesmo do Império, se tornou cristã. A vitória de Constantino na Ponte Milví ocorreu no outono de 312. O Édito de Milão, assinado por ele e Licínio, que permitia a prática da religião cristã em todo o Império, foi publicado no início do ano seguinte, 313. Quando Constantino se tornou o único imperador, logo passou a viver como um catecúmeno da Igreja Cristã, ainda que tenha permanecido chefe da antiga e pagã organização religiosa, como *Pontifex Maximus*. Ele não o foi, no entanto, até próximo de sua morte, em 337. E embora convocasse e presidisse reuniões de bispos cristãos, estes eram ainda um corpo separado inserido numa sociedade principalmente pagã. O próprio filho de Constantino e seu sucessor tinham simpatia pelo antigo e moribundo paganismo. O Senado não mudou, senão depois de um período de uma geração. A destruição definitiva da antiga religião pagã romana ocorreu e teve de esperar até Teodósio, bem no fim do século. Todo o processo acabou com o primeiro de um navio da humanidade há mais de oitenta anos. [N.d.A.]

se arrependeram de ter abandonado os antigos deuses, mas não achavam que valia a pena arriscar-se em defendê-los. Outros, em muito maior número, não tinham a mínima preocupação sobre o que restava dos antigos deuses, sem que por isso sentissem um interesse maior com as novidades cristãs. Mas no meio de tudo isso, havia uma forte minoria de pagãos altamente inteligentes e determinados, que tinham ao seu lado não somente as tradições de uma rica classe go-

vernante, mas também o grosso dos melhores escritores e, claro, o poder outorgado pela memória viva da sua longa posição dominante na sociedade.

Havia ainda outro elemento daquele mundo, isolado do resto, e um elemento cuja compreensão nos é extremamente importante: o exército. Por que nos é tão importante esse entendimento ficará claro num momento.

Quando o poder do arianismo manifestou-se naqueles primeiros anos do Império oficialmente cristão e seu governo universal que se estendia pelo mundo greco-romano, o arianismo se tornou o núcleo ou o centro de muitas forças que seriam, por si mesmas, indiferentes à sua doutrina. Tornou-se o ponto de encontro de muitas e fortes tradições que ainda sobreviviam do antigo mundo: tradições – não religião – intelectuais, sociais, morais, literárias e tudo o mais.

Podemos descrever a situação mais vividamente, usando a gíria moderna, dizendo que o arianismo, assim vigorosamente presente em grandes e novas discussões dentro do corpo da Igreja Cristã quando esta conquistou o apoio oficial e se tornou a religião do Império, atraiu toda a *intelligentsia*, pelo menos metade dos esnobes e quase todos os sin-ceros idealistas *conservadores* – nominalmente cristãos ou não. Atraiu, como sabemos, grande número daqueles que eram definitivamente cristãos. Mas era também o ponto de encontro das forças não-cristãs que eram tão importantes na sociedade de então.

Grande parte da nobreza antiga estava relutante em aceitar a revolução social que implicava o triunfo da Igreja Cristã. Os nobres naturalmente se ligaram a um movimento que eles instintivamente percebiam ser espiritualmente oposto à vida e à sobrevivência da Igreja e que possuía uma atmosfera de superioridade social em relação à população em geral. A Igreja dependia e era apoiada pelas massas. Homens ricos e de família tradicional consideravam o ariano mais simpático que o católico ordinário e um melhor aliado de um cavalheiro.

Muitos intelectuais pensavam da mesma forma. Estes não tinham a tradição social e familiar do passado, mas tinham o orgulho da cultura. Lembravam-se, com saudade, do prestígio dos antigos filósofos pagãos. Suspeitavam que essa grande revolução, do paganismo para o catolicismo, destruiria as antigas tradições culturais e suas próprias posições culturais.

Os esnobes, que são sempre um vasto corpo em qualquer sociedade—isto é, os indivíduos que não têm opiniões próprias, mas que seguem o que eles acreditam ser a coisa mais honorífica do momento — estavam divididos. Talvez a maioria seguisse a tendência da corte oficial e se ligasse abertamente à nova religião. Mas, havia sempre certo número que pensava ser mais “chique”, mais “o máximo”, demonstrar simpatia para com as antigas tradições pagãs, para com as grandes famílias pagãs, para com a venerável cultura pagã herdada de tão longa data, etc. Tudo isso reforçou o movimento ariano porque era destrutivo ao catolicismo.

O arianismo tinha ainda outro aliado, e a natureza desta aliança é tão sutil que requer um exame cuidadoso. Ele tinha como aliado a tendência do governo, em uma monarquia absolutista, de temer as emoções presentes na mente das pessoas, especialmente das pessoas pobres: emoções estas que, caso se espalhassem, se exacerbassem e capturassem a massa, poderiam se tornar tão fortes para serem controladas que não poderiam deixar de ser consideradas. Há aqui um importante paradoxo a ser reconhecido.

Um governo absolutista, especialmente nas mãos de um só homem, parecia, superficialmente, ser o oposto a um governo popular. Parece haver uma contradição entre eles, para aqueles que ainda não viram uma monarquia absolutista em funcionamento. Para aqueles que já viram, é o oposto. Um governo absolutista é a defesa das massas contra o poder nas mãos de alguns poucos, ou contra o poder dos exércitos nas mãos de alguns poucos. Portanto, pode-se imaginar que o poder imperial de Constantinopla seria mais simpático às massas católicas do que aos intelectuais e aos outros que apoiavam o arianismo. Mas devemos lembrar que embora um governo absolutista tenha sua razão de existência justamente na defesa da população contra os poucos poderosos, mesmo assim ele gosta de reinar. Não gosta de sentir que há um Estado rival ao seu próprio poder. Não gosta de sentir que as grandes decisões podem ser impostas por organizações que não as oficiais. Esta é a razão de muitos imperadores, mesmo os mais cristãos, e seus auxiliares sempre terem tido, no íntimo de suas mentes, durante o primeiro período do movimento ariano, uma simpatia em potencial pelo arianismo, e esta é a razão dessa potencial simpatia parecer, algumas vezes, simpatia real e uma declaração pública de arianismo.

Havia ainda um aliado adicional do arianismo que o ajudou a quase triunfar: o exército.

A fim de entender quão poderoso tal aliado era, devemos apreciar o que significava o Exército Romano naquele século e como ele era composto.

O exército era, quantitativamente, apenas uma fração da sociedade. Não temos certeza do tamanho dessa fração; no máximo, era constituída por meio milhão de pessoas — provavelmente, muito menos. Mas tratar desse assunto apenas quantitativamente seria ridículo. O exército era normalmente metade, ou um pouco mais da metade, do Estado. O exército era o verdadeiro cimento, a estrutura, para usar uma metáfora, a força de coesão e o apoio do próprio “espírito” do Império Romano naquele século IV; tinha sido assim por séculos antes e estava fadado ainda a sê-lo por séculos a frente.

É absolutamente essencial entender esse ponto, pois ele explica três quartos do que aconteceu, não somente no caso da heresia ariana, mas de todos os demais fatos ocorridos entre os dias de Mário (em cuja administração o Exército Romano se tornou profissional) e o ataque muçulmano sobre a Europa, isto é, de mais de um século antes da era cristã até o começo do século VII d.C. A posição política e social do exército explica todos estes sete séculos, e mais.

O Império Romano era um estado militar. Não era um estado civil. A via de acesso ao poder passava pelo exército. A concepção de glória e sucesso, a riqueza em muitos casos, e o poder político dependiam do exército naqueles dias, tal como hoje depende da especulação, das operações de empréstimo de dinheiro, dos conchavos políticos, da manipulação de votos, de chefes e de jornais.

O exército consistia, originalmente, de cidadãos romanos, dos quais a totalidade era italiana. Então, na medida em que o poder do Estado Romano se ampliava, o exército formava tropas auxiliares constituídas de indivíduos ligados a líderes regionais e afiliados ao sistema militar romano, ou mesmo recrutava seu pessoal regular em qualquer província imperial. Havia muitos gauleses — isto é, franceses — no exército, muitos espanhóis, etc., antes do final do primeiro século do Império. Nos dois séculos seguintes—entre 100 e 300 d.C., período que nos levou à heresia ariana — o exército se formou mais e mais do que chamamos de “bárbaros”, um termo que significava não selvagens, mas indivíduos de fora das fronteiras do Império Romano. Eles eram mais fáceis de ser disciplinados, sua contratação era mais barata que a de cidadãos romanos. Eram também menos habituados às artes e aos confortos da civilização do que os cidadãos que viviam dentro das fronteiras do Império. Grande número deles era germânico, mas havia muitos eslavos e muitíssimos mouros, árabes, sarracenos e mesmo não poucos mongóis, vindos do Oriente.

Esse grande corpo do Exército Romano era estritamente unido por sua disciplina, mas ainda mais por seu orgulho profissional. Era longo o período de serviço militar. Um homem pertencia ao exército desde sua adolescência até a meia idade. Ninguém mais, exceto o exército, possuía o poder físico. Não havia

como resistir a ele por meio da força física e ele era, num certo sentido, o governo. Seu comandante era o monarca absoluto de todo o estado. *Pois bem, o exército se tornou solidamente ariano.*

Este é o detalhe fundamental de todo o assunto. Se não fosse por causa do exército, o arianismo nunca teria significado o que veio a significar. Com o exército — e o exército com todo o entusiasmo a seu lado — o arianismo quase triunfou e conseguiu sobreviver mesmo quando representava pouco mais do que as tropas e seus principais chefes.

É verdade que certo número de soldados germânicos de fora do Império tinha sido convertido por missionários arianos no momento em que a alta sociedade era ariana. Mas essa não é a razão pela qual o exército, como um todo, se tornou ariano. O exército se tornou ariano porque percebeu que o arianismo era uma coisa diferente, que o faria, tal como aos intelectuais, superior à massa de civis. Ao abraçar o arianismo, o exército se sentiu superior às massas populares. Os soldados, tanto bárbaros quanto do interior do Império, sentiram simpatia para com o arianismo pela mesma razão que as antigas famílias pagãs o fizeram. O exército então, e especialmente os chefes militares, defendeu a nova heresia de todos os modos e ela se tornou um tipo de teste se você era alguém — um soldado, em contraste a um desprezível civil — ou não. Pode-se dizer que surgiu um feudo entre os chefes do exército, de um lado, e os bispos católicos, de outro. Certamente havia uma divisão — uma divisão oficial entre a população católica nas cidades, o campesinato católico no campo e o soldado, quase universalmente ariano; e o enorme efeito dessa união entre a nova heresia e o exército, é o que veremos em funcionamento no que se segue.

Agora que vimos qual era o espírito do arianismo e que forças constituíam seu aroma e sabor, vejamos de onde ele tirou seu nome.

O movimento, que negou a *integral* divindade de Cristo fazendo dele uma criatura, tinha o nome de certo Ário (em latim *Arius*), um clérigo africano que falava grego, muito mais velho que Constantino e já famoso como uma força religiosa antes das vitórias de Constantino e da primeira investidura imperial.

Note-se que Ário era apenas o cume de um longo movimento. Qual era a causa de seu sucesso? Duas coisas combinadas. A primeira é o impulso de tudo o que veio antes dele. A segunda foi a repentina libertação da Igreja, concedida por Constantino. A isso deve inegavelmente ser acrescido algo da própria personalidade de Ário. Homens desse tipo que se tornam líderes têm um impulso pessoal proveniente de seu passado que os impele. Eles não se tornariam o que se tornaram se não tivessem algo em si mesmos.

Penso que podemos considerar que Ário teve o efeito que teve por causa de uma convergência de forças. Havia nele uma grande ambição, do tipo que você encontrará em todos os heresiarcas. Havia um forte elemento de racionalismo. Havia também entusiasmo pelo que ele acreditava ser a verdade.

Sua teoria não foi certamente uma descoberta pessoal, mas ele a transformou em uma coisa sua; ele a identificou com o seu nome. Ademais, ele oferecia forte resistência a quem imaginava o estar perseguindo. Sofria de excessiva vaidade, como quase todos os reformadores. No topo de tudo isso, toda aquela fina cobertura de simplicidade, “senso comum”, que imediatamente atrai as multidões. Mas ele nunca teria tido todo aquele sucesso não fosse por algo eloquente a seu respeito e um poder impulsivo.

Ele já era um homem de certa posição, provavelmente nascido em Cirenaica (região ao Norte da África, a leste de Trípoli), a despeito de ser dito que ele teria nascido em Alexandria, porque foi em Alexandria que ele viveu. Foi discípulo do grande crítico de seu tempo, o mártir Luciano de Antioquia. No ano de 318, presidia a Igreja de Bucalis, em Alexandria, e desfrutava da alta estima do bispo da cidade, Alexandre.

Ário foi do Egito para Cesareia, na Palestina, difundindo, com paixão, seu já conhecido conjunto de ideias unitárias e racionalistas. Alguns dos bispos orientais começaram a concordar com ele. É verdade que duas dioceses sírias, Antioquia e Jerusalém, resistiram; mas aparentemente a maior parte da hierarquia síria estava inclinada a dar ouvidos a Ário.

Quando Constantino se tornou o chefe de todo o Império em 325, Ário tentou cativar o novo chefe do mundo. O grande bispo de Alexandria, Alexandre, o tinha excomungado, mas relutantemente. O velho imperador pagão, Licínio, tinha dado proteção ao novo movimento.

Uma batalha de extrema importância começou. Os homens não entendiam a sua importância, mas suas emoções eram excitadas violentamente. Se esse movimento de rejeição da integral divindade de Nosso Senhor tivesse sido vitorioso, toda a nossa civilização teria sido muito diferente do que foi daquele momento em diante. Todos sabemos o que acontece quando uma tentativa para simplificar e racionalizar os mistérios da Fé sai vitoriosa em qualquer sociedade. Temos agora diante de nós o final da experiência da Reforma e a envelhecida mas ainda vigorosa heresia muçulmana, que pode aparecer com renovado vigor no futuro. Tais esforços racionalistas contra o Credo produzem uma gradual degradação social, seguida da perda daquela ligação direta entre a natureza humana e Deus, possibilitada pela Encarnação. A dignidade humana é diminuída.

A autoridade de Nosso Senhor é enfraquecida. Ele começa a parecer, mais e mais, como um homem – talvez, um mito. A substância da vida cristã é diluída. Ela minguia. O que começou como unitarismo se torna paganismo.

Para resolver a disputa que dividiu toda a sociedade cristã, um concílio foi convocado pelo imperador em 325 para a cidade de Niceia, a oitenta quilômetros da capital. Os bispos de todo o Império foram convocados, e mesmo os bispos de alguns distritos externos ao império, onde missionários cristãos tinham plantado a Fé. A maioria daqueles que participaram provinha do Império Oriental, mas o Ocidente estava representado por delegados da Sé Primaz de Roma, o que foi de suma importância. Sem a sua adesão, os decretos do Concílio não teriam alcançado plena vigência uma vez que sua presença era requerida para dar integral validade a esses decretos. A reação contra a inovação de Ário foi tão forte que sua derrota, no Concílio de Niceia, foi devastadora.

Nessa primeira grande derrota, quando a vigorosa e vital tradição do catolicismo se afirmou e Ário foi condenado, o credo que seus seguidores esboçaram foi pisoteado como uma blasfêmia, mas o espírito por trás daquele credo e por trás daquela revolta ia ressurgir.

Ressurgiu de imediato e pode-se dizer que o arianismo foi realmente reforçado por sua primeira derrota superficial. Esse paradoxo foi devido a uma causa que se encontra em muitas formas de conflito. O adversário derrotado aprende, com sua primeira rejeição, o caráter daquilo que ele atacou; descobre os seus pontos fracos; aprende como seu oponente pode ser confundido e que tipo de compromissos tem aquele oponente. Fica, portanto, mais bem preparado depois do primeiro confronto do que estava no primeiro ataque. Assim aconteceu com o arianismo.

Para entender a situação, devemos apreciar o fato de que o arianismo, fundado como todas as heresias sobre um erro doutrinal – isto é, sobre algo que pode ser expresso por uma fórmula morta de meras palavras – logo começou a viver, como todas as heresias em seu começo, com uma vigorosa nova vida, caráter e sabor. A disputa que ocupou o século IV, de 325 em diante, não foi, em seus primeiros anos, uma disputa entre formas opostas de palavras, cujas diferenças pareciam pequenas. Ao longo da luta muito cedo ela se converteu em um conflito entre dois espíritos e caracteres opostos: uma disputa entre duas personalidades opostas, tal como podem opor-se as personalidades humanas: de um lado a tradição e o temperamento católico e, de outro, um temperamento amargo e *orgulhoso*, que teria destruído a Fé.

O arianismo aprendeu, desde sua primeira grande derrota em Niceia, a negociar as *formas* o palavreado da doutrina, para se preservar e difundir seu

espírito herético com menos oposição. O primeiro conflito trouxe à baila uma palavra grega que significa “da mesma substância de”. Os católicos afirmaram a integral divindade de Nosso Senhor pelo uso dessa palavra, que implicava que o Filho era da mesma substância divina que o Pai; que era do mesmo Ser, i. e., Deus. Pensou-se que seria suficiente apresentar essa palavra como um teste. Os arianos – pensou-se – não aceitariam a palavra e poderiam, assim, ser distingui-

dos dos ortodoxos e, então, rejeitados⁸.

Mas muitos arianos estavam preparados para negociar, aceitando a mera palavra e negando o espírito no qual ela devia ser lida. Eles estavam dispostos a admitir que Cristo era feito da mesma essência divina, mas não era totalmente Deus; não incriado. Quando os arianos começaram essa nova política de negociação verbal, o imperador Constantino e seus sucessores consideraram essa política uma honesta oportunidade de reconciliação e reunião. O repúdio dos católicos a essa trapaça se tornou, aos olhos daqueles que pensavam assim, mera obstinação; e aos olhos do imperador, rebelião sectária e indesculpável desobediência. “Aqui estão vocês, que se consideram os únicos católicos verdadeiros, prolongando e desnecessariamente tornando amarga uma luta sectária. Porque vocês têm no-

mes populares ao seu lado, se sentem mestres de seus semelhantes. Tal arrogância é intolerável. O outro lado aceitou sua principal demanda; por que não acabam com a discussão e, de novo, se unem? Resistindo, dividem a sociedade em duas partes; perturbam a paz do Império e se tornam tão criminosos quanto fanáticos.” Isso é o que o mundo oficial tendia a formular e honestamente acreditar.

Os católicos responderam: “Os hereges não aceitaram nossa principal demanda. Eles subscreveram uma frase ortodoxa, mas a interpretaram de um modo herético. Eles repetem que Nosso Senhor tem uma natureza divina, mas não que Ele seja totalmente Deus, pois eles ainda dizem que Ele foi criado. Portanto, não os permitiremos em nossa comunhão. Fazer isso seria pôr em perigo o princípio vital pelo qual a Igreja existe, o princípio da Encarnação, e a Igreja é essencial para o Império e para a humanidade.”

Neste ponto, entrou na batalha aquela força pessoal que finalmente tornou o catolicismo vitorioso: Santo Atanásio. A questão foi decidida pela tenacidade e perseverança deste santo, patriarca de Alexandria, a grande Sé Metropolitana

⁸ Foi a famosa “guerra por uma letra”. Os seguidores de Ário utilizavam a palavra *homoiusius* para indicar que Cristo era “semelhante” a Deus e enquanto que a ortodoxia empregava o término *homoiousius* para indicar “da mesma natureza” de Deus. Sendo *ousia* um conceito que significa “substância”, os hereges afirmavam que Cristo era de “uma substância semelhante”, mas não da mesma substância de Deus. (N. do E.)

do Egito. Ele desfrutava de uma posição vantajosa, pois Alexandria era a segunda cidade mais importante do Império Oriental e, como diocese, uma das quatro maiores do mundo. Ele ainda desfrutava do apoio popular, que nunca lhe faltou, e que fez seus inimigos hesitarem ao tomar medidas contra ele. Mas tudo isso não teria sido suficiente se não fosse este homem o que era.

No momento em que tomou parte no Concílio de Niceia, em 325 d.C.,

ele ainda era um jovem — provavelmente com menos de trinta anos de idade — e só participou como diácono, apesar de sua força e eloquência já serem notáveis. Ele viveu 76 ou 77 anos, morrendo em 373 d.C., e durante toda a sua longa vida manteve, com inflexível energia, a integral doutrina católica da Trindade.

Quando a primeira negociação ariana foi sugerida, Atanásio já era bispo de Alexandria. Constantino lhe ordenou readmitir o Ario à comunhão católica. Ele recusou.

Foi um passo muito perigoso, pois todo o mundo admitia o poder integral do monarca sobre a vida e a morte, e a rebelião era considerada o pior dos crimes. Atanásio foi também considerado ultrajante e extravagante, pois a opinião do mundo oficial, dos homens de influência social e em todo o exército, sobre o

qual tudo então repousava, era fortemente favorável a que a proposta ariana devesse ser aceita. Atanásio foi exilado para a Galia. Mas, no exílio, foi ainda mais formidável do que em Alexandria. Sua presença no Ocidente teve o efeito de reforçar o forte sentimento católico de toda aquela parte do Império.

Ele foi chamado de volta. Os filhos de Constantino, que se sucederam um depois do outro à frente do Império, vacilavam entre a política de assegurar o apoio popular — que era católico — e a de assegurar o apoio do exército — que era ariano. Acima de tudo, a corte tendia para o arianismo porque não tinha nenhuma simpatia pelo poder crescente dos clérigos católicos, que rivalizava com o poder leigo do Estado.

O último dos filhos de Constantino e o que mais tempo viveu, Constâncio, tornou-se definitivamente ariano. Atanásio foi exilado muitas vezes, mas a força da causa pela qual lutava estava crescendo.

Quando Constâncio morreu em 361, foi sucedido por um sobrinho de Constantino, Juliano, o Apóstata. Este imperador recorreu ao grande corpo social pagão ainda sobrevivente e quase restabeleceu o paganismo, pois o poder de um imperador, naqueles dias, era muito grande. Mas ele foi morto em batalha com os persas e seu sucessor, Joviano, era definitivamente católico.

Contudo, os altos e baixos ainda continuaram. Em 367, Santo Atanásio, sendo já um ancião de pelo menos setenta e sete anos de idade, foi exilado pela quinta

vez, pelo imperador Valente. Como as forças católicas eram então muito fortes, e Iêo fez retornar mais tarde. Nesta época, Atanásio tinha ganhado a batalha. Ele morreu como o maior dos homens do mundo romano. Este é o valor da sinceridade e da tenacidade combinadas com o gênio.

Mas o exército continuou ariano, e o que temos de acompanhar nas próximas gerações é a prolongada morte do arianismo na parte ocidental de língua lati-

na do Império; prolongada porque foi apoiada pelos principais chefes militares no comando das províncias ocidentais, mas condenado, porque as pessoas, como um todo, o tinham abandonado. Como ele desapareceu é o que descreverei a seguir.

Diz-se frequentemente que todas as heresias morrem. Isso pode ser verdade a muito longo prazo, mas não é necessariamente verdade em qualquer determinado período de tempo. Não é sequer verdadeiro que o princípio vital de uma heresia necessariamente perca sua força com o tempo. Os destinos de muitas heresias têm sido diversos; e a maior delas, o islamismo, não está somente vigorosa, mas é mais vigorosa nos lugares onde dominou originalmente o seu rival, o cristianismo; e é muito mais vigorosa e se acha muito mais estendida dentro da sua própria sociedade do que a Igreja Católica dentro da nossa civilização ocidental, que é produto do catolicismo.

O arianismo, contudo, foi uma daquelas heresias que morrem. O mesmo destino teve o calvinismo nos tempos atuais. Isso não significa que o efeito moral geral ou a atmosfera da heresia desapareça da humanidade, mas que não se creem mais em suas doutrinas criativas, e assim sua vitalidade é perdida e deve finalmente desaparecer.

A Genebra de hoje, por exemplo, é moralmente uma cidade calvinista, embora tenha uma minoria católica muito próxima da metade de sua população, se tornando, às vezes (creio eu), uma pequena maioria. Mas não há sequer um homem em cem em Genebra que aceite, hoje, a teologia altamente definida de Calvino. A doutrina está morta; seus efeitos na sociedade sobrevivem.

O arianismo morreu de duas formas, correspondendo às duas metades em que o Império Romano — que era naqueles dias, para seus cidadãos, todo o mundo civilizado — se dividiu.

A metade oriental tinha o grego como sua língua oficial e era governado desde Constantinopla, que era também chamada de Bizâncio.

Ela incluía o Egito, o Norte da África até Cirene, a costa leste do Adriático, os Bálcãs, a Ásia Menor, a Síria até, aproximadamente, o Eufrates. Era nessa parte do Império que o arianismo floresceu e manteve-se tão poderoso que, entre os anos 300 e 400, ele quase a conquistou.

A corte imperial hesitava entre o arianismo e o catolicismo, com um período temporário de volta ao paganismo. Mas antes que o século terminasse, muito antes do ano 400, a corte se tornou definitivamente católica e parecia certo que ia permanecer assim. Como expliquei acima, embora o imperador e seus auxiliares mais próximos (que chamei de “a corte”) fossem teoricamente todos poderosos (pois, tratava-se de uma monarquia absolutista e os homens não conseguiam pensar em outros termos naqueles dias), mesmo assim, tão poderoso e menos sujeito a mudanças era o exército, sobre o qual repousava toda a sociedade. E o exército significava generais; os generais eram em sua maioria e permanentemente arianos.

Quando o poder central, o imperador e seus auxiliares, se tornou permanentemente católico, o espírito dos militares era ainda principalmente ariano, e esta é a razão de que as ideias subjacentes do arianismo — isto é, a dúvida se Nosso Senhor era ou poderia ser Deus — tenham sobrevivido depois da pregação e da aceitação do arianismo ter formalmente acabado.

Desta forma, como o espírito que permeava o arianismo (a dúvida da integral divindade de Cristo) continuasse, surgiram o que podem ser chamadas de “heresias derivadas” do arianismo, ou “formas secundárias” do arianismo.

Os homens continuaram a sugerir que havia apenas uma natureza em Cristo, sugestão esta que necessariamente terminaria na ideia popular de que Cristo era apenas um homem. Quando isso não mais capturou a máquina oficial, embora continuasse a afetar milhões de pessoas, foi feita nova sugestão, de que havia somente uma Vontade em Cristo, não uma vontade humana e uma vontade divina, mas uma só.

Depois disso, houve o reaparecimento da velha ideia, anterior ao arianismo e sustentada por hereges na Síria, de que a divindade somente habitou em Nosso Senhor durante sua vida. Ele nasceu como um homem, Nossa Senhora era mãe de um homem comum, etc. Em todas as suas várias formas e sob todos seus diversos nomes técnicos (monofisistas, monotelitas e nestorianos, são três dos principais nomes) esses movimentos, ao longo da metade oriental e grega do império, foram esforços para se livrar de — ou racionalizar — o grande mistério da Encarnação; e a sobrevivência deles dependeu do ciúme que o exército sentisse da sociedade civil que o rodeava e da duradoura hostilidade pagã aos mistérios cristãos na sua totalidade. E, sem dúvida, estas heresias dependeram também da eterna tendência humana de racionalizar e rejeitar o que está além do alcance da razão.

Mas havia outro fator para a sobrevivência dos efeitos secundários do arianismo no Oriente. Era o fato que é chamado na política europeia atual de

“particularismo”, isto é, a tendência de uma parte do estado se separar do resto e viver sua própria vida. Quando esse sentimento se torna tão forte que os homens aceitam sofrer e morrer por ele, ele toma a forma de uma revolução nacionalista. Um exemplo de tal coisa foi o sentimento dos eslavos do sul contra o Império Austríaco, que originou a Grande Guerra. Assim, o descontentamento das províncias e distritos com o Poder Central que os governava cresceu com o tempo no Império Oriental; e uma forma conveniente de expressá-lo era favorecer qualquer tipo de crítica contra a religião oficial do Império. Foi assim que grandes grupos no Oriente (e notavelmente um grande número de pessoas na província egípcia) favoreceram a heresia monofisista. Eles expressavam sua insatisfação com o governo despótico de Constantinopla, com os impostos que sobre eles recaíam e com as promoções dadas àqueles próximos, em detrimento dos cidadãos das províncias – além de todo um conjunto de outros descontentamentos.

Assim, as várias formas derivadas do arianismo sobreviveram na metade oriental e grega do Império, embora o mundo oficial tivesse, há muito tempo, retornado ao catolicismo. Isso também explica a razão de se encontrar, hoje, em todo o Oriente, vasto número de cristãos cismáticos – principalmente monofisistas, algumas vezes nestorianos, algumas vezes de comunidades menores – que nem mesmo todos esses séculos de opressão muçulmana foram capazes de uni-los ao corpo cristão principal.

O que pôs um fim, não às seitas, pois elas ainda existem, mas à sua importância, foi o repentino surgimento daquela força enorme, antagônica de todo o mundo grego – o Islã: uma nova heresia surgida do deserto, que rapidamente se tornou uma contra-religião; o implacável inimigo de todos os outros corpos cristãos. A morte do arianismo no oriente foi causada pela inundação do Império Oriental cristão por conquistadores árabes. Em face desse desastre, os cristãos que permaneceram independentes reagiram na direção da ortodoxia como a única chance de sobrevivência, e foi assim que mesmo os efeitos secundários do arianismo desapareceram nos países que se mantiveram livres do jugo dos muçulmanos do oriente.

— No Ocidente, o arianismo teve uma sorte muito diferente. Ali, ele morreu totalmente. Pereceu. Não deixou nada que pudesse ter uma vida duradoura.

A história da morte do arianismo no Ocidente é comumente mal-entendida, porque a maior parte da história escrita até hoje foi baseada num equívoco a respeito da sociedade cristã europeia durante os séculos IV, V e VI, isto é, entre o momento em que Constantino deixa Roma e estabelece a nova capital /

do Império, Bizâncio, e o momento, no início do século VII (a partir de 633 d.C.), quando explode a invasão muçulmana do mundo.

O que nos dizem comumente é que o Império Ocidental foi invadido por tribos selvagens chamadas de godos, visigodos, vândalos, suevos e francos que “conquistaram” o Império Romano Ocidental – isto é, Inglaterra, Gália, a parte civilizada da Alemanha, ao longo do Reno e do Danúbio, Itália, Norte da África e Espanha.

A língua oficial de toda essa parte era o latim. A Missa era celebrada em latim, ao passo que no Império Oriental ela era celebrada em grego. As leis eram escritas em latim, bem como todos os atos administrativos. Não houve nenhuma conquista bárbara, mas uma continuação do que vinha acontecendo há séculos, uma infiltração de pessoas de fora do Império, pois assim elas teriam as vantagens da civilização. Havia também o fato de que o exército, do qual tudo dependia, estava sendo finalmente formado, quase inteiramente, por bárbaros. A medida que o tempo passava, se tornava mais difícil administrar lugares distantes, recolher impostos de províncias distantes ou impor um édito a regiões remotas, e assim os governos dessas regiões foram sendo ocupados, mais e mais, por líderes das tribos bárbaras, que eram, agora, soldados romanos; isto é, chefes e líderes militares.

Dessa forma, foram formados os governos locais na França, Espanha e mesmo na própria Itália que, mesmo se considerando parte do Império, estava praticamente independente.

Por exemplo, quando ficou difícil governar a Itália, tão longe de Constantinopla, o Imperador mandou um general para governar em seu lugar e quando esse general se tornou muito forte, mandou outro para sucedê-lo. Esse segundo general (Teodorico) era também, como todos os outros, um chefe bárbaro de nascimento, embora filho de um servidor romano que tomou parte na corte do Imperador.

Esse segundo general se tornou, por sua vez, praticamente independente.

O mesmo aconteceu no sul da França e na Espanha. Os generais locais tomavam o poder. Eles eram chefes bárbaros que transferiam o poder – isto é, o direito de nomear autoridades do governo e de coletar impostos – a seus descendentes.

Havia ainda o caso do Norte da África – o que chamamos hoje de Marrocos, Argélia e Tunísia. Ali as facções em luta, todas sem conexão direta com o governo de Bizâncio, requisitaram um grupo de soldados eslavos que tinham sido enviado para o Império Romano e tinham se tornado uma força militar. Eles eram chamados de vândalos; e assumiram o governo da província e a governaram a partir de Cartago.

Todos esses grupos de governos locais do Ocidente (o general dos francos e seu grupo de soldados no norte da França, os visigodos ao sul da França e na Espanha, os burgúndios ao sudeste da França, os godos na Itália e os vândalos no norte da África) discordavam do governo oficial do Império em matéria de religião. Os francos, no norte da França – o que chamamos hoje de Bélgica – eram ainda pagãos. Todos os outros eram arianos.

Já expliquei acima o que isso significava. Não era um sentimento doutrinário e sim social. O general godo e o general vândalo, que comandavam seus próprios soldados, sentiam que era mais grandioso ser ariano do que ser católico, como a massa da população. Eles eram o exército; e o exército era muito grandioso para aceitar a religião popular. Era um sentimento muito parecido com o que se pode ver ainda em alguns lugares na Irlanda, e que era universal até recentemente; um sentimento de que a “ascendência” combina muito bem com o anticatolicismo.

Como não há maior força política do que a força de superioridade social, levou muito tempo até que as pequenas cortes locais abandonassem o arianismo. Chamo-as de pequenas porque, embora coletassem impostos de vastas áreas, elas o faziam apenas como administradores. O número real era pequeno comparado com a população católica.

Enquanto os governadores e suas cortes na Itália, Espanha, Gália e África apegavam-se com orgulho aos seus nomes e caracteres arianos, duas coisas, uma repentina e outra gradual, militavam contra seus poderes locais e seu arianismo.

A primeira coisa, repentina, foi o fato de que o general dos francos, que tinha governado a Bélgica, venceu, com sua pequena força, outro general local no norte da França – um homem que governava um distrito a oeste. Ambos os exércitos eram absurdamente pequenos, cada um deles de aproximadamente 4 mil homens; e esse é um bom exemplo de como eram aqueles tempos: o exército vencido, depois da batalha, se juntou ao vencedor. Isso também mostra que naqueles tempos, um general comandando, inicialmente, meros 4 mil homens, e 8 mil depois da primeira vitória, assumia a administração – impostos, tribunais e todos os postos imperiais – de um vasto distrito. Ele tomou grande parte do norte da França tal como seus colegas com forças similares conquistaram a Espanha, a Itália e outros lugares.

Acontece que esse general franco (cujo nome real dificilmente conheceremos, pois ele chegou até nós de forma distorcida, mas que é conhecido como Clodoveo) era um pagão: algo excepcional e mesmo escandaloso no exército de então, quando quase todas as pessoas importantes tinham se tornado cristãos.

Mas o escândalo foi uma benção disfarçada para a Igreja, pois o homem Clodoveo, sendo pagão e nunca tendo se tornado ariano, podia ser convertido diretamente ao catolicismo, a religião popular; e quando aceitou o catolicismo, ele imediatamente teve o apoio de toda a força de milhões de cidadãos e de todo o clero organizado. Ele era um general popular; todos os outros tinham desavenças com seus comandados. Era fácil para ele se impor a grandes grupos de homens armados porque compartilhava com eles os sentimentos populares. Ele venceu facilmente os generais arianos ao sul, e suas tropas se tornaram a maior força militar do Império Ocidental. Ele não era tão forte a ponto de conquistar a Itália e a Espanha, e menos ainda a África, mas deslocou o centro de gravidade do exército romano para longe da decadente tradição ariana – agora mantida por grupos que definhavam.

Foi este o repentino vendaval que atingiu o arianismo no Ocidente. O processo gradual que apressou o desaparecimento do arianismo foi de um tipo diferente. Com o passar dos anos, com a decomposição social, ficava mais e mais difícil coletar impostos, manter a arrecadação e, portanto, manter estradas, portos, edifícios oficiais, a ordem e fazer funcionar todo o resto dos serviços públicos.

Com o declínio financeiro do governo e a desintegração social que o acompanhava, os pequenos grupos que eram nominalmente governos locais, perderam seu prestígio. Por volta de 450 d.C., era grande coisa ser ariano em Paris, Toledo, Cartago, Arles, Toulouse ou Ravena; porém, cem anos mais tarde, por volta de 550 d.C., o prestígio social do arianismo tinha acabado. Valia a pena ser católico; e os pequenos grupos sociais arianos decadentes eram desprezados, mesmo quando atuavam de modo selvagem, tal como o faziam na África. Eles perderam terreno.

A consequência foi que, depois de certo tempo, todos os governos arianos do Ocidente ou se tornaram católicos (como no caso da Espanha) ou, como aconteceu na maior parte da Itália e em todo o norte da África, foram reconquistados diretamente pelo Império Romano de Bizâncio.

Esse último experimento não durou muito. Havia outro corpo de soldados bárbaros, ainda ariano, que veio das províncias do norte e tomou os governos do norte e do centro da Itália e, pouco antes da invasão muçulmana, varreu o norte da África e, finalmente, a Espanha e mesmo a Gália. A administração romana, até agora sobrevivendo na Europa Ocidental, desapareceu. Seu último sinal de existência ao sul foi inundado pelo Islã. Mas muito antes disso acontecer, o arianismo estava morto no Ocidente.

Esse foi o tipo de morte que teve a primeira grande heresia que ameaçou, e finalmente eliminou o instante, desestabilizar e destruir toda a sociedade católica.

O processo durou quase trezentos anos e é interessante notar que, no que toca à doutrina, um período de tempo igual ou um pouco maior foi suficiente para que se esvaziasse a substância das principais heresias dos reformadores protestantes.

Elas também quase triunfaram em meados do século XVI, quando Calvino, sua principal figura, quase derrubou a monarquia francesa. Elas tinham também perdido totalmente a vitalidade já em meados do século XIX – trezentos anos depois.

A GRANDE E DURADOURA HERESIA DE MAOMÉ



Pode ter parecido a qualquer um que acompanhasse o desenrolar dos acontecimentos nos anos iniciais do século VII d.C. — digamos de 600 a 630 — que somente um grande ataque tinha sido desfechado contra a Igreja, o arianismo e seus derivados, que esse ataque tinha sido repellido e que a Fé, tendo saído vitoriosa, estava, agora, segura por tempo indefinido.

A cristandade teria de lutar por sua vida, claro, contra coisas não-cristãs externas, isto é, contra o paganismo. Os adoradores da natureza da alta civilização persa, a leste, lançariam sobre nós ataques militares, tentando nos submeter. O paganismo selvagem de tribos bárbaras, escandinavas, alemãs, eslavas e mongóis, ao norte e no centro da Europa, também atacaria a cristandade e tentaria destruí-la. As populações sob o controle de Bizâncio continuariam a desfilar ideias heréticas como um símbolo de suas objeções. Mas o principal esforço da heresia, pelo menos, tinha fracassado — assim parecia. Seu objeto, a destruição de uma civilização católica unificada, tinha se perdido. Portanto, não se devia temer o surgimento de nenhuma outra heresia, muito menos a ruptura da cristandade.

Por volta de 630 d.C., toda a Gália tinha, há muito tempo, se tornado católica. O último dos generais arianos e suas guarnições na Itália e Espanha, tinha se tornado ortodoxo. Os generais arianos e as guarnições do norte da África tinham sido conquistados pelos exércitos ortodoxos do Imperador.

Foi justamente neste momento, um momento de um catolicismo aparentemente universal e permanente, que soprou uma tormenta de força arrasadora. O Islã surgiu — inesperadamente. Ele surgiu do deserto e submeteu metade de nossa civilização.

O Islã — os ensinamentos de Maomé — conquistou imediatamente pelas armas. Os convertidos árabes de Maomé invadiram a Síria e lá venceram duas grandes batalhas, a primeira em Yarmuk, a leste da Palestina, nos altiplanos acima do Jordão, a segunda na Mesopotâmia. Eles continuaram e tomaram o Egito; avançavam mais e mais em direção ao coração de nossa civilização cristã: todo o esplendor de Roma. Estabeleceram-se em todo o norte da África; atacaram a Ásia Menor, apesar de não terem se estabelecidos lá até então. Poderiam, ainda que ocasionalmente, ameaçar a própria Constantinopla. Finalmente, uma geração depois das primeiras vitórias na Síria, atravessaram o Estreito de Gibraltar em direção à Europa Ocidental e começaram a inundar a Espanha. Alcançaram até o coração da França setentrional, entre Poitiers e Tours, menos de cem anos depois das primeiras vitórias na Síria, em 732.

Eles foram, ao final, empurrados de volta aos Pirineus, mas continuaram a ocupar a Espanha, exceto o noroeste montanhoso. Mantiveram toda a África romana, incluindo o Egito, e toda a Síria. Dominaram todo o oeste e o leste do mediterrâneo: ocuparam suas ilhas, atacaram e deixaram destacamentos armados até no litoral da Gália e da Itália. Dispersaram-se poderosamente pela Ásia Ocidental, submetendo o reino persa. Tornaram-se uma crescente ameaça à Constantinopla. Num período de cem anos, uma grande parte do mundo romano caiu sob o poder dessa nova e estranha força vinda do deserto.

Tal revolução nunca tinha acontecido. Nenhum ataque anterior tinha sido tão repentino, tão violento ou tão permanentemente vencedor. Em alguns anos, desde o primeiro ataque em 634, o Oriente cristão tinha sucumbido: a Síria, o berço da Fé, e o Egito com sua Alexandria, a poderosa Sé cristã. No período de uma geração, metade da riqueza e quase a metade do território do Império Romano cristão caíram nas mãos dos senhores e oficiais muçulmanos, e grande parte da população estava sendo afetada, mais e mais, por esse novo fenômeno.

O governo e a influência muçulmanos tinham tomado o lugar do governo e da influência cristãos e estavam prestes a tornar muçulmano grande parte do Mediterrâneo, a leste e ao sul.

Seguiremos, logo abaixo, o destino desse extraordinário fenômeno que chama a si mesmo de Islã, isto é, a aceitação da moral e das simples doutrinas que Maomé pregou.

Mais adiante descreverei a sua origem histórica, fornecendo as datas de seu progresso e os estágios de seu sucesso original. Descreverei a sua consolidação, seu crescente poder e a ameaça que representou à nossa civilização. Ele quase nos destruiu. Ele manteve acesa a batalha contra a cristandade por quase

mil anos e a história ainda não terminou, de forma alguma; o poder do Islã pode, a qualquer momento, ressurgir.

Mas antes de continuar esta história, devemos compreender duas coisas fundamentais – em primeiro lugar, a natureza do islamismo ; em segundo lugar, a causa essencial de seu súbito e, por assim dizer, miraculoso sucesso ao longo de tantos milhares de quilômetros de território e sobre tantos milhões de seres humanos.

O islamismo foi uma *heresia*: este é o ponto essencial a se compreender antes de continuarmos. Ele começou como uma heresia, não como uma nova religião. Não era um contraste pagão da doutrina cristã, não era um inimigo vindo de fora. Foi uma perversão da doutrina cristã. Sua vitalidade e resistência logo lhe deram a aparência de uma nova religião, mas aqueles que foram contemporâneos ao seu surgimento o viram tal como ele era – não uma negação, mas como uma adaptação e um abuso do fenômeno cristão. Ele diferia de muitas (não todas) heresias neste ponto: não surgiu dentro dos limites da Igreja Cristã. O principal heresiarca, o próprio Maomé, não era, como muitos heresiarcas , um católico de nascimento e de doutrina. Descendia de pagãos. Mas aquilo que ensinava era, em relação à doutrina católica, uma excessiva simplificação. Foi o grande mundo católico – nas fronteiras do qual ele vivia, cuja influência o cercava e cujos territórios ele conhecia por viagens – que inspirou suas convicções. Ele descendia dos idólatras degradados dos desertos árabes e se misturava com eles, cuja conquista nunca pareceu valer a pena aos romanos.

Ele tomou muito poucas daquelas antigas ideias pagãs, que podem ter se tornado familiares a ele a partir de seus ancestrais. Ao contrário, pregou e insistiu naquele grupo de ideias que eram características da Igreja Católica e que a distinguiam do paganismo grego e da civilização romana. Assim, o fundamento mesmo de seu ensinamento foi a doutrina católica básica da unidade e onipotência de Deus. Os atributos de Deus ele também tomou, no geral, da doutrina católica: a natureza pessoal, a bondade, a eternidade, a providência de Deus, seu poder criador como origem de todas as coisas e a sustentação de todas as coisas exclusivamente pelo seu poder. O mundo dos espíritos bons e dos anjos e dos maus espíritos em rebelião contra Deus fazia parte dos ensinamentos, com um espírito maligno principal, tal como a cristandade reconhecia. Maomé pregava com insistência aquela doutrina católica básica relacionada com a natureza humana – a imortalidade da alma e sua responsabilidade pelas ações nesta vida, conjuntamente com a doutrina das consequências de punição e de recompensa depois da *morte*.

Se alguém expõe esses pontos, que o catolicismo ortodoxo tem em comum com o islamismo, e esses pontos somente, poder-se-ia imaginar que, se não se aprofundasse mais, não haveria razão para discussão. Maomé pareceria ser, neste aspecto, quase um tipo de missionário, pregando e difundindo, pela energia de seu caráter, as principais e fundamentais doutrinas da Igreja Católica entre aqueles que tinham sido, até então, uns atrasados pagãos do deserto. Ele prestou a Nosso Senhor a mais alta reverência, e a Nossa Senhora também. No dia do julgamento (outra ideia católica que ele ensinava) era Nosso Senhor, segundo Maomé, que seria o juiz da humanidade, não ele, Maomé. A Mãe de Cristo, Nossa Senhora, foi sempre, para ele, a primeira mulher da humanidade. Seus seguidores até mesmo receberam dos santos Padres da Igreja uma vaga noção da Imaculada Conceição.⁹

Mas o ponto central em que a nova heresia atingiu a tradição católica com um sopro mortal, foi a completa negação da Encarnação.

Maomé não somente deu os primeiros passos na direção dessa negação, como os arianos e seus seguidores tinham feito – ele apresentou uma clara afirmação, total e completa, contra a doutrina de um Deus encarnado. Ensinou que Nosso Senhor era o maior de todos os profetas, mas, mesmo assim, somente um profeta: um homem como qualquer outro. Ele eliminou completamente a Trindade.

A negação da Encarnação fez desmoronar toda a estrutura sacramental. Ele se recusou a reconhecer a Eucaristia com a Presença Real; suprimiu o sacrifício da Missa e, com isso, a instituição de um sacerdócio especial. Em outras palavras, ele, como tantos outros heresiarcas menores, fundou sua heresia a partir de uma simplificação.

Segundo Maomé, a doutrina católica era verdadeira (pelo menos ele parecia dizer isso), mas tinha se tornado sobrecarregada com falsos acréscimos; tinha se tornado complicada por desnecessárias adições puramente humanas, incluindo-se a ideia de que seu Fundador era Divino, e também o crescimento de uma casta parasita de sacerdotes encerrados em um tardio e fantasioso sistema de Sacramentos, que só ela podia administrar. Todos esses acréscimos corruptos deviam ser eliminados.

⁹ Foi deste fato que certos escritores franceses, contrários à Igreja, tiraram a enorme estupidez de que a Imaculada Conceição chegou até nós através de fontes islâmicas. Edward Gibbon, claro, copiou aqui o mesmo erro – com o sempre eficaz – e repetiu esse absurdo em seu livro “Declínio e queda do Império Romano” (*The History of the decline and fall of the Roman Empire*, 1776-1789). [Nota do A.]

Há, portanto, muito em comum entre o entusiasmo com que os ensinamentos de Maomé atacavam o sacerdócio, a Missa e os sacramentos, e o entusiasmo com que o calvinismo, a força motivadora central da Reforma, desfechava os mesmos ataques. Como todos sabemos, o novo ensinamento abrandou as leis do matrimônio – mas, na prática, isso não afetou a massa e seus seguidores, que ainda era monogâmica. Fez do divórcio uma coisa muito fácil, pois a ideia sacramental do casamento desapareceu. Insistia sobre a igualdade dos homens e tinha, necessariamente, aquele fator adicional que lembrava o calvinismo – o senso de predestinação, o senso de destino; que os seguidores de John Knox sempre chamavam de “os decretos imutáveis de Deus”.

Nem Maomé nem tampouco seus seguidores chegaram a desenvolver uma teologia detalhada. Ele se contentou em aceitar tudo que o agradava no esquema católico e em rejeitar tudo o que lhe parecia – e a muitos outros em seu tempo excessivamente complicado ou misterioso para ser verdadeiro. A nota distintiva de todo o assunto foi a simplicidade; e como toda heresia recebe seu vigor de alguma doutrina verdadeira, o islamismo adquiriu a sua força das doutrinas católicas verdadeiras que reteve: a igualdade de todos os homens perante Deus

“Todos os verdadeiros crentes são irmãos”. Ele entusiasticamente pregava – e com isso atraía fiéis – a justiça, tanto social quanto econômica.

Mas, por que essa nova, simples e energética heresia teve um sucesso tão arrasador?

Uma razão é que ela venceu batalhas. Venceu-as de imediato, como vemos quando chegarmos à história do fenômeno. Mas vencer batalhas não teria tornado o Islã permanente, nem mesmo forte, se não houvesse um estado de coisas ávido por tal mensagem e pronto a aceitá-la.

Tanto no mundo da Ásia Oriental quanto no mundo greco-romano do Mediterrâneo, mas especialmente neste último, a sociedade tinha caído, tal como nossa sociedade hoje, numa confusão em que a maior parte dos homens estava desapontada, raivosa e à procura de uma solução para todo um grupo de tensões sociais. Todos eram devedores; todos sentiam sobre si o poder do dinheiro e a conseqüente usura. Havia escravidão em toda parte. A sociedade se assentava sobre isso, como a nossa se assenta sobre a escravidão salarial. Havia cansaço e descontentamento com o debate teológico, que, por toda a sua intensidade, se distanciava das massas. Caía sobre o homem livre, já torturado por débitos, a pesada carga dos impostos imperiais; e havia a irritante interferência do governo central na vida dos homens livres; havia a tirania dos advogados e seus honorários.

A tudo isso, o Islã chegou como um grande alívio e uma solução para a tensão. O escravo que admitia que Maomé fosse o profeta de Deus e que o novo ensinamento tinha, portanto, autoridade divina, deixava de ser escravo. O escravo que adotava o Islã estava, daí para frente, livre. O devedor que “aceitava”, estava livre de suas dívidas. A usura estava proibida. O pequeno fazendeiro ficava aliviado não só de suas dívidas, mas da esmagadora carga de impostos. Acima de tudo, a justiça podia ser administrada sem a necessidade de comprá-la de advogados... Tudo isso em teoria. A prática não era nem de perto tão completa. Muitos convertidos permaneceram devedores, muitos ainda escravos. Mas onde o Islã pisava, havia um novo espírito de liberdade e de alívio.

Foi a combinação de todos esses fatores – o atrativo da simplicidade da doutrina, a eliminação da disciplina clerical e imperial, a imensa e imediata vantagem da liberdade para o escravo e a abolição da ansiedade para o devedor, a suprema vantagem da justiça de graça baseada em poucas e simples leis novas, facilmente compreensíveis – que constituiu a força impulsionadora por trás da incrível vitória social do islamismo. Os tribunais se tornaram acessíveis a todos sem pagamento e deles emanavam veredictos que todos conseguiam entender. O movimento muçulmano foi essencialmente uma “Reforma”, e podemos descobrir muitas afinidades entre o Islã e os reformadores protestantes – sobre as imagens, sobre a Missa, sobre o celibato etc.

O surpreendente parece ser não tanto que a nova emancipação tenha conquistado os homens de forma tão similar a como imaginamos que o comunismo pode se expandir através do nosso mundo industrial atual. O surpreendente é que ainda assim existiu – e persistiu por gerações – uma prolongada e teimosa resistência ao islamismo.

Creio que dessa forma temos delineada a natureza do Islã e do seu primeiro e original resplendor de vitória.

Acabamos de ver qual foi a principal causa da extraordinariamente rápida difusão do Islã; uma sociedade confusa e fatigada, uma sociedade sobrecarregada com a instituição da escravidão; uma sociedade, além de tudo, com milhões de camponeses no Egito, na Síria e em todo o Oriente, esmagados pela usura e pela pesada carga de impostos, a quem foi oferecido alívio pelo novo credo, ou melhor, pela nova heresia. Seu tom era a simplicidade e, portanto, era adequada à mente popular, numa sociedade em que, até então, apenas uma classe restrita mantinha suas discussões sobre teologia e governo.

Esse é o fato principal que explica a imediata expansão do Islã, depois de sua primeira vitória armada. Mas somente isso não explicaria os outros dois

trunfos igualmente impressionantes. O primeiro foi o poder da nova heresia em absorver os povos asiáticos do Oriente Próximo, da Mesopotâmia e das regiões montanhosas da Índia. O segundo foi a riqueza e o esplendor do Califado (isto é, da monarquia muçulmana) nas gerações imediatamente posteriores às primeiras vitórias.

O primeiro desses pontos, difusão sobre a Mesopotâmia, Pérsia e as regiões montanhosas da Índia, não foi, como no caso dos imediatos sucessos na Síria e no Egito, devido ao apelo da simplicidade, libertação da escravidão e alívio das dívidas. Foi devido a um caráter histórico subjacente do Oriente Próximo que sempre influenciou sua sociedade e ainda continua a influenciá-la. Esse caráter é uma espécie de uniformidade natural. Tem sido a ela inerente desde tempos pré-históricos, uma espécie de instinto para a obediência a um líder religioso, que é também um líder civil. Quando falamos de uma antiga luta entre a Ásia e o Ocidente, a palavra “Ásia” significa para nós toda aquela esparsa população das terras montanhosas para além da Mesopotâmia em direção à Índia, sua permanente influência sobre as próprias planícies da Mesopotâmia e sua potencial influência sobre até mesmo os altiplanos e as costas da Síria e a Palestina.

A luta entre a Ásia e a Europa oscila, por um vasto período, como uma maré que sobe e desce. Por quase mil anos, da conquista de Alexandre à chegada dos reformadores muçulmanos (333 a.C. — 634 d.C.), a maré tinha subido em direção ao oriente; isto é, as influências ocidentais — gregas e greco-romanas — tinham inundado a terra em questão. Por um curto período, de aproximadamente dois e meio a três séculos, até a Mesopotâmia era superficialmente grega — e, a propósito, sua classe governante. Então, a Ásia começou a inundar novamente o mundo ocidental. O antigo Império Romano pagão e o Império Cristão que o sucedeu e era governado desde Constantinopla, nunca foi capaz de manter, permanentemente, as terras além do Eufrates. A nova pressão vinda da Ásia em direção ao Ocidente foi liderada pelos persas, e persas e partianos (que foram uma divisão dos persas) que não somente mantiveram o poder sobre a Mesopotâmia, mas foram capazes de lançar ataques ao próprio território romano e se estenderam até o fim do período. Nos últimos anos antes do aparecimento do islamismo, eles chegaram às costas do Mediterrâneo e saquearam Jerusalém.

Quando, então, veio o Islã, com os primeiros ataques de sua furiosa e vitoriosa cavalaria vinda do deserto, isso reforçou poderosamente a tendência da Ásia de se reafirmar. A uniformidade de temperamento que é a marca da sociedade asiática, respondeu de imediato à nova ideia de uma forma de governo único, muito simples e pessoal, santificado pela religião, com um poder teórico a-

mente absoluto, a partir de um centro único. O Califado, uma vez estabelecido em Bagdá, tornou a cidade o que a Babilônia tinha sido; a capital central de uma vasta sociedade, dando seu tom a todas as terras, desde as terras fronteiriças com a Índia até o Egito e além dele.

Mas, ainda mais marcante do que a inundação de todo o Oriente Próximo pelo islamismo em uma geração, foi a riqueza, o esplendor e a cultura do novo Império Muçulmano. O Islã foi, naqueles primeiros séculos (a maior parte do sétimo, todo o oitavo e o nono), a civilização materialmente mais desenvolvida do mundo ocidental. A cidade de Constantinopla foi também muito rica e desfrutou de uma alta cultura que se irradiou sobre as províncias dependentes, a Grécia, a costa do mar Egeu e os altiplanos da Ásia Menor, mas mantinha-se subordinada à cidade imperial; na maior parte da área rural a cultura estava em declínio. No Ocidente, isso era notório. A Gália, a Inglaterra, em algum grau a Itália e o vale do Danúbio, retornaram ao barbarismo. Essas regiões nunca se tornaram completamente bárbaras, nem mesmo a Inglaterra, que era a mais remota; mas elas foram saqueadas e empobrecidas e se ressentiram de um governo adequado. Do século V ao início do século XI (digamos, de 450 a 1030) estende-se o período que chamamos de “Idade das Trevas” da Europa – apesar do experimento de Carlos Magno.

Isso é tudo sobre o mundo cristão daquele tempo, contra o qual o Islã começava a pressionar tão fortemente; que perdeu para o Islã toda a Espanha, certas ilhas e também regiões costeiras do Mediterrâneo central. A cristandade estava sitiada pelo Islã. O Islã ergueu-se contra nós numa riqueza, poder e esplendor dominadores e, o que foi ainda mais importante, com um conhecimento superior das ciências aplicadas e práticas.

O Islã preservou os filósofos gregos, os matemáticos gregos e seus trabalhos, a ciência física de autores gregos e romanos. O Islã também foi muito mais letrado que a cristandade. Os homens ocidentais tinham se tornado, em sua maioria, iletrados. Mesmo em Constantinopla, a capacidade de ler e escrever não era tão comum quanto era no mundo governado pelo califa.

Pode-se ser tentado a dizer, em resumo, que o contraste entre o mundo muçulmano daqueles primeiros séculos e o mundo cristão que ele tentava submeter era parecido com o contraste entre um estado moderno industrializado e um estado vizinho, rural e semidesenvolvido; o contraste entre a Alemanha, por exemplo, e a Rússia, sua vizinha. O contraste não era tão grande, mas o paralelo moderno nos ajuda a entender a situação. Por séculos, o Islã permaneceria como uma ameaça e se expandiu continuamente por setecentos anos, até que tivesse

conquistado os Bálcãs e as planícies búlgaras, e ocupado a própria Europa Ocidental. O Islã foi a única heresia que quase destruiu a cristandade por meio de sua superioridade material e intelectual.

Perguntemos agora: por que isso aconteceu? A situação parece inexplicável na medida em que nos lembramos que a campanha muçulmana se caracterizava por uma inconstante e insignificante liderança, por contínuas alterações de dinastias locais e por uma base de sustentação instável. A campanha começou com um ataque de poucos milhares de cavaleiros do deserto, que estavam sendo levados tanto pelo desejo de saquear quanto pelo entusiasmo por novas doutrinas. Essas doutrinas tinham sido pregadas a um corpo muito esparsos de nômades e só prosperavam permanentemente em poucos centros. Elas se centraram num homem marcante pela intensidade de sua personalidade, talvez parcialmente convencido, talvez também um pouco louco, e que nunca tinha demonstrado nenhuma habilidade construtiva — mesmo assim, o Islã conquistava.

Maomé era um condutor de camelos, que tinha tido a sorte de se casar com uma mulher rica e mais velha do que ele. Da segurança daquela posição, elaborou suas visões e entusiasmos, e construiu sua propaganda. Mas tudo foi feito de uma forma ignorante e em pequena escala. Não havia uma organização e, no momento em que os primeiros bandos começaram a vencer batalhas, os líderes começaram a lutar uns contra os outros: não somente lutar, mas assassinar. A história de toda a fase inicial e um pouco mais, depois do primeiro surgimento — a história do governo muçulmano enquanto foi centralizado em Damasco — é uma história de sucessivas intrigas e assassinatos. Mesmo assim, quando apareceu a segunda dinastia, dos abasidas, que governou o Islã por um longo período com sua capital mais a leste, em Bagdá, nas margens do Eufrates, e que restaurou a antiga dominação da Mesopotâmia sobre a Síria, submetendo também o Egito e todo o mundo muçulmano, surgiram aquele esplendor e aquela ciência, aquele poder e riqueza de que falei e que fascinaram a todos os contemporâneos. Portanto, devemos perguntar novamente: por que isso aconteceu?

A resposta se encontra na natureza mesma da conquista muçulmana. Ela não destruiu imediatamente, como é frequentemente repetido, tudo que encontrou pela frente, não exterminou todos os que não aceitavam o Islã. Foi exatamente o contrário. O Islã foi notável dentre todos os poderes que governaram aquelas regiões ao longo da história por aquilo que erroneamente foi chamado como sua *tolerância*. O temperamento muçulmano não era tolerante. Era, ao contrário, fanático e sanguinário. Não tinha respeito, nem mesmo curiosidade,

por aqueles de que discordava. Foi absurdamente vaidoso de si mesmo, desprezando a alta cultura cristã. E assim o faz até mesmo hoje.

Mas os conquistadores e aqueles, das populações nativas, a quem convertiam e anexavam eram ainda muito poucos para governar pela força. E (o que foi ainda mais importante) eles não tinham a menor ideia de organização. Eram sempre indolentes e inconstantes. Assim, a grande maioria dos conquistados permanecia em seus velhos hábitos de vida e religião.

Vagarosamente, a influência do Islã se difundiu, mas durante os primeiros séculos, grande parte da Síria, e mesmo da Mesopotâmia e Egito era cristã, mantendo a Missa cristã, os Evangelhos cristãos e a tradição cristã. Foram eles que preservaram a civilização greco-romana da qual eram descendentes, e foi esta civilização, sobrevivendo sob a superfície do governo muçulmano, que forneceu a educação e o poder material a amplos territórios que chamamos, mesmo tão inicialmente, “o mundo muçulmano”, apesar de que a maior parte deles não professasse o credo muçulmano.

Mas havia outra causa mais importante. A causa fiscal: a extraordinária riqueza dos primeiros califados muçulmanos. O comerciante, o camponês, o proprietário e o negociante foram todos aliviados pela conquista muçulmana; toda a usura foi varrida de cena, pois era um intrincado sistema de impostos que tinha se tornado emperrado, arruinando os contribuintes sem os correspondentes resultados para os governos. O que os conquistadores árabes e seus sucessores na Mesopotâmia fizeram foi substituir tudo aquilo por um sistema simples e direto de tributação.

Todos os que não eram muçulmanos naquele imenso império muçulmano – isto é, a maior parte da população – estava submetida a um tributo especial; e era um tributo que fluía diretamente, sem as perdas de uma burocracia complexa, para os cofres do poder central: a renda do califa. Essa renda se manteve enorme durante todas as primeiras gerações. O resultado era o que sempre advém de uma alta concentração de riqueza num governo central: toda a sociedade submetida àquele governo reflete a opulência de seus governantes.

Aqui temos a explicação daquele fenômeno estranho, daquele fenômeno único na história – uma revolta contra a civilização que não destrói a civilização; uma absorvente heresia que não destrói a religião cristã contra a qual é direcionada.

O mundo muçulmano se tornou e permaneceu longamente, herdeiro da antiga cultura greco-romana e seu preservador. Por isso mesmo, o islamismo, dentre todas as heresias, é a única que, não só sobreviveu, mas está, depois de quatorze séculos, ainda muito forte espiritualmente. Com o tempo, ela lançou

e estabeleceu raízes de uma civilização própria contrária à nossa e se tornou nosso permanente rival.

Agora que compreendemos porque o Islã, a mais formidável das heresias, alcançou sua força e seu extraordinário sucesso, devemos tentar entender porque, diferentemente de todas as heresias, ela sobreviveu com toda a força e continua mesmo a se expandir em nossos dias.

Esse é um ponto de decisiva importância para se entender não somente nosso assunto, mas a história do mundo em geral. Mesmo assim, esse ponto é, infelizmente, quase inteiramente esquecido no mundo moderno.

Milhões de pessoas da civilização branca, na atualidade, se esqueceram de quase tudo sobre o Islã. Nunca tiveram contato com ele. Consideram que esteja em decadência, e que, de qualquer forma, seja somente uma religião estrangeira com a qual não devemos nos preocupar. Ele é, de fato, o mais formidável e persistente inimigo que nossa civilização já teve, e pode, a qualquer momento, se tornar uma ameaça tão grande no futuro quanto o foi no passado.

A esse ponto da futura ameaça, voltarei nas últimas páginas sobre o islamismo.

Todas as grandes heresias — exceto esta, do islamismo — parecem passar pelas mesmas fases.

Primeiramente, surgem com grande violência e se tornam moda; assim o fazem pela insistência exagerada a respeito de alguma importante doutrina católica; e como as grandes doutrinas católicas em sua totalidade formam a única filosofia satisfatória à humanidade, cada doutrina, em separado, tende a exercer um apelo especial.

Assim, o arianismo insistia sobre a unidade de Deus, combinada com a majestade e poder criador de Nosso Senhor. Ao mesmo tempo, apelava às mentes imperfeitas, pois tentava racionalizar um mistério. O calvinismo teve, também, um grande sucesso porque insistia em outra doutrina central, a onipotência e onisciência de Deus. Colocava todo o resto fora de proporção e seguia violentamente errado a respeito da predestinação; mas teve seus momentos de triunfo, quando parecia que ia conquistar toda a nossa civilização — o que aconteceria se a França não tivesse lutado nas grandes guerras religiosas e conquistado apoiadores naquele solo da Gália que sempre foi um campo europeu de batalhas e de testes de novas ideias.

Depois dessa primeira fase das grandes heresias, quando elas têm o vigor inicial e se difundem como uma chama, de homem para homem, vem a segunda fase, de declínio, que dura, aparentemente (segundo alguma obscura lei), por cinco ou seis gerações: digamos uns duzentos anos ou mais. Os apoiadores

da heresia crescem em menor número e se tornam menos convencidos, até que muito poucos podem ser considerados verdadeiros fiéis seguidores do movimento inicial.

A seguir, vem a terceira fase, em que cada heresia desaparece totalmente: ninguém mais acredita na doutrina e apenas continua crendo nela um grupo tão minúsculo que já não tem qualquer expressão. Mas os fatores sociais e morais da heresia permanecem e podem ainda ter efeitos poderosos por gerações. Vemos isso no caso do calvinismo hoje. Ele produziu o movimento puritano e daí procedeu, como uma consequência necessária do isolamento da alma, substituto da ação da sociedade, uma competição e ganância desenfreada e, finalmente, o completo estabelecimento do que chamamos hoje “capitalismo industrial”, pelo qual a civilização é atualmente ameaçada pelo descontentamento de uma vasta maioria destituída para com seus poucos senhores da plutocracia. Não há ninguém, exceto talvez alguns poucos na Escócia, que acredite realmente nas doutrinas de Calvino, mas o espírito do calvinismo é ainda muito forte nos países que ele originalmente infectou, e seus frutos sociais ainda permanecem.

No caso do Islã, nada disso ocorreu, exceto a primeira fase. Não houve a segunda fase de declínio gradual no número e na convicção de seus crentes. Ao contrário, o Islã cresceu continuamente adquirindo mais e mais territórios, convertendo mais e mais seguidores, até que se estabeleceu como uma civilização bastante separada e chegou a ser algo tão parecido com uma nova religião que muitos acabaram se esquecendo que em sua origem tinha sido uma heresia.

O Islã cresceu não só no número e na convicção de seus seguidores, mas em espaço territorial e em poder político e militar real até próximo do final do século XVIII. Menos de cem anos antes da guerra de independência americana, um exército muçulmano estava ameaçando destruir a civilização cristã e o teria conseguido, caso o rei católico da Polônia não tivesse destruído aquele exército, nos arredores de Viena.

Desde então, o poder militar muçulmano tem decrescido; mas nem o número nem a convicção de seus seguidores experimentaram um declínio apreciável; e quanto aos territórios anexados, apesar da perda de algumas regiões de maioria cristã, o Islã tem ganhado novos adeptos -- em algum grau na Ásia e amplamente na África. Na verdade, na África tem se expandido entre a população negra, e essa expansão cria um grande problema futuro para os governos europeus que dividiram o continente entre si.

E há outra questão em relação a esse poder do Islã. O Islã é aparentemente “inconvertível”.

Os esforços missionários feitos pelas grandes Ordens católicas que se ocuparam da conversão dos povos muçulmanos ao cristianismo por quase quatrocentos anos, fracassaram quase completamente. Em alguns lugares até que conseguimos expulsar os líderes muçulmanos e libertar os cristãos do controle muçulmano, mas não causamos o menor efeito de conversão, exceto uma pequena conversão ao sul da Espanha quinhentos anos atrás; e mesmo então foi mais um exemplo de mudança política do que religiosa.

Qual é a explicação para tudo isso? Por que o Islã, dentre todas as grandes heresias, mostra tal continuada vitalidade?

Aqueles que são simpáticos ao islamismo e, mais ainda, aqueles que são realmente muçulmanos, explicam este fato proclamando-a a melhor e a mais humana das religiões, a mais adequada à humanidade, a mais atrativa.

Por mais estranho que pareça, há certo número de homens altamente instruídos, cavalheiros europeus, que aderiram ao Islã, isto é, que pessoalmente se converteram ao islamismo. Eu mesmo conheço e já conversei com meia dúzia deles, em várias partes do mundo, e há um número ainda maior de homens semelhantes, europeus muito bem instruídos, que, tendo perdido sua fé no catolicismo ou em alguma forma de protestantismo nos quais foram criados, sentem uma simpatia pelo esquema social muçulmano, embora não lhe tenham realmente aderido. Encontramos constantemente homens desse tipo hoje, dentre aqueles que viajam ao Oriente.

Esses homens sempre dão a mesma resposta — o Islã é indestrutível porque é fundado na simplicidade e justiça. Ele preservou aquelas doutrinas cristãs que são evidentemente verdadeiras e que apelam ao senso comum de milhões, ao mesmo tempo em que eliminou o clero, os mistérios, os sacramentos, e todo o resto. Proclama e pratica a igualdade humana. Ama a justiça e proíbe a usura. Produz uma sociedade em que os homens são mais felizes e sentem mais sua própria dignidade do que em qualquer outra. Essa é sua força e a razão de ainda converter pessoas e perdurar, e talvez de, num futuro próximo, voltar ao poder.

Pois bem, eu não penso que essa explicação seja verdadeira. Toda heresia fala nesses termos. Toda heresia dirá que purificou as corrupções das doutrinas cristãs e que, em geral, só fez o bem à humanidade satisfazendo a alma humana et c. Mesmo assim, cada uma delas, exceto o islamismo, desapareceu. Por quê?

A fim de se obter a resposta para o problema, devemos observar em que o destino do Islã difere do daquele de todas as grandes heresias, e quando observarmos isso, creio que teremos a evidência da verdade.

O Islã diferiu de todas as grandes heresias em dois aspectos principais que devemos cuidadosamente ponderar.

Primeiro: ele não surgiu dentro da Igreja, isto é, dentro das fronteiras de nossa civilização. Seu heresiarca não foi um homem originalmente católico, que afastou do catolicismo os seus seguidores católicos por meio de sua nova doutrina, como o fizeram Ário e Calvino. Ele era alheio à Igreja, nascido pagão, vivendo entre pagãos, e nunca batizado. Adotou as doutrinas cristãs e escolheu algumas dentre elas, como um verdadeiro heresiarca. Desprezou aquelas que não o apeteçiam e insistiu naquelas com que simpatizava – o que é a marca do heresiarca – mas não fez isso desde dentro; sua ação foi externa.

Aqueles primeiros e pequenos, mas ferozes, exércitos de árabes nômades que obtiveram suas extraordinárias vitórias na Síria e Egito, contra o mundo católico do início do século VII eram constituídos de homens que tinham sido pagãos antes de se converterem ao Islã. Não havia entre eles nenhum catolicismo prévio a que pudessem retornar.

Segundo: esse corpo muçulmano que atacou a cristandade desde fora de suas fronteiras e não surgindo de seu interior, aumentou constantemente com elementos combativos do tipo mais forte, vindos do obscuro exterior pagão.

Esse recrutamento continuou em ondas, incessantemente, através dos séculos até o final da Idade Média. Foi principalmente um recrutamento de mongóis vindos da Ásia (apesar de que alguns eram berberes vindos do norte da África) e constituiu um incessante e recorrente impacto de novos adeptos – conquistadores e guerreiros tal como tinham sido os árabes originais – que deu ao Islã sua formidável resistência e continuidade no poder.

Não muito depois da primeira conquista da Síria e do Egito, parecia que o entusiasmo da nova heresia, apesar de seu espetacular triunfo repentino, terminaria. A continuidade da liderança se rompeu, tal como a unidade política de todo o esquema. A capital original do movimento era Damasco e, a princípio, o islamismo era uma coisa síria (e por extensão, egípcia); mas depois de muito pouco tempo a ruptura era aparente. A nova dinastia começou a governar a partir da Mesopotâmia e não mais da Síria. Os territórios ocidentais, isto é, o norte da África e a Espanha (depois de sua conquista), formavam um governo politicamente separado, sob um comando separado. Mas os califas em Bagdá começaram a se proteger por meio de uma guarda de guerreiros contratados, que era constituída de mongóis vindos das estepes da Ásia.

A característica desses nômades mongóis (que chegaram a partir do século XV, em ondas cada vez mais numerosas, para assaltar nossa civilização) é que eles eram

guerreiros indomáveis e, ao mesmo tempo, quase puramente destrutivos. Eles massacravam aos milhões, queimavam e destruíam, transformavam terras férteis em deserto. Pareciam incapazes de um esforço criativo.

Em duas oportunidades, nós, cristãos europeus ocidentais, estivemos a ponto de sermos destruídos nas mãos dos mongóis; uma vez, quando vencemos o vasto exército asiático de Átila, próximo a Chalons, na França, em meados do século V (não antes que ele tivesse cometido atos horripilantes e deixado a ruína por onde passou), e de novo, no século XIII, oitocentos anos mais tarde. Então, o poderio mongólico foi vencido, não por nossos exércitos, mas pela morte do homem que o tinha unido. Mas isso não aconteceu antes que ele tivesse atingido o norte da Itália, bem perto de Veneza.

Foi o recrutamento dessa guarda mongólica, feita em sucessivas prestações, que manteve a energia do Islã e impediu que ele sofresse o destino de todas as outras heresias. Manteve o Islã trovejando desde fora das fronteiras da Europa, rompendo nossas linhas de defesa e penetrando mais e mais nas que tinham antes sido terras cristãs.

Os invasores mongóis prontamente aceitaram o Islã; os homens que serviam como soldados mercenários e formavam o real poder dos califas estavam muito dispostos a obedecer às simples exigências do islamismo. Não tinham religião própria forte o suficiente para contra-atacar os efeitos daquelas doutrinas do Islã que, mesmo mutiladas, eram, em geral, doutrinas cristãs — a unidade e majestade de Deus, a imortalidade da alma etc. Os mercenários mongóis que mantinham o poder dos califas foram atraídos por essas principais doutrinas e as adotaram. Tornaram-se bons muçulmanos e, como soldados defensores dos califas, foram assim propagadores e mantenedores do Islã.

Quando, no coração da Idade Média, pareceu novamente que o Islã ia se acabar, uma nova leva de soldados mongóis, chamados “turcos”, entrou em cena e salvou, de novo, o destino do Islamismo, apesar de ter começado com a mais abominável destruição da civilização que o islamismo tinha preservado. Essa é a razão de os cruzados cristãos denominarem o inimigo de “o turco”, um nome genérico comum a muitas tribos nômades. Os pregadores cristãos das cruzadas, os capitães dos soldados e os cruzados em geral falavam, em suas canções, do “turco” como o inimigo, muito mais que do islamismo.

Apesar da vantagem de ser alimentada pelo recrutamento constante, a preservação do islamismo à Cristandade poderia ter fracassado depois de tudo caso o deradeiro esforço para aliviar a pressão sobre o Ocidente Cristão tivesse alcançado êxito. Esse esforço supremo foi feito no meio de todo o processo (entre 1095 e

1200 d.C.) e a história o conhece como “as Cruzadas”. A cristandade católica teve sucesso e recuperou a Espanha; quase conseguiu afugentar os muçulmanos da Síria e salvar a civilização cristã da Ásia isolando o islamismo asiático do continente africano. Caso isso tivesse acontecido, talvez o islamismo tivesse morrido.

Mas as Cruzadas fracassaram. Seu fracasso é a maior tragédia na história da nossa luta contra o Islã, isto é, contra a Ásia — contra o Oriente.

O que foram as Cruzadas, porque e como fracassaram a seguir descreverei. O sucesso do islamismo não foi devido a que ele oferecia algo mais satisfatório em termos de filosofia e de moral, mas, como dissemos, devido à oportunidade que oferecia à libertação do escravo e do devedor e a uma extrema simplicidade, que agradava às massas pouco inteligentes que estavam perplexas com os mistérios inseparáveis da profunda vida intelectual do catolicismo e com a sua radical doutrina da Encarnação. Mas ele estava se expandindo e parecia que iria ter uma vitória universal, como acontece com todas as heresias em seus primórdios, porque era a tendência da moda — a tendência que conquistava.

Contra as grandes heresias, quando elas adquirem poder de ser uma nova moda, surge uma reação na mente cristã e católica que gradualmente inverte a situação, se livra do veneno e restabelece a civilização cristã. Tais reações começam, repito, obscuramente. É o homem comum que se torna desconfortável e diz para si mesmo: “Isso pode ser a moda do momento, mas não gosto dela”. É a massa dos homens cristãos que sente em suas entranhas que há algo errado, embora tenha dificuldade em explicá-lo. A reação é normalmente vaga, confusa e, por muito tempo, não logra êxito. Mas a longo prazo, contra heresias internas, a reação foi sempre vitoriosa; tal como a saúde do corpo humano tem êxito em se livrar de uma infecção interna.

Uma heresia, quando está repleta de sua energia original, afeta até o pensamento católico — assim, o arianismo produziu uma massa de semi-arianismo no seio da cristandade. O temor maniqueísta do corpo e a falsa doutrina de que a matéria era má afetaram até grandes católicos de então. Há um toque disso nas cartas do grande São Gregório. Da mesma forma, o islamismo teve seus efeitos nos imperadores cristãos de Bizâncio e em Carlos Magno, o imperador do Ocidente. Por exemplo, houve um poderoso movimento contra o uso de imagens, tão essenciais ao culto católico. Mesmo no Ocidente, onde o islamismo nunca tinha até então atingido, a tentativa de se livrar das imagens nas igrejas quase logrou êxito.

Mas, à medida que o islamismo ia se difundindo, absorvendo em seu próprio corpo grande número de pessoas provenientes das populações cristãs do

O Oriente e do norte da África, ocupando cada vez mais território, uma reação defensiva contra ele começava. O Islã gradualmente absorvia o norte da África e atingia a Espanha; menos de um século depois daquelas primeiras vitórias na Síria, ele pressionava por sobre os Pirineus, na direção da França. Felizmente, foi vencido numa batalha ocorrida entre Tours e Poitiers. Alguns pensam que se os líderes cristãos não tivessem vencido essa batalha, toda a cristandade teria sucumbido ao islamismo. Ele foi afugentado para os Pirineus e muito vagarosamente, num período de trezentos anos, foi sendo empurrado mais e mais para o sul, na direção da região central da Espanha, sendo que o norte desse país ficou livre da influência muçulmana. No Oriente, contudo, como veremos, o islamismo continuou a ser uma grande ameaça.

Mas o sucesso dos cristãos em empurrar os muçulmanos da França para a Espanha deu início a um despertar na Europa. Eram graves aqueles tempos. Nós, do Ocidente, fomos sitiados de três maneiras: pagãos asiáticos tinham conseguido chegar até o coração da Alemanha; piratas pagãos do tipo mais cruel e repugnante infestaram os mares do norte e quase varreram a civilização cristã na Inglaterra e causaram danos também no norte da França; e tudo aquilo que se constituiu a pressão do islamismo vinda do sul e sudeste – uma pressão muito mais civilizada do que a dos asiáticos ou a dos piratas escandinavos, mas ainda assim uma ameaça, sob a qual nossa civilização cristã esteve perto de desaparecer.

É muito interessante tomar um mapa da Europa e marcar os limites extremos alcançados pelos inimigos da cristandade durante a pior de suas batalhas pela sobrevivência. Os piores ataques dos asiáticos atingiram até Tournus, sobre o Sena, que está exatamente no centro do que é hoje a França; os muçulmanos atingiram também, como vimos, o centro da França de hoje, algo entre Tournus e Poitiers. Os horríveis pagãos e piratas escandinavos atacaram a Irlanda, toda a Inglaterra, e navegaram por todos os rios do norte da França e da Alemanha. Foram até Colônia, sitiaram Paris, quase tomaram Hamburgo. As pessoas hoje se esquecem o quão duvidosa era a sobrevivência da civilização católica na Alta Idade Média, entre meados do século VIII e o final do século IX. Metade das ilhas mediterrâneas e todo o oriente próximo tinham caído nas mãos dos muçulmanos, que lutavam para conquistar a Ásia Menor; enquanto o norte e centro da Europa estavam permanentemente sob ataque dos asiáticos e dos pagãos do norte.

Então, surgiu a grande reação e o despertar da Europa.

O processo começou com a cavalaria que, vinda da Gália, invadiu a Espanha e com os cavaleiros espanhóis nativos que forçaram a retirada dos muçulmanos. Os piratas escandinavos e os agressores asiáticos tinham sido vencidos

há duas gerações. As peregrinações para Jerusalém, longas, caras e perigosas, mas contínuas durante a Idade Média, eram agora especialmente perigosas por causa da nova onda de soldados mongóis muçulmanos que se estabelecera no Oriente e especialmente na Palestina; e um clamor surgiu: os lugares sagrados, a verdadeira Cruz (que era preservada em Jerusalém), as comunidades cristãs remanescentes da Síria e Palestina e, acima de tudo, o Santo Sepulcro – o lugar da Ressurreição, o lugar principal de toda peregrinação – deveriam ser salvos das mãos usurpadoras do Islã. Homens pregavam com entusiasmo ser um dever a marcha ao Oriente e o resgate da Terra Santa; o Papa de então, Urbano II, se pôs pessoalmente à frente do movimento, num famoso sermão proferido na França para uma vasta audiência, que clamava: “Deus o quer!” Grupos irregulares começaram a se dirigir ao Oriente para expulsar o Islã da Terra Santa e, com o tempo, exércitos regulares dos grandes príncipes cristãos se preparavam para um esforço organizado em grande escala. Aqueles que se engajavam nesse esforço usavam a Cruz desenhada em suas vestimentas e essa luta se tornou conhecida como as Cruzadas.

A primeira Cruzada surgiu de três grupos de soldados cristãos mais ou menos organizados, que marcharam da Europa Ocidental para a Terra Santa. Digo “mais ou menos organizados” porque o exército feudal nunca foi altamente organizado; era dividido em unidades de diferentes tamanhos, cada uma pertencente a um senhor feudal – mas, é claro, tinha organização suficiente para se lançar a um empreendimento militar, pois uma simples horda de homens nunca pôde fazer isso. Para não exaurir as provisões dos países pelos quais tinham de passar, os líderes cristãos se dividiram em três grupos: um saiu do norte da França, marchando pelo vale do Danúbio; outro saiu do sul da França, marchando através da Itália; e um terceiro, constituído de franceses que tinham adquirido recentemente domínio sobre um território ao sul da Itália, atravessou o Adriático diretamente, chegando a Constantinopla através dos Bálcãs. Os três grupos se encontraram em Constantinopla e, na chegada, apesar das perdas pelo caminho, somavam algo no entorno de 250 mil homens – talvez mais. Os números nunca foram precisamente calculados ou conhecidos.

O imperador em Constantinopla ainda estava livre, liderando sua grande capital cristã, mas estava perigosamente ameaçado pelos guerreiros turcos que se encontravam na outra margem do rio, na Ásia Menor, e cujo objetivo era conquistar Constantinopla e daí destruir a cristandade. A grande massa de cruzados imediatamente aliviou a pressão sobre Constantinopla; eles venceram uma batalha contra os turcos em Dorileia e avançaram, com grande dificuldade

e muitas perdas humanas, até atingirem o ponto onde a Síria se encontra com a Ásia Menor, no golfo de Alexandretta. Lá, um dos líderes dos cruzados fundou um reino para si próprio, fazendo da cidade cristã de Edessa sua capital, reino que seria um baluarte contra a pressão muçulmana vinda do Oriente. Os remanescentes da agora minguante força cristã sitiaram e, com grande dificuldade, tomaram Antioquia, que os muçulmanos tinham conquistado há alguns anos.

Aqui outro líder cruzado se fez senhor feudal, e houve um longo atraso e uma discussão ácida entre os cruzados e o imperador de Constantinopla, que queria que as porções conquistadas voltassem ao seu império – enquanto os cruzados queriam manter o que tinham conquistado para que a exploração da região pudesse se tornar uma fonte de renda para cada um d eles.

Finalmente, eles partiram de Antioquia no começo do terceiro ano desde sua chegada – o último ano do século XI, 1099; tomaram todas as cidades da costa por onde marcharam; quando chegaram à altura de Jerusalém, deixar a costa no sentido do interior e invadiram a cidade em 15 de julho daquele ano, matando toda a guarnição muçulmana e se estabelecendo firmemente dentro dos muros da Cidade Santa. Eles, então, organizaram a cidade capturada como o novo reino de Jerusalém, com um dos seus como rei. Escolheram para esse cargo um grande nobre do país onde as raças teutônicas e gálicas se encontravam, no nordeste da França – Godfrey de Bouillon, um poderoso Senhor das Marchas. Ele chefiava como seus comandados os grandes senhores feudais que tinham conquistado seus próprios distritos, partindo de Edessa na direção sul, e aqueles que tinham construído e se estabelecido em grandes castelos que ainda existem como as mais belas ruínas do mundo.

No momento em que os cruzados conseguiram seu objetivo e tomaram os lugares Sagrados, eles tinham se reduzido a um pequeno número de homens. É possível que o número real de guerreiros, além dos servos, camponeses etc., presentes à tomada de Jerusalém, não ultrapassasse muito a cifra de 15.000 *homens*. E contra essa força tudo se voltou. A Síria não tinha sido conquistada totalmente, nem os muçulmanos tinham se retirado; a costa era mantida com o apoio da população, ainda majoritariamente cristã, mas as planícies e a costa palestina até o Jordão são uma faixa estreita cercada de colinas que, no meio do país se tornam grandes montanhas – o Líbano e o Antilíbano. Atrás dessas montanhas se encontra o deserto em cuja borda há uma série de cidades que são, por assim dizer, as portas do deserto – isto é, os pontos de chegada das caravanas.

Essas “portas do deserto” sempre foram muito importantes para o comércio e *seus nomes* têm origem num passado remoto. Uma série de cidades se

espalhava pela borda do deserto, de Alepo ao norte, a Petra, ao sul do Mar Morto. Elas eram unidas pelas grandes rotas de caravanas que alcançavam o norte da Arábia e eram predominantemente muçulmanas no tempo das Cruzadas. A mais importante dessas cidades e a mais rica, a grande marca da Síria, era Damasco. Se os primeiros cruzados fossem em número suficiente para tomar Damasco, seu esforço teria tido um permanente sucesso. Mas suas forças eram insuficientes para isso, eles apenas e dificilmente conseguiram conquistar a costa da Palestina até o Jordão – e mesmo assim, com a ajuda de imensas fortificações.

Havia um grande comércio com a Europa, mas não um recrutamento suficiente de pessoas, e a consequência foi que o vasto mar muçulmano começou a se infiltrar e minar a posição cristã. O primeiro sinal do que viria foi a queda de Edessa (a capital nordestina da Federação Cruzada, o estado mais exposto ao ataque), menos da metade de um século depois da primeira captura de Jerusalém.

Foi o primeiro e sério revés e causou grande comoção no Ocidente cristão. Os reis da França e Inglaterra puseram grandes exércitos para restabelecer a posição cruzada e dessa vez eles se direcionaram para o ponto-chave estratégico de toda a região – Damasco. Mas fracassaram; e quando eles e seus homens se retiraram, a posição dos cruzados na Síria era tão complicada quanto antes. Eles contavam com uma garantia precária na medida em que o mundo muçulmano estava dividido em grupos rivais, mas estava claro que se surgisse um líder que conseguisse unificar o poder muçulmano em suas mãos, as pequenas guarnições cristãs estariam com os dias contados.

E foi exatamente isso o que aconteceu. Salah-ed- Din – que chamamos de Saladino – um soldado genial, filho de um ex-governador de Damasco, gradualmente adquiriu o poder total sobre o mundo muçulmano do Oriente Próximo. Tornou-se senhor do Egito, senhor de todas as cidades nas bordas do deserto, e quando ele marchou, com todas as suas forças unificadas, contra o corpo cristão remanescente da Síria, este não teve nenhuma chance de vitória. Os muçulmanos se organizaram de forma genial, retirando todas as guarnições de seus castelos e unificando-as na forma de uma força móvel que tentava aliviar o cerco ao castelo de Tiberíades, no Mar da Galileia. O exército cristão se aproximava de Tiberíades e atingiu a parte montanhosa e íngreme de Hattin, distante mais ou menos um dia de marcha, quando foi atacado e destruído por Saladino.

Esse desastre, que ocorreu no verão de 1187, foi seguido pelo colapso de quase toda a colônia militar cristã da Síria e da Terra Santa. Saladino tomou a cidade após cidade, exceto um ou dois pontos no litoral, que permaneceriam nas mãos dos cristãos ainda por muito tempo. Mas o reino de Jerusalém, o feudo

cristão que foi reconquistado e que compreendia os Lugares Sagrados, tinha sido perdido. A própria Jerusalém caiu, claro, e sua queda produziu um enorme efeito na Europa. Todos os grandes líderes, o rei da Inglaterra, Ricardo Coração de Leão, o rei da França e o imperador, comandaram conjuntamente um amplo recrutamento, principalmente germânico, e partiram para recuperar o que tinha sido perdido. Mas fracassaram. Conseguiram tomar um ou dois pontos no litoral, mas nunca retomaram Jerusalém e nunca restabeleceram o antigo reino cristão.

Assim terminou a série de três poderosos duelos entre a cristandade e o Islã. O Islã venceu.

Se a força remanescente dos cruzados ao final da primeira Cruzada tivesse sido um pouco maior, se eles tivessem tomado Damasco e a série de cidades à beira do deserto, toda a história do mundo teria sido diferente. O mundo do Islã teria sido cortado em dois, com o Oriente incapaz de se aproximar do Ocidente. Assim, os europeus, provavelmente, teriam recuperado o norte da África e o Egito – teriam certamente salvado Constantinopla – e o islamismo teria sobrevivido apenas como uma religião oriental, cultuada além das antigas fronteiras do Império Romano. Mas o que aconteceu foi que o islamismo não só sobreviveu, mas cresceu e se fortificou. Ele, de fato, foi expulso da Espanha e das ilhas orientais do Mediterrâneo, mas manteve seu poder em todo o norte da África, Síria, Palestina, Ásia Menor e, desde então, se desenvolveu e conquistou os Bálcãs e a Grécia, se expandiu na Hungria, por duas vezes ameaçou invadir a Alemanha e alcançar a França novamente, desde o Oriente, colocando um fim em nossa civilização. Uma das razões da ruptura da cristandade pela Reforma foi o fato de que a pressão muçulmana sobre o imperador da Alemanha deu às cidades e aos príncipes alemães a oportunidade de se rebelarem e implantarem as igrejas protestantes em seus domínios.

Muitas expedições se seguiram contra os turcos, de uma forma ou de outra; elas foram chamadas de Cruzadas, e a ideia continuou até o final da Idade Média. Mas não aconteceu a recuperação da Síria e nenhuma contenção do Islã.

Enquanto isso, a primeira marcha dos cruzados tinha trazido tantas novas experiências à Europa Ocidental que a cultura se desenvolveu rapidamente e produziu uma arquitetura magnífica e a sofisticada filosofia e estrutura social da Idade Média. Esse foi o real resultado das Cruzadas. Elas fracassaram em seus objetivos mas modernizaram a Europa. Todavia, fizeram isso à custa da antiga ideia da *unidade cristã*: com o crescimento material da civilização, as nações modernas começaram a tomar forma. A *cristandade* ainda se manteve *única*,

mas de forma frouxa. Finalmente, veio a tormenta da Reforma, a cristandade se rompeu, as várias nações e príncipes alegaram independência em relação a qualquer controle, tal como a posição moral do papado, e descemos a rampa em cujo fim se encontrava o massacre da guerra atual – o que pode comprovar a destruição de nossa civilização. Napoleão Bonaparte disse muito bem: “Toda guerra na Europa é, na verdade, uma guerra civil.” Isso é uma verdade profunda.

A Europa cristã é e deve ser, por natureza, uma; mas ela se esqueceu de sua natureza e de sua religião.

O último assunto a ser tratado em nossa apreciação do grande ataque muçulmano contra a Igreja Católica e a civilização que ela produziu é o súbito e último esforço e o subsequente rápido declínio do poder político islâmico, pouco depois que atingiu sua força máxima. Dentro dessa perspectiva, tratarei a seguir da questão de vital importância, e quase completamente negligenciada, a saber se o poder islâmico pode ou não ressurgir no mundo moderno.

Se recapitularmos os destinos do Islã depois de seu triunfo sobre os cruzados, da restauração de seus domínios sobre o Oriente e da confirmação de seu crescente controle sobre metade do que tinha sido uma unificada cristandade

greco-romana, veremos que ele teve dois destinos diferentes e mesmo contraditórios: foi gradualmente perdendo seu poder sobre a Europa Ocidental e, ao mesmo tempo, aumentando seu poder sobre a Europa Oriental.

Na Espanha, ele já tinha sido afastado e se encontrava a meio caminho entre os Pirineus e o Estreito de Gibraltar antes mesmo que as Cruzadas fossem lançadas e estava destinado a perder cada centímetro de terra da Península Ibérica, onde hoje se localizam Espanha e Portugal, nos próximos quatro ou cinco séculos. A Europa Ocidental continental (e mesmo as ilhas a ela ligadas) estava livre da influência do islamismo durante os últimos séculos da Idade Média, do século XII ao XV.

A razão disso é que os muçulmanos do Ocidente, isto é, os que eram chamados “bárbaros”, na França e no norte da África, eram politicamente separados da vasta maioria do mundo muçulmano do Oriente.

Entre os estados bárbaros (que chamamos hoje Tunísia, Argélia e Marrocos) e o Egito, o deserto se constituía uma barreira difícil de vencer. O Ocidente era menos árido em outros tempos do que é hoje, com os italianos tratando de reviver a sua prosperidade. Mas os vastos territórios de areia e cascalho, com muito pouca água, sempre fez dessa barreira entre o Egito e o Ocidente um obstáculo e uma força dissuasiva. Todavia, mais importante que essa barreira foi a gradual dissociação entre os muçulmanos ocidentais do norte da África e a

massa de muçulmanos do Oriente. A religião permaneceu, de fato, a mesma, tanto quanto os hábitos sociais e o resto. O islamismo do norte da África permaneceu o mesmo que o islamismo da Síria, Ásia e Egito, tal como a civilização cristã da Europa Ocidental permaneceu a mesma da Europa Central e mesmo da Europa Oriental. Mas a distância e o fato de que os muçulmanos orientais nunca vieram suficientemente em socorro dos muçulmanos ocidentais do norte da África e da Espanha, fizeram estes últimos se sentirem separados politicamente de seus irmãos orientais.

A isso devemos adicionar o fator da distância e seu efeito no poder marítimo, naqueles dias e naquelas águas. O Mediterrâneo tem mais de três mil quilômetros de largura; o único período do ano em que uma batalha efetiva podia acontecer naquelas águas, sob as condições medievais, era o final da primavera, o verão e o início do outono. E era precisamente nesses cinco meses do ano, quando os homens podiam usar o Mediterrâneo para as grandes expedições, que as operações militares eram dificultadas por longos períodos de calmaria. É verdade que contra isso havia galeras com muitos remadores para tornar a frota o mais independente possível do vento, mas mesmo assim, aquelas distâncias dificultavam a unidade de ação.

Portanto, os muçulmanos do norte da África, não recebendo apoio marítimo de seus ricos e numerosos irmãos da Ásia Menor, da Síria e do Egito, gradualmente perderam o controle das comunicações marítimas. Perderam, portanto, as ilhas ocidentais, Sicília, Córsega e Sardenha, Baleares e mesmo Malta, no exato momento em que estavam tomando triunfalmente as ilhas orientais no Mar Egeu. A única forma de poder marítimo muçulmano restante no Ocidente era uma ativa pirataria de marinheiros argelinos operando a partir da Lagoa de Tunis e da protegida baía da Argélia. (A palavra “Argélia” vem da palavra árabe “ilha”. Não havia propriamente um porto antes da conquista francesa de cem anos atrás, mas havia um ancoradouro parcialmente protegido por uma cadeia de rochas e ilhotas.) Os piratas constituíram um perigo até o século XVII. É interessante notar, por exemplo, que o chamado muçulmano para as orações era ouvido na costa sul da Irlanda no tempo de Cromwell¹⁰, pois piratas argelinos atacavam por todo lado, não somente no Mediterrâneo Ocidental, mas também na costa do Atlântico, do Estreito de Gibraltar até o Canal da Mancha. Eles não tinham o poder de conquistar, mas podiam saquear, fazer prisioneiros e reclamar recompensa.

¹⁰ *The Life of Oliver Cromwell* (1892-1893), militar e político britânico.

Enquanto isso ocorria na Europa Ocidental, o oposto estava acontecendo no lado oriental. Depois do fracasso das Cruzadas, os muçulmanos estavam seguros na Ásia Menor e começou um longo período de ataques a Constantinopla, que finalmente teve sucesso.

Constantinopla era de longe a maior e mais rica capital do Mundo Antigo; era o antigo centro da civilização grega e romana e mesmo quando perdeu todo

seu poder político direto sobre a Itália, e ainda mais sobre a França, ela continuou a ser reverenciada como um poderoso o monumento do passado romano. O imperador de Constantinopla era o herdeiro direto dos Césares. Do lado militar, era uma cidade muito forte, apoiada por grande montante de tributos e por um exército muito disciplinado e unido; era o estandarte da cristandade. Desde que Constantinopla permanecesse uma cidade cristã e que a Missa ainda fosse celebrada em Santa Sofia, as portas da Europa estariam trancadas para o Islã. Ela caiu na mesma geração que viu a expulsão do último governo muçulmano do sul da Espanha. Os homens que, em sua maturidade, marcharam contra Granada com o vitorioso exército da rainha Isabel, a Católica, podiam lembrar como, em suas infâncias, tinham ouvido falar das terríveis notícias de que Constantinopla tinha sido conquistada pelos inimigos da Igreja.

A queda de Constantinopla no final da Idade Média (1453) foi somente o início de adicionais avanços islâmicos. O Islã varreu os Bálcãs; tomou todas as ilhas mediterrâneas orientais, Creta, Rodas etc.; ocupou completamente a Grécia; começou a subir o vale do Danúbio, na direção das grandes planícies ao norte; destruiu o antigo reino da Hungria na batalha fatal de Mohács e por último, no primeiro terço do século XVI, no exato momento em que a tormenta da Reforma explodiu, o Islã ameaçou a Europa, trazendo a pressão para o coração do Império, em Viena.

É pouco apreciado o fato de que o sucesso da revolução de Lutero contra o catolicismo na Alemanha foi devido à forma com que a pressão islâmica desde o Oriente paralisou a autoridade central dos imperadores alemães. Eles tiveram de negociar com os líderes da revolução religiosa e tentar alcançar uma forma precária de paz, entre as alegações irreconciliáveis da autoridade católica e da teoria religiosa protestante, a fim de enfrentar o inimigo que batia nos portões; inimigo este que já tinha tomado a Hungria e podia muito bem tomar todo o sul da Alemanha e, talvez, o Reno. Se o Islã tivesse tido sucesso nesse empreendimento durante o caos de violência civil entre os alemães, devido à eclosão da Reforma, nossa civilização teria sido destruída da mesma forma que aconteceria se as primeiras horas de muçulmanos não tivessem sido rechaçadas e vencidas oito séculos antes, na parte central da França.

Essa pressão muçulmana violenta sobre a cristandade desde o Oriente, por mar e por terra, quase teve suc esso. A última grande onda de soldados mongóis , a última grande organização turca operando naquele momento desde a conquistada Constantinopla, propusera cruzar o Adriático, atacar a Itália por mar e finalmente recobrar tudo o que tinha sido perdido no Mediterrâneo Ocidental.

Houve um momento crítico em que pareceu que o esquema ia funcionar.

Uma enorme expedição militar muçulmana lutou na boca do Golfo de Corinto contra a frota cristã em Lepanto. Os cristãos venceram essa batalha naval e o Mediterrâneo Ocidental foi salvo. Mas passou perto, e o nome Lepanto deve permanecer nas mentes de todos os homens com um senso histórico como um dos nomes da história do mundo cristão. Foi um tema relevante para o melhor poema de nosso tempo, “A balada de Lepanto”, de G. K. Chesterton.

Hoje, estamos acostumados a pensar sobre a palavra muçulmano como algo atrasado e estagnado, em termos materiais, pelo menos. Não conseguimos imaginar a grande frota muçulmana feita de navios e submarinos modernos , ou um grande e moderno exército muçulmano totalmente equipado com artilharia, poder aéreo, etc. Mas há pouco tempo, há menos de cem anos da Declaração de

Independência, o governo muçulmano centrado em Constantinopla tinha uma melhor artilharia e um melhor equipamento de guerra de qualquer tipo que tinhamos nós cristãos do Ocidente. O último esforço que fizeram para destruir a cristandade foi contemporâneo ao fim do reino de Carlos II na Inglaterra e de seus irmãos James e do usurpador William III . Esse esforço fracassou durante os últimos anos do século XVII, somente há pouco mais de dois séculos. Viena, como vimos, estava quase tomada e somente foi salva pelo exército cristão sob o comando do rei da Polônia, numa data que deve permanecer como uma das mais famosas da história – 11 de setembro de 1683. Mas o perigo permanecia. O Islã era ainda imensamente poderoso a alguns dias de marcha da Áustria e foi somente depois da vitória de Príncipe Eugênio em Zenta, em 1697, e a captura de Belgrado que a maré mudou – e já estávamos no final do século XVII .

Deve-se perceber que a geração de Dean Swift – os homens que viram a corte e Luís XIV em seus últimos anos, os homens que viram os hanoverianos sendo trazidos como reis marionetes da Inglaterra pela classe dominante inglesa, os homens que viram a aparente extinção da liberdade na Irlanda depois do fracasso da campanha de James II em Boyne e a posterior capitulação de Limerick, todo o período que se sobrepõe entre o final do século XVII e o início do século XVIII – foi dominada por uma vívida memória da ameaça muçulmana que quase se saiu vitoriosa e que aparentemente poderia, num futuro próximo, se repetir.

Os europeus daquele tempo pensavam nos muçulmanos como pensamos nos bolcheviques ou como os brancos na Ásia pensam no poder japonês hoje em dia.

O que aconteceu foi algo muito inesperado; o poder islâmico começou a se quebrar no lado material. Os muçulmanos perderam o poder de competir com os cristãos na manufatura daqueles instrumentos pelos quais o domínio é assegurado: armamento, métodos de comunicação, etc. Não somente não avan-

caram, retroagiram. Sua artilharia se tornou pior que a nossa. Enquanto nossa habilidade marítima cresceu amplamente, a deles afundou até o ponto em que não tinham mais navios de primeira classe com que lutar as batalhas navais.

O século XVII é a história de sua gradual perda na corrida contra a Europa em termos materiais.

Quando aquela vasta revolução nos negócios humanos introduzida pela invenção da maquinaria moderna começou na Inglaterra e se espalhou vagarosamente por toda a Europa, o mundo islâmico provou-se incapaz de tirar vantagem disso. Durante as guerras napoleônicas, apesar do apoio inglês, o Islã fracassou inteiramente ao enfrentar os exércitos franceses no Egito; seu último esforço resultou numa completa derrota (a batalha terrestre do Nilo).

Por todo o século XIX, o processo continuou. Como resultado, o norte da África, que era muçulmano, foi gradualmente subjugado pela Europa; o último pedaço de terra independente a cair foi o Marrocos. O Egito caiu sob o controle inglês. Muito antes, a Grécia e os estados dos Balcãs foram libertados. Minha geração atrás, todos acreditavam que o poder islâmico remanescente ia desaparecer da Europa. A Inglaterra defendeu e salvou Constantinopla dos russos em 1877-1878, mas parecia apenas uma questão de alguns anos para que os turcos fossem de lá expulsos para sempre. Todos esperavam pelo fim do Islã, deste lado do Bósforo, pelo menos; enquanto que na Síria, Ásia Menor e Mesopotâmia ele estava perdendo todo o vigor político e militar. Depois da Grande Guerra, o que sobrou do poder islâmico, mesmo na Ásia mais próxima, foi salvo apenas pelas brigas entre os aliados.

Até a Síria e a Palestina foram divididas entre França e Inglaterra. A Mesopotâmia caiu sob o controle inglês e nenhuma ameaça do poder islâmico permaneceu, embora ele ainda estivesse estabelecido na Ásia Menor e mantivesse um tipo de controle precário sobre a decadente cidade de Constantinopla. O Islã perdeu o Mediterrâneo, cada centímetro da Europa, todo o controle do território africano; e o grande duelo entre o Islã e a cristandade parecia finalmente ter sido decidido.

A que devemos isso? Nunca vi uma resposta a essa questão. Não houve nenhuma desintegração moral interna, não houve nenhuma ruptura intelectual;

você considerará qualquer estudante egípcio ou sírio hoje, se conversar com ele sobre qualquer assunto filosófico ou científico que ele tenha estudado, como igual a qualquer europeu. Como o Islã não aplica a ciência física a nenhum de seus problemas, nas forças armadas ou nas comunicações, ele parece não ser mais parte de nosso mundo e ter se posto abai xó dele. De cada 12 muçulmanos no mundo de hoje, 11 estão subjugados por potências ocidentais. Pareceria, repito, como se o grande duelo tivesse sido decidido.

Mas podemos estar certos disso? Duvido muito. Sempre me pareceu possível, mesmo provável, que houvesse uma ressurreição do Islã e que nossos filhos e netos veriam uma renovação daquela tremenda luta entre a cultura cristã e o que tem sido, por mais de mil anos, seu grande oponente.

A razão pela qual essa convicção surgiu nas mentes de certos observadores e viajantes, como eu mesmo, agora considerarei. É, de fato, uma questão vital: “pode o Islã ressurgir?”

Num certo sentido, essa questão já foi respondida, pois o Islã nunca desapareceu. Ainda conta com a adesão leal e inquestionável de milhões entre o oceano Atlântico e o Índico e além, em comunidades esparsas da Ásia. Mas faço a pergunta no seguinte sentido: “será que o poder temporal do Islã retornará e com ele a ameaça de um mundo muçulmano armado que abalará os domínios europeus — ainda nominalmente cristãos — reaparecendo novamente como o principal inimigo de nossa civilização?” O futuro sempre nos reserva surpresa, mas a sabedoria política consiste em tentar, pelo menos parcialmente, julgar qual será essa surpresa. E, de minha parte, não posso deixar de pensar que a principal coisa inesperada do futuro é o retorno do Islã. Como a religião está na raiz de todas as alterações e movimentos políticos e como temos aqui uma grande religião fisicamente paralisada mas moral e vivamente ativa, estamos na presença de um equilíbrio instável que não pode permanecer permanentemente instável. Examinemos, então, sua posição.

Eu disse, nas páginas anteriores, que uma qualidade particular do islamismo, considerado como uma heresia, era sua vitalidade. Única entre todas as heresias, o islamismo fincou raízes permanentes, desenvolveu uma vida própria e se tornou finalmente algo como uma nova religião. Isso é tão verdadeiro que poucos homens, mesmo entre os mais altamente instruídos em história, reconhecem que o islamismo foi essencialmente, em suas origens, não uma religião, mas uma heresia.

Como toda heresia, o islamismo viveu das verdades católicas que ele reteve. Sua insistência na imortalidade pessoal, na Unidade e Majestade de Deus, em

sua Justiça e Misericórdia, sua insistência na igualdade das almas dos homens aos olhos de seu Criador — estas são sua força.

Mas ele sobreviveu por outras razões além dessas; todas as outras heresias tiveram suas verdades tanto quanto suas falsidades e excentricidades, mesmo assim morreram uma atrás da outra. A Igreja Católica as viu passar, e apesar das más consequências que ainda persistem, as heresias propriamente ditas estão mortas.

A força do calvinismo estava na verdade sobre a qual insistia, a Onipotência de Deus, a dependência e insuficiência do homem; mas seu erro, que era a negação do livre-arbítrio, também o matou, pois os homens não poderiam aceitar permanentemente tal negação monstruosa do bom se não e da experiência comum. O arianismo viveu da verdade que continha, ou seja, do fato de que a razão não poderia diretamente reconciliar aspectos opostos de um grande mistério — a Encarnação. Mas o arianismo morreu porque adicionou a essa verdade uma falsidade, ou seja, que a aparente contradição poderia ser resolvida negando a íntegra divindade de Nosso Senhor.

E assim aconteceu com outras heresias. Mas o islamismo, apesar de conter também erros que convivem lado a lado com grandes verdades, floresceu continuamente, e como corpo doutrinal está ainda florescendo, apesar de que se passaram mil e trezentos anos desde suas primeiras vitórias na Síria. As causas da sua vitalidade são muito difíceis de explorar e talvez não possam ser alcançadas. De minha parte, atribuo essa situação, parcialmente, ao fato de que o islamismo é uma coisa que veio de fora, uma heresia que não surgiu desde dentro do corpo da comunidade cristã, mas de um lugar além de suas fronteiras, tendo sempre um reservatório de homens recém-chegados, que sempre revivificavam suas energias. Mas essa não pode ser a explicação completa; talvez o islamismo tivesse morrido se não houvesse as ondas sucessivas de recrutamento desde o deserto e a Ásia; talvez tivesse morrido se o califado em Bagdá tivesse ficado isolado e se os mouros no Ocidente não tivessem sido capazes de se beneficiarem do contínuo recrutamento vindo do Sul.

Qualquer que seja a causa, o islamismo sobreviveu, e sobreviveu vigorosamente. Esforços missionários não tiveram sobre ele nenhum efeito apreciável. Ele ainda converte pagãos selvagens em grande escala. Atrai até, de tempos em tempos, alguns excêntricos europeus, que se convertem. Mas um muçulmano nunca se torna católico. Nenhum fragmento do Islã abandona o livro sagrado, seu código moral, seu sistema organizado de orações, sua doutrina simples.

Em vista disso, qualquer um com um conhecimento de história é levado a se perguntar se não veremos no futuro uma revitalização do poder político islâmico, e a renovação da antiga pressão do Islã sobre a cristandade.

Vimos como o poder político do Islã declinou muito rapidamente durante os séculos XVIII e XIX. Acabamos de seguir a história desse declínio. Quando Solimão, o Magnífico, estava sitiando Viena, ele tinha uma artilharia melhor, mais energia, enfim tudo melhor que seus oponentes; o Islã era, no campo de batalha, ainda materialmente superior à cristandade – pelo menos era superior no poder e nos instrumentos de luta. Isso aconteceu até os primeiros anos do século XVIII. Então, veio o inexplicável declínio. A religião não decaiu, mas seu poder político e seu poder material decaíram surpreendentemente, sendo que a queda maior foi na questão das armas. Quando o pai do Dr. Johnson, um livreiro, e estava montando seu negócio em Lichfield, o “Grande Turco”¹¹ era ainda temido como um potencial conquistador da Europa; antes da morte de Dr. Johnson, nenhuma frota ou exército turco tinha o poder de ameaçar o Ocidente. Menos de uma geração depois, os muçulmanos no norte da África caíram em poder da França; e aqueles que eram então jovens, viveram para ver quase todo o território muçulmano, exceto um decadente fragmento governado desde Constantinopla, firmemente subjugado pelos governos da França e Inglaterra.

Sendo assim, um Islã recrudescente, a possibilidade do reaparecimento daquele terror sob o qual vivemos por séculos e de nossa civilização lutar novamente por sua sobrevivência contra o que foi seu principal inimigo por mil anos, parece fantástico. Quem no mundo islâmico pode hoje fabricar e manter instrumentos de guerra modernos? Em que arranjo político a religião do Islã pode ter um papel importante no mundo moderno?

Sei que a sugestão de que o Islã possa ressurgir soa fantástico – mas isso é somente porque os homens são sempre poderosamente afetados pelo passado imediato – pode-se dizer, cegados por ele.

As culturas nascem das religiões; no fundo, a força vital que mantém qualquer cultura é sua filosofia, sua atitude frente ao universo; a queda de uma religião envolve a queda da cultura correspondente – vemos isso claramente na ruptura da cristandade atualmente. O trabalho sujo começado na Reforma está dando seu fruto final na dissolução de nossas doutrinas ancestrais – a própria estrutura de nossa sociedade está se dissolvendo.

Em lugar do antigo entusiasmo cristão da Europa, instalou-se, por um tempo, o entusiasmo pela nacionalidade, a religião do patriotismo. Mas auto-adoração não é suficiente, e as forças que trabalham para a destruição de nossa

¹¹ O turco que era o império otomano. [N. do T.]

cultura, notadamente a propaganda da comunidade judaica desde Moscou, têm um futuro mais promissor do que nosso patriotismo fora de moda.

No Islã, não houve tal dissolução da doutrina ancestral – ou, de qualquer modo, nada parecido com a ruptura universal da religião na Europa. Toda a força espiritual do Islã está ainda presente nas populações da Síria e da Anatólia,¹² das montanhas da Ásia Oriental, da Arábia, do Egito e do norte da África.

O fruto final dessa tenacidade, o segundo período do poder islâmico, pode ter sido adiado – mas duvido que possa ser permanentemente postergado.

Não há nada na civilização muçulmana que seja em si mesmo hostil ao desenvolvimento do conhecimento científico e da habilidade mecânica. Tenho visto armas muito boas nas mãos de militares muçulmanos. Tenho visto alguns dos melhores trabalhos de direção e manutenção de transporte rodoviário conduzidos por muçulmanos. Não há nada inerente ao islamismo que o faça incapaz numa guerra científica e moderna. Na realidade, não vale nem a pena discutir essa questão. Isso deveria ser evidente a todos que já viram a cultura islâmica em funcionamento. Essa cultura só ficou para trás nas aplicações práticas e materiais; não há nenhuma razão para que não possa aprender sua nova lição e se tornar igual a nós

em todas essas coisas temporais, que são as únicas que atualmente nos fazem superiores a ela – enquanto que na força da fé, somos nós que ficamos para trás.

Quem duvida disso pode estar sendo enganado por diversas falsas sugestões vindas do passado imediato. Por exemplo, era comum se dizer, durante o século XIX, que o islamismo perdera seu poder político por causa de sua doutrina sobre o fatalismo. Mas essa doutrina era muito vigorosa quando o poder muçulmano atingiu seu máximo. Aliás, o islamismo não é mais fatalista que o calvinismo; as duas heresias se parecem em sua exagerada insistência na imutabilidade dos decretos de Deus.

Há uma sugestão mais inteligente feita no século XIX, que era esta: que o declínio do Islã viera de seu hábito fatal da perpétua divisão civil: a divisão e mutabilidade da autoridade política entre os muçulmanos. Mas essa fraqueza está presente desde o início; é inerente à própria natureza do temperamento árabe. Frequentemente, seu individualismo, essa sua tendência *fissipara*, os têm enfraquecido gravemente; ainda assim, frequentemente, eles se unem repentinamente em torno de um líder e realizam as maiores coisas.

Ora, é bastante provável que dessa forma – unido em torno de um líder – o retorno do Islã possa acontecer. Não há um líder ainda, mas o entusiasmo pode

¹²Região do sudoeste da Ásia que corresponde, hoje, à porção asiática da Turquia. (N. do L.)

fazê-lo aparecer e há sinais suficientes hoje no firmamento político de que podemos esperar da revolta do Islã em alguma data futura – talvez não muito distante.

Depois da Primeira Guerra Mundial, o poder turco foi restaurado repentinamente por um homem assim. Outro homem na Arábia, com igual rapidez, se afirmou e destruiu todos os planos para a incorporação daquela parte do mundo muçulmano na esfera inglesa. A Síria, que é o elo de conexão, a articu-

lação e o pivô de todo o mundo muçulmano, está no mapa superficialmente dividida entre um mandato inglês e um francês; mas as duas potências fazem intrigas, uma contra a outra, e são igualmente detestadas pelos muçulmanos, que são precariamente subjugados pela força. Tem havido derramamento de sangue no mandato francês e haverá novamente; no mandato inglês, por sua vez, a imposição à Palestina de uma colônia judaica elevou a altas temperaturas a animosidade da população árabe nativa. Enquanto isso, uma onipresente e subversiva propaganda bolchevista está em andamento em toda a Síria e no norte da África, contra a dominação dos europeus sobre a população muçulmana nativa.

Finalmente, há esta questão adicional a ser observada: o domínio inglês sobre os muçulmanos na Índia se fundamenta principalmente na divisão entre as religiões hindu e muçulmana. Cada passo na direção de uma maior independência política para cada uma das partes fortalece o desejo muçulmano de um poder renovado. Os muçulmanos indianos tenderão progressivamente a dizer: “Se tenho que me preocupar comigo mesmo e não ser favorecido, como fui no passado, por um senhor estrangeiro na Índia – ao qual eu mesmo governei em outro tempo – então me apoiarei no ressurgimento do Islã”¹³. Por todas essas razões (e muitas outras podem ser adicionadas), homens de visão podem compreender ou, de qualquer forma, esperar o retorno do Islã.

Poderia ser dito que as grandes heresias têm um efeito proporcional ao atraso de sua aparição na história da cristandade.

As heresias mais antigas relativas à Encarnação, quando morreram, não deixaram nenhum vestígio duradouro de sua presença. O arianismo foi revivido, por um momento, no caos geral da Reforma. Diversos eruditos, incluindo-se Milton na Inglaterra, presumivelmente Bruno na Itália e um punhado de franceses, propuseram doutrinas nos séculos XVI e XVII que tentavam reconciliar um materialismo modificado e uma negação da Trindade com a religião cristã. O esforço de Milton foi particularmente notável. A história oficial da Inglaterra evidentemente suprimiu esse esforço tanto quanto possível, pelo mé-

¹³A Índia viria a se tornar independente da Grã-Bretanha em 1947.

todo usual de mencioná-lo superficialmente. Os historiadores ingleses não negam o materialismo de Milton; recentemente diversos escritores ingleses comentaram longamente sobre a recusa de Milton em aceitar a completa divindade de Nosso Senhor. Mas esse esforço de supressão não terá sucesso, pois não se pode esconder uma coisa tão importante quanto o ataque de Milton, não somente contra a Encarnação, mas contra a Criação e contra a Onipotência de

Deus Todo-Poderoso.

Sobre isso falarei mais tarde, quando chegarmos ao movimento protestante. É geralmente verdade que as heresias mais remotas não somente morreram como também não deixaram nenhuma duradoura memória de sua ação na sociedade europeia.

Mas o islamismo, tendo vindo muito depois do arianismo, tal como o arianismo viera muito depois dos Apóstolos, deixou uma profunda marca na estrutura política da Europa e na linguagem: e até mesmo, em algum grau, na ciência.

Politicamente, ele destruiu a independência do Império Oriental — apesar de alguns fragmentos terem sido revividos de uma forma mutilada — e a glória e unidade do governo Bizantino desapareceram para sempre sob os ataques do

Islã. O czarismo russo, por estranho que pareça, assumiu a mutilada herança de Bizâncio, mas foi um paupérrimo reflexo do antigo esplendor grego. A verdade é que o Islã feriu permanentemente o oriente de nossa civilização, de tal forma que o barbarismo parcialmente retornou. No norte da África, seu efeito foi quase absoluto e permanece assim atualmente. A Europa tem sido incapaz de se reafirmar nessa região. A grande tradição grega desapareceu completamente do vale e do delta do Nilo, a menos que alguém considere Alexandria algum tipo de relíquia daquela tradição, com sua civilização europeia, francesa e italiana. Mas, além desse ponto até o Atlântico, a antiga ordem fracassou aparentemente para sempre. A França ao assumir a administração de *Bárbaro*¹⁴ e implantou lá uma colônia considerável de franceses, espanhóis e italianos, deixando a estrutura básica da sociedade daquela região completamente muçulmana; e não há sinais de que algo diferente aconteça.

Em que medida o Islã afetou nossa ciência e nossa filosofia é uma questão aberta ao debate. Seu efeito tem sido, sem dúvida, muito exagerado, porque exagerá-lo foi uma forma de ataque ao catolicismo. A parte principal do que produziram matemáticos, físicos e geógrafos muçulmanos, que escreviam em

¹⁴A Costa de Bárbaro, ou Bárbaro, era o termo usado pelos europeus para se referirem às regiões costeiras centrais e ocidentais do norte da África, o que é agora Marrocos, Argélia, Tunísia e Líbia. [N. do T.]

árabe, que professavam alguma forma da doutrina do Islã ou alguma forma herética dela (às vezes quase ateia) veio da civilização grega ou romana que o Islã conquistou. O Islã nos legou, através de tais estudiosos, uma grande parte dos desenvolvimentos feitos pela civilização greco-romana.

Durante a Idade Média tardia e mesmo durante o início da Idade Média, o mundo islâmico detinha a melhor parte do ensino acadêmico e nós tivemos de recorrer a ele para nos sa própria instrução.

O efeito do islamismo na linguagem cristã é impressionante, embora seja esta uma questão superficial, é claro. Esse efeito pode ser encontrado num grande número de palavras, tais como as mais familiares “álgebra”, “álcool”, “almirante” etc. Nós encontramos esse efeito em termos da heráldica e abundantemente em nome de lugares. De fato, é notável ver como os nomes de origem grega e romana são substituídos por termos semíticos totalmente diferentes. Metade dos rios da Espanha, especialmente os da parte sul do país, incluem o termo *wadi*, e é curioso notar que, bem no interior do hemisfério ocidental, “Guadalupe” preserva a forma árabe derivada de “Estremadura”.

As cidades do norte da África, e também as vilas, foram rebatizadas. Os nomes das mais famosas – por exemplo, Cartago e Cesareia – desapareceram. Outros surgiram espontaneamente, tais como “Argélia”, um nome derivado do termo árabe para “as ilhas” – a antiga enseada da Argélia devia sua segurança parcial a uma linha de ilhotas pedregosas paralelas à costa.

A história completa dessa substituição dos nomes originais de cidades e rios por termos semíticos é um dos muitos exemplos valiosos que temos da desconexão entre a linguagem e a raça. A raça no norte da África, da Líbia na direção oeste, tem sido a mesma desde o início dos tempos. Ela é berbere. Mesmo assim a língua berbere sobreviveu somente em poucos aglomerados nas colinas e em tribos do deserto. A língua púnica, a grega, a latina, a fala comum de Trípoli (a propósito, um nome grego sobrevive), a de Tunis e a de todo o Bárbaro, todas se foram. Tal exemplo deveria preocupar os teóricos acadêmicos que falam do inglês como “anglo-saxão”, e argumentam, a partir dos nomes dos lugares, que o inglês veio do norte da Alemanha e da Dinamarca em pequenos barcos, exterminou todos a leste de Cornwall, tendo dado aqueles nomes às suas próprias comunidades. Grande parte dessas fantasias ainda sobrevive, mais fortemente, é claro, em Oxford e Cambridge.

O ATAQUE ALBIGENSE



No coração da Idade Média, justamente quando ela se aproximava de sua fase mais esplêndida, o grande século XIII, surgiu — e foi, por um momento, completamente vencedor — um poderoso e singular ataque contra a Igreja Católica e contra toda a cultura que ela sustentava.

Esse foi um ataque, não somente contra a religião que construiu nossa civilização, mas contra a própria civilização; e seu nome registrado pela história é “a heresia albigense”.

No caso dessa grande luta, devemos proceder como no caso de todos os nossos outros exemplos, examinando, em primeiro lugar, a natureza da doutrina que se punha contra o corpo das verdades ensinadas pela Igreja Católica.

A falsa doutrina, da qual a versão dos albigenses foi o principal exemplo, esteve sempre latente de várias formas entre os homens, não somente na civilização da Cristandade, mas toda vez e em todo lugar em que os homens tiveram que ponderar sobre os problemas fundamentais da vida, isto é, sempre. Mas aconteceu que essas ponderações ocorreram com efeitos concentrados naquele momento da história. Foi então que as falsas doutrinas que estamos prestes a examinar se sobressaíram de forma mais evidente e podem, assim, ser mais claramente apreciadas. Pelos efeitos que a heresia teve quando esteve no seu ponto mais alto de vitalidade podemos estimar os males que doutrinas similares ocasionam, seja quando for que apareçam.

Durante o período cristão, esse permanente problema da mente humana dilatou-se em três grandes ondas, das quais o episódio albigense foi somente o mais central. A primeira grande onda foi a tendência maniqueia dos primeiros

séculos cristãos. A terceira grande onda foi o movimento puritano na Europa que acompanhou a Reforma e sua seqüela, o jansenismo. O primeiro movimento vigoroso da espécie tinha se exaurido antes do final do oitavo século. O segundo foi destruído quando o movimento albigense foi definitivamente erradicado, no século XIII. O terceiro, a onda puritana, está somente agora em seu declínio, depois de ter causado um sem número de males.

Mas qual é essa tendência geral ou humor que, em sua fase inicial foi chamada maniqueísta, que, em sua forma mais nítida que estamos prestes a tratar, é chamada albigense e que nós conhecemos da história moderna como puritanismo? Qual é o poder subjacente que produz heresias desse tipo?

Para responder esta importante questão devemos considerar a principal verdade da Igreja Católica, que pode ser resumidamente colocada da seguinte forma: “A Igreja Católica está fundada no reconhecimento da dor e da morte.” Na sua forma mais completa a sentença pode ser escrita: “A Igreja Católica está radicada no reconhecimento do sofrimento e da mortalidade e na sua afirmação de oferecer uma solução ao problema que apresentam”. Esse problema é geralmente conhecido como “o problema do mal”.

Como podemos considerar o glorioso destino do homem, o céu como seu objetivo e seu Criador infinitamente bom e onipotente quando nos encontramos sujeitos ao sofrimento e à morte?

Quase todos os jovens e pessoas simples são apenas superficialmente conscientes desse problema. O grau de consciência depende das situações da vida de cada um; quanto cedo se enfrentou uma perda por morte ou quanto cedo adveio uma grande dor física ou mental. Mas cedo ou tarde todo ser humano que pensa alguma coisa, qualquer um que não seja idiota, enfrenta o “problema do mal”; e quando observamos a raça humana tentando desvendar o significado do universo, ou aceitando a Revelação, ou seguindo religiões e filosofias falsas e deturpadas, nós encontramos os homens sempre preocupados com aquela insistente questão: “Por que sofremos? Por que devemos morrer?”

Muitas soluções para o enigma torturante foram propostas. A mais simples e básica é não enfrentar o enigma; desviar os olhos do sofrimento e da morte; fingir que eles não existem, ou, quando eles se impõem sobre nós tão insistentemente que não podemos manter o fingimento, esconder então nossos sentimentos. Faz parte também desse péssimo método de tratar o problema o não mencionar o mal e o sofrimento e tentar esquecê-los o máximo possível.

Uma solução menos básica, mas igualmente desprezível intelectualmente, é dizer que não há problema pois somos todos parte de uma coisa morta e sem

sentido, sem nenhum Deus criador: é o mesmo que dizer que não há realidade no certo e errado e na concepção da beatitude ou da miséria.

Outra forma mais nobre de solução do enigma, que foi a favorita da sofisticada civilização pagã da qual viemos — a forma dos grandes romanos e dos grandes gregos — é o estoicismo. Ele pode vulgarmente ser considerado “a filosofia do sofrer sorrindo”. Tem sido chamado por alguns acadêmicos “a permanente religião da humanidade,” mas não é nada disso; pois o estoicismo não é absolutamente uma religião. Ele tem pelo menos a nobreza de encarar os fatos, mas não propõe nenhuma solução. É completamente negativo.

Profunda, mas desesperada, é a solução encontrada na Ásia — da qual o grande exemplo é o Budismo: a filosofia que chama o indivíduo de ilusão nos desafia a nos livrarmos do desejo para alcançar a imortalidade e almeja a submersão na vida impessoal do universo.

A solução católica todos nós conhecemos. Não que a Igreja Católica tenha proposto uma solução completa para o mistério do mal, pois nunca foi nem a alegação nem a função da Igreja explicar a natureza integral de todas as coisas, e sim salvar almas. Mas a Igreja Católica tem, para esse problema particular, uma resposta definitiva no interior de seu campo de ação. Ela diz, em primeiro lugar, que a natureza humana é imortal e feita para a beatitude; em segundo lugar, que a mortalidade e a dor são o resultado da Queda do homem, ou seja, da sua rebelião contra a vontade de Deus. Diz que, desde a Queda, nossa vida mortal é um sofrimento e um teste em que, conforme nosso comportamento, recuperaremos (mas através dos méritos de nosso Salvador) a imortal beatitude que perdemos.

O maniqueu estava tão estupefato com a experiência ou a perspectiva do sofrimento e pelo apavorante fato de que sua natureza estava sujeita à mortalidade, que se refugiou na negação da divindade onipresente do Criador. Dizia que o mal estava em operação no universo tanto quanto o bem; os dois princípios estavam sempre lutando entre si como iguais. O homem estava sujeito tanto a um quanto ao outro. Se ele tivesse a possibilidade de lutar, que o fizesse no sentido do princípio do bem e evitasse o poder do princípio do mal, mas devia tratar o mal como uma coisa onipotente. O maniqueu reconhecia um deus mal e também um deus bom, e sintonizava sua mente a essa espantosa concepção.

Tal tendência mental alimentava toda a sorte de efeitos secundários. Em alguns homens essa tendência levaria à adoração do demônio, em muitos à magia, que é uma dependência a algo distinto do próprio livre arbítrio, a truques que mantivessem o mal à distância ou o enganassem. Também levava,

paradoxalmente, à perpetração deliberada de muitos males, em relação aos quais se dizia que não adiantava lutar contra eles ou que eles não importavam, pois nós estávamos, de qualquer forma, cativos de uma coisa tão poderosa quanto o poder do bem e que devíamos agir em conformidade com a situação.

Mas uma coisa o maniqueu de qualquer tendência sempre sentiu: a matéria pertence ao lado mal das coisas. Apesar de poder existir mal espiritual, o bem é completamente espiritual. Isso é algo que você encontra não somente nos primeiros maniqueus, não somente no albigense da Idade Média, mas também no mais moderno dos puritanos remanescentes. Essa característica parece indissociavelmente conectada com o temperamento maniqueísta em suas diversas formas. A matéria está sujeita à corrupção e é, portanto, má. Nossos corpos são maus. Nossos apetites são maus. Essa ideia se ramifica em toda sorte de detalhes absurdos. O vinho é mau. Todo o prazer físico é mau. A alegria é má. A beleza é má. Os divertimentos são maus e assim por diante. Qualquer um que leia os detalhes da história albigense ficará impressionado com a atitude singularmente moderna desses antigos hereges, pois eles tinham a mesma origem que a dos

puritanos. Essas questões, no entanto, só foram completadas em detalhe quando o movimento albigense se espalhou. Nossos corpos são materiais, eles decaem e morrem. Portanto, foi o deus mal que fez o corpo humano, ao passo que o deus bom fez a alma. Assim, também Nosso Senhor estava apenas “aparentemente” vestido de um corpo humano. Apenas “aparentemente” sofria. Daí, também a negação da Ressurreição.

Como a Igreja Católica sempre se opôs fortemente a esse tipo de atitude, sempre houve um conflito irreconciliável entre ela e os maniqueus e puritanos, e esse conflito nunca foi mais violento do que a forma que ele tomou entre os albigenses e a Igreja Católica organizada daquele tempo (séculos XI e XII) na

Europa meridional. O papado, depois disso, tornou-se o defensor do albigense.

A questão maniqueísta, onde quer que ela apareça na história, surge como algumas doenças epidêmicas do corpo humano. Ela chega e você dificilmente nota de onde. Surge em vários centros, cresce em poder e se torna finalmente um tipo de praga devastadora. Assim aconteceu com a grande fúria albigense há oitocentos e novecentos anos atrás. As origens são obscuras, mas podemos seguir suas pegadas.

O século XI, o período entre os anos 1000 e 1100, pode ser considerado o despertar da Europa. Nossa civilização acabava de passar por terríveis provações. O Ocidente foi saqueado em alguns lugares a cristandade tinha quase se

extinguido — por hordas de piratas pagãos vindos do norte, os escandinavos, que só mais tarde foram parcialmente convertidos. Do leste vieram os invasores mongóis que cavalgaram na direção da Europa vindos das planícies do norte da Ásia. E havia ainda o grande ataque muçulmano contra o Mediterrâneo que conseguiu ocupar quase toda a Espanha, dominou permanentemente o norte da África e a Síria e ameaçava a Ásia Menor e Constantinopla.

A Europa estava sitiada, mas começava a afugentar seus inimigos. Os piratas do norte foram vencidos e expulsos. Os recém civilizados germânicos⁴⁵ atacaram os mongóis e salvaram a região norte do Danúbio e a fronteira a leste. Os cristãos eslavos se organizaram ainda mais a leste. Era o início do reino da Polônia. Mas o principal campo de batalha era a Espanha. Lá, durante o século XI, o poder muçulmano foi sendo afastado cada vez mais para o sul até que, muito antes do século terminar, grande parte da península tinha sido recuperada pelos cristãos. Com esse sucesso material, houve um extraordinário despertar da inteligência nas disputas (*disputatio*) filosóficas e nas ciências físicas. Começava um desses períodos que aparecem na história de tempos em tempos, em que se respira, por assim dizer, um “ar de primavera”. A filosofia crescia vigorosamente, a arquitetura se expandia, a sociedade se organizava mais e as autoridades civis e eclesásticas começavam a ampliar e a codificar seus poderes.

Toda essa nova vitalidade aumentava o vigor tanto da heresia quanto da ortodoxia. Começavam a aparecer desde o Oriente, aqui e acolá, na direção do Ocidente, indivíduos ou pequenas comunidades que propunham e propagavam uma nova e, como diziam, purificada forma de religião.

Essas comunidades tinham alguma força nos Bálcãs, aparentemente, antes de surgirem na Itália. Parece que tinham certa força no norte da Itália antes de aparecerem na França, embora tenha sido a França o palco da última grande luta. Esses homens foram conhecidos por vários nomes — paulicianos, por exemplo — ou um nome que os referenciava à uma origem búlgara. Eram geralmente conhecidos como “os puros”. Eles mesmos gostavam desse epíteto, que traduziam para o grego e se chamavam de “cátaros”. A história completa desse obscuro avanço do perigo, a partir do leste da Europa, ficou perdida no brilho da glória quando, durante o século XII I, a cristandade atingiu o cume da civilização, e as origens dos albigenses foram esquecidas e sua obscuridade foi acentuada pela sombra com que essa glória os cobriu. Apesar disso, foram uma influência

⁴⁵ Todo o sul da Alemanha foi afetado pela civilização romana de algum modo, e de modo intenso o vale do Reno. Mas a civilização germânica em geral, incluindo-se o norte e os homens do Elba, foi um tabulacho de missionários católicos e a tal talidade Médica, principalmente ingleses e irlandeses. (N. do A.)

tão perigosa quanto difundida e houve um momento em que parecia que eles nos solapariam completamente. Os Concílios da Igreja estavam cientes do que estava acontecendo, mas a coisa era muito difícil de definir e dominar. Em Arras, Flandres, já em 1025, um concílio condenou certas proposições heréticas daquele tipo. Em meados do século, em 1049, houve outra condenação mais geral emitida por um concílio reunido em Reims, na Champagne.

A heresia pairava como um miasma ou uma névoa envenenada, que se movia por sobre um amplo vale e ora parava aqui, ora acolá. Começou a se concentrar no sul da França, e foi lá que ocorreu o confronto decisivo e final entre ela e a força organizada pela Europa católica.

Para se definir e se fortalecer, a heresia teve a ajuda da primeira grande cruzada, que excitou toda a Europa, trouxe uma inundação de novas influências do Oriente e estimulou todo o tipo de atividade no Ocidente. Aquela cruzada, como vimos no capítulo anterior, coincidiu com o final do século XI. Jerusalém foi capturada em 1099. Foi no século seguinte, o século XII, que seu efeito se manifestou. Foi uma época de grandes avanços. As universidades foram criadas, tal como os chamados parlamentos, e os primeiros arcos ovalados surgiam. Era o gótico. A verdadeira Idade Média aparecia sobre a terra. Em tal atmosfera de vigor e crescimento, os cátaros se fortaleciam, como faziam todas as outras forças em seu entorno. Foi no início do século XII que a questão começou a ficar alarmante, e mesmo antes da metade do século, o norte da França já insistia para que o papado agisse.

O Papa Eugênio enviou um legado ao sul da França para avaliar o que poderia ser feito, e São Bernardo, o grande orador ortodoxo daquele período vital, pregou contra os hereges. Mas nenhuma força foi usada. Não houve qualquer verdadeira organização para enfrentar os hereges, apesar de homens de visão exigirem uma ação vigorosa para que a sociedade fosse salva. Finalmente, o pe-

1163,

figura-se determinando mantê-lo com um nome perigoso. O concílio, que se reuniu em Albigense foi o nome, que perdura até hoje.

É um nome enganador. O distrito albigense (conhecido na França como “Albigeois”) se confunde praticamente com o departamento de Tarn, nas montanhas centrais da França: um distrito cuja capital é a cidade de Albi. Não há dúvidas de que missionários hereges vieram de lá, o que sugere esse nome, mas a força do movimento não estava lá em cima, nas colinas de esparsa população, mas abaixo, nas verdejantes planícies que levavam ao Mediterrâneo, o chamado “Languedoc”, um amplo distrito do qual a grandecidade de Toulouse era capital. Muitos

anos antes do Concílio de Tours ter dado um nome ao agora movimento subversivo, Pedro de Bruys pregava as novas doutrinas no “Langue d’Oc”, tal como seu companheiro, Henrique, as espalhava em Lausanne, no que é hoje a Suíça, e depois em Le Mans, no norte da França. É de se notar que a população se exasperou tanto com o primeiro destes homens, que o prendeu e o queimou vivo.

Mas, até então não havia nenhuma ação oficial contra os “albigenses” e eles

ainda puderam desenvolver sua força rapidamente por anos e anos, pois se esperava que as armas espirituais fossem suficientes para enfrentá-los. O papado esperava que houvesse uma solução pacífica. Em 1167, aconteceu uma reviravolta. Os albigenses, agora totalmente organizados como uma contra-igreja (semelhante ao que aconteceu com o calvinismo quatrocentos anos mais tarde), reuniram-se num concílio geral em Toulouse e uma nefasta realidade política se revelou: grande parte dos pequenos nobres, que formavam a massa do poder de luta no centro-sul da França e dos senhores de vilas isoladas estava a favor do novo movimento. A Europa Ocidental naqueles dias não estava organizada como hoje, em grandes nações centralizadas. Era “feudal”. Senhores de pequenos distritos eram agrupados por senhores mais poderosos e estes por homens muito poderosos que eram os chefes de províncias fracamente unificadas. Um Duque da Normandia, um Conde de Toulouse, um Conde de Provença, eram na realidade soberanos locais. Eles deviam deferência e lealdade ao rei da França, mas nada mais.

Mas agora a massa de pequenos senhores feudais no sul apoiava o movimento, tal como aconteceu com outros movimentos heréticos que foram apoiados pela mesma classe de pessoas, porque viam nisso uma oportunidade de ganho pessoal às custas das terras da Igreja. Esse sempre fora o principal motivo nessas revoltas. Mas havia outro motivo que era o crescente ciúme que o sul sentia em relação ao caráter e ao espírito do norte da França. Havia uma diferença no discurso e uma diferença de caráter entre as duas metades do que era nominalmente a monarquia francesa. O norte francês começava a clamar,

uma vez mais. Pela supressão da heresia sulista, e assim soprava a brisa. Finalmente, em 1194, depois que Jerusalém tinha sido perdida e a Terceira Cruzada tinha fracassado em recuperá-la, a situação chegou a um impasse. O Conde de Toulouse, o monarca local, se juntou naquele ano aos hereges. O grande Papa Inocêncio III finalmente começou a se mover. Já era tempo: de fato, já se tinha quase passado do tempo. O papado tinha cautelosamente se agarrado a uma morosa esperança de atingir a paz espiritual pela pregação e o exemplo; mas o único resultado da demora foi que ela permitiu que o mal crescesse a dimensões que punha em perigo toda nossa cultura.

O quanto aquela cultura estava em perigo pode ser visto pelas principais doutrinas que estavam sendo abertamente pregadas e aceitas. Todos os sacramentos foram abandonados. Em seu lugar, um estranho ritual foi adotado, que envolvia a adoração do fogo, chamado “a consolação”, por meio do qual acreditava-se que a alma era purificada. A propagação da espécie humana foi atacada; o casamento era condenado e os líderes da seita espalhavam todo tipo de extravagâncias que se podem encontrar pairando sobre o maniqueísmo e o puritanismo, onde quer que apareçam. O vinho é mal, a carne é má, a guerra era sempre absolutamente má, e assim também a pena capital; mas um pecado sem perdão era a reconciliação com a Igreja Católica. Os albigenses não fugiam à regra. Todas as heresias consideravam aquele pecado imperdoável.

Estava claro que a coisa devia ser decidida pelas armas, pois agora que o governo local sulista apoiava a nova e organizada anti-igreja, se esta crescesse um pouco mais, toda a nossa civilização entraria em colapso. A simplicidade da doutrina, como seu dualismo entre bem e mal, com sua negação da Encarnação, dos principais mistérios cristãos e dos sacramentos, a sua denúncia da riqueza eclesiástica e seu patriotismo local — tudo isso começou a seduzir as massas urbanas tanto quanto os nobres. Mesmo assim, Inocêncio, como grande Papa *que era*, hesitava, como todo estadista hesita, ante um apelo real às armas; mas até ele, pouco antes do final do século, pressentia a necessidade de uma cruzada.

Quando a luta começou ficou claro que ela teria de ser algo como uma conquista do sul — ou melhor, do sudeste da França, entre o Ródano e as montanhas, com Toulouse como sua capital — pelos barões do norte.

Ainda assim a cruzada hesitava. A virada do século passara antes que Raimundo, conde de Toulouse (Raimundo VI), temendo a ameaça do norte, promettesse mudar e retirar a proteção ao movimento subversivo. Ele prometeu ainda exilar os líderes da agora vigorosa e organizada anti-igreja herética. Mas não foi sincero. Suas simpatias pendiam para sua gente do sul, para a massa de homens lutadores, seus apoiadores, para os pequenos senhores do Langue d’Oc, que estavam profundamente embebidos com as novas doutrinas. São Domingos, vindo da Espanha, se tornou, pela força de seu caráter e a firmeza de suas intenções, a alma da reação que se aproximava. Em 1207 o Papa pediu ao rei da França, como soberano e senhor de Toulouse, o uso da força. Quase todas as cidades do sudeste já estavam afetadas. Muitas estavam completamente controladas pelos hereges, e quando o legado papal, Castelnou, foi assassinado — presumivelmente com a cumplicidade do conde de Toulouse — a demanda por uma cruzada foi repetida e enfatizada. Pouco depois do assassinato, a luta *começou*.

O homem que sobressai como o maior líder da campanha foi um sujeito não muito importante, senhor muito pobre de um lugar pequeno mas fortificado, chamado Monfort, distante um dia de marcha de Paris, na direção da Normandia. Podem-se ver ainda as ruínas do lugar, num campo densamente arborizado. Ficam ao norte da principal estrada de Paris a Chartres, sobre uma pequena, isolada e fortificada colina, de onde originou-se o nome “colina forte” (“mont fort”) e Simão tomou seu nome desse ancestral senhorio.

Raimundo de Toulouse ficou perplexo quando a luta começou. O rei da França estava se tornando mais poderoso do que sempre tinha sido. Confiscara recentemente as propriedades de todos os Plantagenetas no norte da França. João, o Plantageneta rei da Inglaterra, falava francês, como toda a classe dominante inglesa daquele tempo, e era também, sob o rei da França, senhor da Normandia, do Maine e de Anjou, e por herança de sua mãe, senhor da metade da região ao sul do Loire, a Aquitânia. Toda a parte norte dessa vasta possessão, desde o Canal da Mancha até as montanhas centrais, passou ao rei da França quando os nobres ligados a João da Inglaterra conseguiram condená-lo por confisco. Raimundo de Toulouse temia o mesmo destino, mas ainda se mostrava

indiferente. Apesar de marchar com os cruzados contra algumas de suas próprias cidades em rebelião contra a Igreja, ele intimamente desejava a derrota dos nortistas. Tinha sido excomungado uma vez. Foi excomungado de novo em Avignon em 1209, o primeiro ano da grande luta.

A luta foi muito violenta. Houve brutal carnificina e grandes saqueios de cidades e já surgia a coisa que o Papa mais temia: o perigo de um movimento financeiro para amargurar a já terrível situação. Os senhores do norte demandariam naturalmente que as terras dos hereges fossem divididas entre eles. Houve ainda um esforço de reconciliação, mas Raimundo de Toulouse, provavelmente desesperado com a perspectiva de ser deixado sozinho, se preparava para resistir. Em 1207 ele foi declarado fora da Igreja e, como João, suas propriedades foram confiscadas de acordo com a Lei Feudal.

O momento crítico de toda a campanha aconteceu em 1213. É provável que as forças dos barões nortistas tivessem sido muito superiores às dos sulistas se Raimundo de Toulouse não conseguisse aliados. Mas dois anos depois de sua excomunhão final e do confisco, aliados muito poderosos apareceram de repente ao seu lado. Parecia certo que a maré tinha virado e que a causa albigense venceria. Com essa vitória seriam destruídos o reino da França e a causa católica na Europa Ocidental. Esse espaço de tempo de poucos anos foi, portanto, decisivo para o futuro. Foi *nesses anos* que a *grande coalizão*, liderada pelo ago-

ra confiscado João e apoiada pelos alemães, marchou contra o rei da França ao norte — e fracassou. O rei da França lutou contra grandes obstáculos para vencer a batalha de Bouvines, perto de Lille (29 de agosto de 1214). Mas já um ano antes, outra decisiva vitória dos senhores do norte contra os albigenses no sul tinha preparado o caminho.

Os novos aliados do conde de Toulouse foram os espanhóis do lado sul dos Pirineus, os homens de Aragão. Havia um grande número deles liderados por seu rei, o jovem Pedro de Aragão, cunhado de Raimundo de Toulouse. Beberão, mas homem de energia temível, ele não era incompetente ao conduzir uma campanha militar. Liderou algo perto de cem mil homens por entre montanhas, diretamente para libertar Toulouse.

Muret é uma pequena cidade a sudeste da capital de Raimundo, tendo Garona ao norte, a um dia de marcha de Toulouse. O enorme grupo de espanhóis que não tinha nenhum interesse direto na heresia, mas um forte interesse em enfraquecer o poder da França, estava acampado na planície ao sul de Muret. Contra eles a única força ativa disponível eram mil homens sob o comando de Simão de Monfort. A relação era impressionante: um para mil. Não era tão ruim quanto parecia, pois os mil homens eram nobres cavaleiros, escolhidos e armados. A cavalaria das forças espanholas era três ou quatro vezes maior do que isso. O resto da força era de homens a pé, e muitos deles desorganizados. Mesmo assim, a relação era tão discrepante que o resultado foi uma das coisas mais impressionantes da história.

Era manhã de 13 de setembro de 1213. Os mil homens do lado católico, divididos em pelotões, com Simão à frente, assistiram à Missa montados em seus cavalos. A Missa foi celebrada pelo próprio São Domingos. Somente os líderes e algumas outras pessoas puderam estar presentes dentro da Igreja, mas através das portas abertas o resto da força pôde assistir ao Sacrifício. Acabada a Missa, Simão cavalgou para fora com seu pequeno grupo, tomou a direção oeste e então atacou repentinamente as forças de Pedro, que ainda não estavam preparadas para o ataque. Os mil cavaleiros nortistas de Simão destruíram seus inimigos totalmente. A força aragonesa se tornou uma mera nuvem de homens em fuga, completamente vencidos. O próprio Pedro foi morto.

Muret é um nome que deveria ser sempre lembrado como uma das batalhas decisivas do mundo. Tivesse sido um fracasso, toda a luta teria fracassado. A batalha de Bouvines provavelmente nunca teria acontecido e a monarquia francesa teria sido destruída, dividida em classes feudais independentes de um senhor único.

Uma das muitas coisas das quais é notor que a importância capital do lugar e da ação que aconteceu lá é raramente reconhecida. Um autor americano fez justiça ao lugar e à ação num livro muito bom: refiro-me ao livro "A inquisição" (*The Inquisition — A political and military study of its establishment*, 1923) do Sr. Hoffman Nickerson. Não conheço nenhum outro trabalho em inglês sobre o assunto, embora ele mereça destaque em qualquer ensino de

história. Tivéssemos perdido Muret, ao invés de termos milagrosamente vencido, não somente a monarquia francesa teria se enfraquecido e a batalha de Bouvines nunca vencida, mas, quase certamente, a nova heresia teria triunfado. Com isso, nossa cultura do Ocidente teria naufragado.

Pois a região sobre a qual os albigenses detinham o poder era a mais rica e bem organizada do Ocidente. Tinha a mais elevada cultura, comandava o comércio do Mediterrâneo ocidental com o grande porto de Narbona, interpunha-se ao caminho de todos os esforços do norte em direção ao sul e seu exemplo teria sido seguido inevitavelmente. Contudo, a resistência albigense foi destruída. Os homens do norte venceram sua campanha, a riqueza do sul foi reduzida à metade e seu poder de revolução foi enfraquecido frente à agora poderosa monarquia de Paris. Essa é a razão pela qual a batalha de Muret deve ser considerada, juntamente com a de Bouvines, como a fundação da monarquia e, com ela, da Alta Idade Média. Muret abre e fecha o século XIII — o século de São Luís, de Eduardo da Inglaterra e de todo o florescer da cultura ocidental.

Quanto à heresia albigense propriamente dita, ela foi atacada politicamente tanto pelas organizações clericais e civis, quanto por meio de armas. A primeira Inquisição surgiu da necessidade de extirpar os remanescentes dessa doença. (É significativo que um réu que se declarasse inocente bastava para ser absolvido da acusação de heresia mostrar que era casado! Isso mostra a real natureza da heresia.)

Sob o efeito dos três golpes da perda da riqueza, da organização militar e da perfeita organização política, o fenômeno maniqueísta parecia, depois de um século, ter desaparecido. Mas suas raízes subsistiam no subterrâneo, onde, através da tradição secreta dos perseguidos ou através da própria natureza da tendência maniqueísta, ela ressurgiria em outras formas. Ela espreitava nas montanhas centrais da França e formas de natureza semelhante espreitavam nos vales dos Alpes. É possível traçar uma espécie de vaga continuidade entre os albigenses e os grupos puritanos posteriores como os de Vaudois, da mesma forma em que é possível traçar algum tipo de ligação entre os albigenses e as heresias dos maniqueus anteriores. Mas o fenômeno principal, o fenômeno que tinha o nome de albigense — o perigo que provou ser quase mortal para a Europa — tinha sido destruído.

A heresia foi destruída a um alto preço, uma civilização com alto grau de desenvolvimento material foi parcialmente destruída e uma memória de ódio, que persistiu por gerações, se formou. Mas o preço valeu a pena porque a Europa se salvou. A família de Toulouse foi readmitida à sua posição e suas possessões não passaram à coroa francesa senão muito mais tarde. Mas a antiga independência tinha acabado e com ela a ameaça à nossa cultura, ameaça que por pouco não saiu vencedora.

O QUE FOI A REFORMA?



O movimento geralmente denominado “Reforma” merece um lugar de destaque na história das grandes heresias, e isto pelas seguintes razões: esse não foi um movimento particular, mas um movimento geral, isto é, não propunha uma heresia particular que pudesse ser debatida e explorada, condenada pela autoridade da Igreja, como tinha anteriormente acontecido com todas as outras heresias ou movimentos heréticos. Tampouco o movimento, depois de que várias de suas proposições foram condenadas, estabeleceu (como o fizeram o islamismo e o movimento albigense) uma religião separada e contrária à antiga ortodoxia. Ao invés disso, criou uma espécie de “atmosfera moral” distinta que ainda denominamos “protestantismo”. Produziu uma pletora de heresias, mas não “uma” heresia – e a característica desse movimento era que todas as suas heresias se impregnavam de um aroma comum e o prolongavam: aquele a que hoje chamamos “protestantismo”.

Embora os frutos imediatos da Reforma tenham se decompostos, como o fizeram aqueles das muitas outras heresias do passado, ainda assim, a ruptura que produziu permaneceu e o princípio fundamental – reação contra uma autoridade espiritual única – continuou em vigor, causando tanto o rompimento de nossa civilização europeia no Ocidente quanto, ao final, o aparecimento de uma dúvida geral, que se difundiu mais e mais amplamente. Nenhuma das heresias mais antigas fez isso, pois eram, cada uma delas, bem definidas. Cada uma delas propunha suplantiar ou rivalizar-se com a Igreja Católica existente; mas o movimento da Reforma propunha, ao invés disso, dissolver a Igreja Católica – e sabemos em que medida isso foi conseguido!

Entender isso é a coisa mais importante quando se trata da Reforma. Não somente seguir a história de cada estágio do processo — procedimento sempre necessário para se entender qualquer evento histórico — mas apreender sua natureza essencial.

A respeito disso é fácil para os modernos se enganarem, especialmente para os povos de língua inglesa. As nações que nós, de língua inglesa, conhecemos são, com a exceção da Irlanda, predominantemente protestantes; e mesmo assim (com exceção da Inglaterra e da África do Sul) são compostas por uma grande minoria católica.

No mundo de língua inglesa, há completa consciência sobre o que foi o espírito protestante e o que ele se tornou em sua atual modificação. Cada católico que vive nesse mundo anglófono sabe o que significa o temperamento protestante, tal como conhece o sabor de alguma comida ou bebida familiar. Em menor grau, a grande maioria protestante — na Inglaterra há uma enorme maioria protestante — tem alguma ideia do que é a Igreja Católica. Eles sabem muito menos sobre nós do que nós sobre eles. Isso é natural, pois temos origens muito mais antigas, pois somos universais, enquanto eles são regionais, e porque detemos uma filosofia intelectual definida, enquanto eles possuem, ao invés, um espírito emocional e indefinido, embora bem característico.

Mesmo assim, embora nos conheçam menos do que nós os conhecemos, eles são conscientes da distinção e sentem a aguda divisão que os separa de nós.

Hoje em dia, tanto católicos quanto protestantes tendem a cometer um erro histórico capital. Tendem a considerar o catolicismo de um lado e o protestantismo de outro, como dois sistemas religiosos e morais opostos, produzindo, em seus membros individuais, desde a origem do movimento, características morais agudamente contrastantes. Tomam essa dualidade como natural mesmo no começo. Historiadores que escrevem em inglês, de ambos os lados do Atlântico, falam de tal coisa como católica e de tal coisa como protestante. É verdade que aqueles que foram contemporâneos da Reforma usavam esses termos, mas os usavam com um sentido muito diferente e com sentimentos muito diferentes. Por quase cem anos depois do movimento chamado Reforma ter começado (digamos de 1520 a 1600), os homens permaneceram numa atitude mental que considerava toda a querela da cristandade e como “ecumênica”. Pensavam-na como um todo e em que “toda” a cristandade estava engajada e na qual alguma decisão final iria ser tomada para todos. Essa decisão se aplicaria à cristandade como um todo e produziria uma paz religiosa geral.

Esse estado mental durou, calculo eu, o lapso de uma vida humana — mas sua atmosfera geral durou muito mais. A Europa não estava preparada para aceitar a desunião religiosa por ainda mais uma geração. A aceitação relutante do desastre não se torna evidente — como veremos — até a paz de Westfália, 130 anos depois do primeiro desafio de Lutero, e a “completa” separação em grupo católico e grupo protestante não aconteceu por ainda mais cinquenta anos:

aproximadamente entre 1690 e 1700.

E de fundamental importância a apreciação dessa verdade histórica. Somente alguns dos mais amargos e ardentes reformadores estavam decididos a destruir o catolicismo como uma coisa existente em separado, da qual estavam conscientes e à qual odiavam. Um número ainda menor de reformadores estava decidido a erigir alguma outra contra-religião unificada.

Eles estavam decididos (como disseram e como foi dito por um século e meio antes da grande revolta) a “reformular”. Diziam-se dispostos a purificar a Igreja e a restaurar suas virtudes principais de simplicidade e sinceridade. Estavam dispostos, de várias maneiras (e os vários grupos diferiam em quase tudo exceto em sua reação crescente contra a unidade), a se livrar das excrescências, superstições e falsidades históricas — das quais, Deus sabe, havia uma multidão para eles atacarem.

Por outro lado, durante esse período da Reforma, a defesa da ortodoxia estava ocupada, não tanto em destruir um fenômeno específico (tal como o espírito do protestantismo de hoje em dia), mas em restaurar a unidade. Por pelo menos sessenta anos, talvez até oitenta anos — mais do que a duração de uma vida ativa — as duas forças em ação, reforma e conservadorismo, estavam assim interligadas, afetando uma a outra e cada uma ansiando por se tornar finalmente universal.

Com o passar do tempo os dois partidos tendiam a se tornar, claro, dois exércitos hostis, dois campos separados e finalmente a completa separação foi atingida. *O que* tinha sido a cristandade do Ocidente se rompeu em dois fragmentos: um que seria, dali em diante, a cultura protestante, o outro a cultura católica. Cada um, dali para frente, reconhecia a si próprio e seu espírito como algo separado e hostil ao outro. Cada um se desenvolveu, associando o novo espírito com sua própria religião, nacionalidade ou cidade-estado: Inglaterra, Escócia, Hamburgo, Zurique etc.

Depois da primeira fase (que cobriu quase uma geração), veio a segunda fase que durou outra geração. Se considerarmos que essa segunda fase vai até a expulsão dos reis católicos Stuarts da Inglaterra, ela durou bem mais que uma geração — durou perto de cem anos.

Nessa segunda fase os dois mundos, católico e protestante, estão conscientemente separados e são conscientemente antagônicos. É um período repleto de lutas físicas: “as Guerras Religiosas” na França e na Irlanda e, sobretudo, nas regiões da Europa Central que falavam alemão. Muito antes das lutas físicas terminarem, os dois adversários estavam “cristalizados” em sua forma permanente. A Europa católica acabou aceitando como aparentemente inevitável, a perda do que são agora os estados e cidades protestantes. A Europa protestante perdeu toda a esperança de influenciar com seu espírito aquela parte da Europa que foi salva para a Fé. O novo estado de coisas foi fixado pelos principais tratados que puseram fim às guerras religiosas na Alemanha (na primeira metade dos anos 1600). Mas a luta continuou esporadicamente por mais uns quarenta anos, e partes das fronteiras entre aquelas duas regiões flutuavam, mesmo depois desse período adicional. As coisas não se assentaram permanentemente nos dois mundos até 1688 na Inglaterra ou mesmo 1715, se considerarmos toda a Europa.

Para tornar as coisas claras basta fixar as datas. Podemos considerar como a origem da luta aberta a violenta revolta relacionada ao nome de Martinho Lutero em 1517. Por volta de 1600, o movimento, como um movimento europeu generalizado, tinha se diferenciado bastante em um mundo católico e um mundo protestante, e a luta começara em torno da questão sobre qual dos dois mundos deveria predominar, não sobre qual filosofia deveria prevalecer em nossa civilização; apesar disso, como eu disse, muitos ainda tinham esperança de que no final, ou a antiga Tradição Católica pereceria, ou a cristandade como um todo iria se reintegrar.

A segunda fase começa, digamos, em uma data tão tardia como 1606 na Inglaterra ou poucos anos antes no continente e não termina numa data precisa, mas, geralmente falando, nos últimos vinte anos do século XVII. Termina na França antes que na Inglaterra. Termina nos estados germânicos — de exaustão, mais do que por qualquer outra razão — ainda mais cedo do que na França, mas pode-se dizer que a ideia de uma luta religiosa direta estava se transformando na ideia de uma luta política já nos anos 1670 ou 1680. As guerras religiosas preencheram a primeira parte dessa fase, terminando na Irlanda no meio do século XVII e na Alemanha poucos anos antes, mas a coisa era ainda pensada como sendo um acontecimento religioso até 1688 ou mesmo poucos anos depois, naquelas regiões onde o conflito ainda se mantinha.

Em meados do século XVII, no tempo de Cromwell, 1649/1658, a Grã-Bretanha era protestante e permaneceria assim apesar de possuir uma grande

minoria católica.¹⁶ O mesmo vale para a Holanda. A Escandinávia já era, por muito tempo, protestante e assim permaneceu para sempre, por causa de seus ricos habitantes, e tal aconteceu com muitos principados e estados do Império Germânico, principalmente ao norte. Outros (principalmente ao sul) permaneceriam majoritariamente católicos no futuro.

Nos Países Baixos (o que agora chamamos Holanda e Bélgica), o norte (Holanda), com uma grande minoria católica, se tornou oficialmente protestante, enquanto o sul (Bélgica) se tornou integralmente católico, com quase nenhuma porção protestante.

Os cantões suíços se dividiram, tal como o fizeram os estados germânicos. Alguns se tornaram católicos, outros protestantes. A França se tornou católica, mas com uma minoria protestante poderosa e rica, embora não muito grande: dez por cento no máximo, provavelmente mais perto de cinco por cento. A Espanha, Portugal e Itália se consolidaram de forma permanente guardando as tradições da cultura católica.

Assim, estamos a ponto de seguir a história de duas épocas sucessivas, gradualmente mudando de caráter. A primeira, de pouco antes de 1520 a aproximadamente 1600, uma época de debate e luta universal. A segunda, uma época de forças opostas bem definidas, que se tornaram tanto políticas quanto religiosas, que se definiam cada vez mais como lados hostis.

Quando tudo isso acabou, lá pelos fins do século XVII — mais de duzentos anos atrás — novos desenvolvimentos ocorreram: a difusão da dúvida e do espírito anticatólico dentro da própria cultura católica; enquanto que na cultura protestante, onde havia uma doutrina menos definida a desafiar, houve menos divisão interna, mas um crescente sentimento geral de que diferenças religiosas devem ser aceitas; um sentimento que, em um número crescente de indivíduos, se transformou na atitude mental, a princípio secreta, mas depois manifesta, de que nada é certo em matéria religiosa e, portanto, tolerância para com todas as opiniões é uma coisa razoável.

¹⁶Qual o tamanho dessa minoria em várias épocas — 1625, 1660, 1685 — é discutível e a situação é ainda mais confusa pelo uso de palavras similares para designarem coisas distintas. Se falamos sobre a minoria inglesa que era verdadeiramente católica na tradição, apesar de não concordar plenamente com as alegações papais, as pessoas podiam se denominar católicas e não protestantes e certamente teríamos metade da população na época da morte de Elizabeth, mas somente um oitavo no tempo do exílio de James II, 85 anos mais tarde. Se considerarmos todos aqueles que teriam aceitado, sem hesitação, um retorno à antiga religião, teríamos, mesmo ao final de 1688, um número muito maior. É difícil estimar, pois os homens não deixam registros de suas mais vagas opiniões, mas não é impossível dizer que, nessa época, uma entre cada quatro pessoas se achava nessa situação na Inglaterra. De minha experiência para crer nisso em meu livro "James II" (1928) [N. do A.]

Lado a lado com esse desenvolvimento, ocorria a luta política entre nações originalmente de cultura católica e as regiões da nova cultura protestante. Durante o século XIX a preponderância do poder passou gradualmente aos protestantes, com a liderança de duas principais potências anticatólicas, a Inglaterra e a Prússia, simbolizadas às vezes por suas capitais “Londres e Berlim”. Dizia-se que “Londres e Berlim eram os pilares gêmeos da dominação protestante durante o século XIX”, e esse juízo é bastante razoável.

Este é, então, o processo geral que seguiremos proximamente. Um conflito feroz que durou o período de uma vida humana; outro período de crescente separação regional, tornando-se cada vez mais um conflito político em vez de religioso. Segue-se, então, um século — o XVIII — de crescente ceticismo, sob o qual as características da cultura católica e protestante foram mantidas ocultas. Vem outro século — o dezenove — durante o qual a luta política entre as duas culturas, católica e protestante, era óbvia e durante o qual a cultura protestante via crescer continuamente seu poder político às custas da cultura católica, pois esta estava mais dividida internamente que aquela. A França, a potência líder da cultura católica, era metade anticlerical nos tempos de Napoleão, ao mesmo tempo em que a Inglaterra era, e ainda permanece, solidamente anticatólica.

As origens daquele grande movimento que abalou e dividiu, por gerações, o mundo espiritual e que chamamos de “Reforma”, a preparação dos materiais para aquela explosão que estilhaçou a cristandade no século XVI levou um século e meio, pelo menos, antes do primeiro ato de rebelião contra a unidade religiosa em 1517.

Muitos consideraram como o ponto inicial do acontecimento o momento em que o papado abandona Roma e se estabelece em Avignon, mais de duzentos anos antes do surgimento de Lutero.

Há alguma verdade nisso, mas é uma verdade imperfeita. Tudo tem uma causa e cada causa tem outra causa antes dela, e assim por diante. O abandono de Roma pelo papado, logo depois de 1300, enfraqueceu realmente a Igreja, mas não foi uma atitude fatal em si mesma. É melhor, a não se procurar o principal ponto inicial, considerar aquela terrível catástrofe, a que hoje chamamos “Peste Negra” (1348-1350), quarenta anos depois do abandono de Roma. Pode ser que seja ainda mais satisfatório considerar como ponto inicial do grande cisma aquele ocorrido quase quarenta anos depois da Peste Negra, data depois da qual, por quase uma geração, a autoridade do mundo católico foi ferida quase mortalmente pelas lutas de papas e antipapas, que acabaram a posse da terrível

autoridade da Santa Sé. De qualquer forma, antes da Peste Negra e antes do começo do cisma, é preciso começar com o abandono de Roma pelos papas.

A Santa Sé, como a autoridade central de toda a cristandade, tinha, há muito tempo, se engajado em uma luta mortal com o poder leigo, chamado “o Império”, isto é, os imperadores de origem alemã que tinham uma autoridade muito complicada e variada, frequentemente apenas vaga, não somente sobre os

países de língua alemã, mas sobre o norte da Itália, sobre uma faixa do que hoje é o leste da França e também sobre os Países Baixos e certos grupos de eslavos.

Uma geração antes dos papas deixar em Roma, essa luta chegara a um clímax sob o imperador Frederico II, um dos homens mais inteligentes e mais perigosos a governar a cristandade, cujo poder foi o maior porque ele tinha herdado não só o governo dos Estados Germânicos, dos Países Baixos e do que hoje é o leste da França, mas também do leste e sul da Itália. Toda a parte central da Europa, exceto os estados governados diretamente pelo Papa na parte central da Itália, estava mais ou menos sob a sombra de Frederico, sob a alegação de estar sob seu poder. Ele desafiou a Igreja. O papado venceu e a Igreja foi salva; mas o papado, como um poder político, exaurira suas forças na luta.

Como tão frequentemente acontece, um terceiro se beneficiou do violento duelo dos outros dois. E este foi o rei da França, que agora se tornava a principal força e, por setenta anos, isto é, durante a maior parte do século XIV (de 1307 a 1377) o papado se tornava uma coisa francesa. Os papas residiam em Avignon (no imenso palácio que permanece até hoje um esplêndido monumento daquele tempo e do seu significado) e os homens eleitos papas eram principalmente franceses.

Essa mudança (ou melhor, esse interlúdio, pois a mudança não foi permanente) aconteceu justamente no momento em que o espírito nacional estava começando a se desenvolver em várias regiões da Europa e particularmente na França. Além disso, o caráter francês do papado chocou as consciências de então. O papado devia, por natureza, ser universal. Que fosse nacional, era chocante para a Europa Ocidental daquele tempo.

A tendência da cristandade ocidental em se dividir em compartimentos e em perder a completa unidade que tivera por tanto tempo aumentou com o fracasso das Cruzadas — que enquanto aconteciam, eram uma força unificadora, apresentando um ideal comum de toda a cavalaria cristã. Essa tendência foi intensificada também pelo que chamamos de Guerra dos Cem Anos; não que ela tenha durado cem anos continuamente, mas da primeira batalha até a última, pode-se contar aproximadamente um século.

A Guerra dos Cem Anos foi uma luta entre a dinastia francófona que governava a Inglaterra com o apoio da classe alta inglesa que também era de língua francesa – pois toda a classe alta na Inglaterra ainda falava francês mesmo ao final do século XIV – e a monarquia e classe alta francesas. A família real inglesa era chamada Plantageneta e a francesa, Capetiana.

A monarquia francesa capetiana descendia, por gerações, de pai para filho até surgir uma disputa de sucessão antes de 1300, logo antes do Papa ir para Avignon, na França. O jovem Eduardo Plantageneta, terceiro com esse nome, o rei francófono inglês, reclamou a coroa francesa através de sua mãe, que era irmã do último rei, que não tinha filho. O rei Filipe, capetiano, primo do rei falecido, reclamou a coroa como homem, seus advogados alegando que mulheres não poderiam nem herdar nem transferir a monarquia francesa. Eduardo ganhou duas impressionantes campanhas, em Crecy e Poitiers, e quase teve sucesso em se estabelecer com o rei da França. Veio então uma longa trégua em que as forças plantagenetas foram retiradas da França, exceto no sudeste. Mais tarde, houve uma reorganização de forças plantagenetas, depois que o ramo lancastriano dessa família de usurpadores se fizeram reis da Inglaterra e consolidaram seu injusto poder. Eles reacenderam a guerra na França (sob Henrique V da Inglaterra) e chegaram muito mais próximo da vitória que seus ancestrais, pois a França estava num estado de guerra civil. De fato, o grande soldado desse período, Henrique V da Inglaterra, que se casando com a filha do rei da França e dizendo que o irmão dela era filho ilegítimo, conseguiu coroar seu filho pequeno como rei da França. Mas a disputa ainda não acabara.

Todos sabemos como terminou. Terminou com as campanhas de Joana D'Arc e seus sucessores e com o colapso das pretensões dos Plantagenetas. Mas a luta tinha claramente instigado os sentimentos nacionais e todo fortalecimento dos agora crescentes sentimentos nacionais na Cristandade contribuíam para o enfraquecimento da antiga religião.

No meio de tudo isso, desabou algo muito mais importante do que tal luta, e algo que, como disse acima, teve muito a ver com a deplorável divisão da cristandade em duas nações independentes. Esse doloroso incidente foi a terrível peste, agora chamada Peste Negra. O medonho desastre irrompeu em 1327 e varreu toda a Europa de leste a oeste. A maravilha é que a nossa civilização não acabou, pois certamente um terço da população adulta morreu, e provavelmente mais.

Como sempre acontece nas grandes catástrofes, houve uma “defasagem de tempo” antes que todo o efeito fosse sentido. Foi somente nos anos 1370 e 1380 que os efeitos começaram a se perpetuar e praticamente universais.

Em primeiro lugar, como sempre acontece quando os homens são severamente testados, os menos afortunados se tornaram violentamente hostis em relação aos mais afortunados. Houve revoltas e movimentos revolucionários. O equilíbrio dos preços foi perturbado, houve uma solução de continuidade numa ampla gama de instituições. Os nomes das antigas instituições foram mantidos, mas o espírito se alterou. Por exemplo, os grandes mosteiros da Europa mantiveram as antigas riquezas, mas seu número caiu para a metade.

A parte importante destes efeitos da Peste Negra, depois de aproximadamente uma geração, foi o surgimento da Inglaterra como um país unido por um laço comum. As classes altas deixaram de falar francês e os vários dialetos locais se fundiram numa linguagem que estava se tornando a linguagem literária de uma nova nação. Este é o período do *Piers Plowman*¹⁷ e de Chaucer.

A Peste Negra não abalou somente a estrutura física e política da sociedade europeia. Afetou a própria Fé. O horror alimentou um excessivo desespero.

Outro resultado direto da Peste Negra foi o “Grande Cisma” do papado. Os reis da França e da Inglaterra em guerra, as facções civis rivais na própria França e as autoridades dos estados menores tomavam partido continuamente para um lado e para o outro em relação àqueles que alegavam poder sobre o papado, de tal forma que a ideia central da autoridade espiritual foi prejudicada.

O crescimento das literaturas vernáculas, isto é, das literaturas que não eram expressas em latim mas nas línguas locais (norte e sul da França, ou Inglaterra, ou norte ou sul da Alemanha), foi outro fator de desordem. Se você dissesse a um homem cem anos antes de 1347: — “Por que suas orações devem ser em latim? Por que suas igrejas não falam sua própria língua?” sua questão teria sido considerada ridícula, teria parecido sem sentido. Quando perguntado a um homem em 1447, já a caminho do declínio da Idade Média, com as novas línguas começando a florescer, tal questão estava cheia de atrativo popular.

Da mesma forma, os oponentes da autoridade central se referiam ao papado como uma coisa meramente local, uma coisa italiana, uma coisa do sul. O Papa estava se tornando alguém como um príncipe italiano. Tal caos social foi admiravelmente usado por heresias específicas, isto é, por movimentos particulares que questionavam doutrinas particulares. Uma opinião muito popular fundamentada nos distúrbios sociais da época, era a ideia de que o direito de propriedade e de ocupação de cargos vinha com a graça; que a autoridade política ou econômica não poderia ser justamente exercida exceto pelos

¹⁷ *Poema* — título original de *William Langland* [c. 1360-1387]. [N. do T.]

homens em estado de graça — uma desculpa muito conveniente para todo o tipo de rebelião!

Essa luta abrigava muitas querelas violentas entre o clero e os leigos. As propriedades da Igreja eram muitas e a corrupção, tanto nos estabelecimentos monásticos quanto entre os seculares, estava aumentando. Essas propriedades, que eram recebidas pela Igreja como doações, estavam começando a ser tratadas

como uma fonte de renda a ser usada para recompensas ou para apoio a programas políticos. Mesmo um dos melhores papas daquele tempo, um homem que lutava contra o hábito corrupto de unificar muitas doações de terra nas mãos de um só, mantinha sete dioceses sob seu poder como a coisa mais natural.

Os sentimentos nacionais e raciais aproveitaram a confusão com movimentos como os dos hussitas na Boêmia. O pretexto deles contra o clero foi uma demanda pela restauração do cálice na Comunhão (comunhão sob as duas espécies). O que lhes inspirava era o ódio do eslavo contra o alemão. Hus é hoje um herói na Boêmia. Durante o Grande Cisma Papal, foram feitos esforços para a restauração da autoridade central em bases firmes por meio da convocação de grandes concílios. Eles exortavam os papas a renunciar. Definiam as novas responsabilidades do papado. Mas, a longo prazo, terminaram por abalar a autoridade da Santa Sé, enfraqueceram a ideia geral de autoridade.

Depois de tais confusões e complexos descontentamentos, particularmente o crescente e difundido descontentamento com um clero cada vez mais mundano, aconteceu um vívido despertar intelectual; uma recuperação dos clássicos e especialmente do conhecimento da língua grega. Isso preencheu a segunda metade século XV. Ao mesmo tempo, o conhecimento do mundo físico estava se difundindo. O mundo (como nos expressamos agora) estava se “expandindo”. Os europeus tinham explorado o Atlântico e as costas da África e encontrado um caminho para as Índias através do Cabo da Boa Esperança e, antes do final daquele século, surgiu todo um mundo novo, mais tarde chamado América.

No meio de todo esse fermento, surgiu a demanda continental: “Reforma da Igreja!” “Reforma da cabeça e dos membros!” “Que o papado se volte totalmente para suas tarefas espirituais e que a corrupção na Igreja oficial seja purgada”. Havia um crescente e tempestuoso clamor por simplicidade e realidade, uma crescente e violenta indignação contra a estagnante defesa dos velhos privilégios, uma crescente tensão com relação às correntes enferrujadas que já não se adequavam à sociedade europeia. O clamor por mudança, pela purificação do corpo clerical e pela restauração dos ideais espirituais, pode ser comparado ao

clamor atual (centrado não na religião, mas na economia) que demanda, pelo bem das massas, a espoliação da riqueza concentrada.

O espírito era este no início do século XVI (1500-1510), e qualquer incidente poderia produzir uma revolta repentina, tal como os incidentes da derrota militar, a tensão de tantos anos de guerra, produziram o repentino levante do Bolchevismo na Rússia no início do século XX.

O que provocou a explosão foi um incidente insignificante — mas como data de origem, ele foi tremendo. Refiro-me, claro, ao protesto de Lutero contra o abuso (e contra o uso) das indulgências.

A data, véspera de Todos os Santos de 1517, não é somente uma data definitiva a marcar a origem da Reforma, mas é o verdadeiro momento inicial. Daí em diante, a maré subiu de forma vertiginosa. Até aquele momento as forças conservadoras, apesar de corruptas, estavam seguras de si mesmas. Muito pouco tempo depois daquele movimento a certeza desapareceu. A inundação tinha começado.

Devo reiterar, para tornar clara esta exposição, a primeira coisa que deve compreender quem queira entender a revolução religiosa que terminou no que chamamos hoje de “protestantismo”. Aquela revolução que é geralmente chamada

“A Reforma”, desabou sobre todos como duas metades distintas, cada uma correspondendo aproximadamente ao período de tempo de uma vida humana. A primeira dessas fases não foi um conflito religioso entre duas religiões, mas um conflito dentro de uma religião; a segunda foi uma fase em que uma nova cultura religiosa distinta estava surgindo, cultura esta oposta e separada da cultura católica.

A primeira fase, repito (aproximadamente, o primeiro tempo de vida do acontecimento), não foi um conflito entre “católicos e protestantes” como os conhecemos agora; foi um conflito dentro das fronteiras de um único corpo: a Europa Ocidental. Homens da extrema esquerda, de Calvino ao Príncipe Palatino, ainda pensavam em termos de “Cristandade”. James I, em sua ascensão ao trono, ao mesmo tempo em que denunciava o Papa como um monstro de três cabeças, afirmava o seu direito de pertencer à Igreja Católica.

Enquanto não tenhamos entendido isso, não poderemos compreender a confusão nem as intensas paixões daquele tempo. O que começou como um tipo de briga espiritual de família e continuou como uma guerra civil espiritual foi logo acompanhada de uma guerra civil real. Mas não foi um conflito entre um mundo protestante e um mundo católico. Isso veio mais tarde, e quando veio, produziu um estado de coisas com o qual estamos todos familiarizados, a divisão do mundo em duas culturas, católica e anticatólica: a ruptura da cristandade pela perda da unidade europeia.

A coisa mais difícil relacionada à história, o mais raro dos feitos, é enxergar os eventos como seus contemporâneos os enxergaram, em vez de vê-los através das lentes distorcidas do nosso conhecimento posterior. “Nós” sabemos o que iria acontecer; os contemporâneos não. As próprias palavras que usamos para designar a atitude tomada no começo da luta mudam seus sentidos antes que a luta chegue a seu fim. Assim acontece com os termos católico e protestante; assim acontece com a própria palavra “Reforma”.

O grande levante religioso que tão rapidamente se transformou numa revolução religiosa foi visto pelos contemporâneos de sua época como um esforço de corrigir as corrupções, os erros e os crimes espirituais presentes no corpo e espiritual da cristandade. No início do movimento ninguém contestaria, por um momento sequer, a necessidade de reforma. Todos estavam de acordo que as coisas tinham chegado a um estado terrível e ameaçavam piorar no futuro, a menos que algo fosse feito. A necessidade pungente de consertar as coisas, o clamor por isso, vinha crescendo por mais de um século e chegava agora, na segunda década do século XVI, ao seu máximo. Aquela situação pode ser comparada à situação econômica de hoje. Ninguém hoje está contente com o capitalismo industrial, que tem alimentado enormes males. Esses males crescem e ameaçam se tornar intoleráveis. Qualquer um concorda que deve haver reforma e mudança.

A situação era, então, a seguinte: não havia ninguém nascido entre os anos 1450-1500 que não considerasse, naquela data crítica de 1517, quando a explosão aconteceu, que alguma coisa devia ser feita, e quanto mais íntegro e mais culto era o indivíduo, mais ansioso estava para que algo fosse feito — tal como não há ninguém vivo atualmente, sobrevivente da geração nascida entre 1870 e 1910 que não saiba que algo drástico deve ser feito na esfera econômica se quisermos salvar a civilização.

Uma atmosfera desse tipo é a condição preliminar de todas as grandes reformas, mas quando tais reformas começam a se concretizar em ações, três situações aparecem, que são concomitantes a todas as revoluções, e só o gerenciamento correto dessas situações pode prevenir uma catástrofe.

A primeira situação é esta: mudanças de todo tipo e intensidade são propostas ao mesmo tempo e vão das reformas que são manifestamente justas e necessárias — sendo reversões à ordem correta das coisas — a inovações que são criminosas e loucas.

A segunda situação é que a coisa a ser reformada necessariamente resiste. Ela acumulou um vasto repertório de costumes, grandes interesses, organização

oficial, etc. Cada uma dessas coisas, mesmo sem uma coordenação centralizada, impõe um obstáculo à reforma.

A terceira situação (e esta é a mais importante) é que aparece entre os revolucionários um número crescente de indivíduos que não estão tão preocupados com a correção dos males contidos na coisa a ser reformada, pois estão cheios de ódio pela coisa em si — sua essência, sua bondade, aquilo pelo qual ela tem o direito de sobreviver. Assim, hoje temos na revolta contra o capitalismo industrial, homens propondo todo o tipo de remédio ao mesmo tempo — retorno das corporações, Estado socialista parcial, proteção das pequenas propriedades (que é o oposto do socialismo)¹⁸, repúdio aos jurados, desvalorização da moeda, seguro desemprego, comunismo completo, reforma nacional, reforma internacional e até mesmo a anarquia. Todos esses remédios e centenas de outros mais estão sendo propostos atabalhoadamente, um conflitando-se com os outros e produzindo um caos de ideias.

Em face de tal caos, todos os órgãos do capitalismo industrial continuam funcionando, a maioria deles lutando bravamente para preservar suas vidas. O sistema bancário, grandes investimentos puramente financeiros, a vida proletária, o abuso da mecanização da sociedade — todos esses males continuaram, apesar do clamor, com crescente e teimosa resistência. Ameaçam, totalmente conscientes ou não, dizendo: “Se vocês nos importunarem, haverá uma crise. As coisas podem ir mal, mas parece que vocês querem fazê-las ainda piores. A ordem é a primeira e mais essencial de todas as coisas,” etc.

Ao mesmo tempo, o terceiro elemento está aparecendo muito manifestamente: o mundo moderno está cada vez mais repleto de homens que odeiam o capitalismo industrial e esse ódio é o motivo de suas ações e pensamentos. Preferem destruir a sociedade que esperar a reforma, e propõem métodos de reforma que são piores que os males a serem remediados — eles se preocupam muito mais em matar seu inimigo do que com a vida do mundo.

Tudo isso apareceu no que chamo aqui “o tumulto”, que durou, na Europa, de aproximadamente 1517 ao fim do século, um período de pouco mais de oitenta anos. No início, todo homem bom com instrução suficiente, muitos homens maus também com instrução suficiente, uma grande quantidade de homens ignorantes e não poucos loucos concentraram-se nos males do sistema religioso da cristandade. Tais eram os primeiros reformadores.

¹⁸ Proposta que mereceu a simpatia de Belloc e Chesterton e que hoje é conhecida como “distributivismo”. Em seu livro “O Estado servil” (*The Servile State*; 1912), Belloc desenvolve o tema de bem-estar e compensação. [N. do T.]

Ninguém pode negar que os males que clamavam por reforma na Igreja estavam profundamente enraizados e difundidos. Ameaçavam a própria vida da cristandade. Todos os que refletiam sobre o que estava acontecendo ao seu redor percebiam como eram perigosas as coisas e como era necessária a reforma.

Esses males podem ser classificados da seguinte forma: primeiramente (e menos importante) havia uma massa de má história, de maus hábitos históricos

devido ao esquecimento do passado, devido à falta de conhecimento e devido à mera rotina.¹ Por exemplo, havia uma grande quantidade de lendas, em sua maioria belas lendas, mas algumas pueris e metade delas falsas, anexadas à verdadeira tradição. Havia documentos que os homens consideravam fontes oficiais de informação, que se provaram falsos. Exemplo disso são os falsos Decretos e, particularmente, aquele chamado de Doação de Constantino. Pensou-se que tinha seu título relacionado ao poder temporal do papado. Havia uma massa de falsas relíquias, demonstradamente falsas, como, por exemplo (dentre milhares de outras), as falsas relíquias de Santa Maria Madalena, e inumeráveis casos em que dois ou mais objetos pretendiam ser a mesma relíquia. A lista poderia ser estendida indefinidamente, e o aumento do conhecimento especializado, o re-

descobrimento do passado, o estudo de documentos gregos, notadamente do Novo Testamento em grego, fizeram esses males parecerem intoleráveis.

O próximo grupo de males era mais sério, pois afetava a vida espiritual da Igreja em sua essência. Foi uma espécie de “cristalização” (como o chamei em outro texto) ou, se preferirem, uma “ossificação” do corpo clerical em seus hábitos, e mesmo no ensino doutrinal.

Em terceiro lugar, e o mais importante de todos, havia o mundanismo, difundido entre as autoridades da Igreja, no exato sentido teológico de “mundanismo”: a preferência dos interesses temporais sobre os eternos.

O principal exemplo disso foi a rede de interesses em torno das doações recebidas pela Igreja, que chegavam a ser vendidas, compradas, herdadas e dadas como esmola, tal como se faz hoje com ações e participações empresariais. Já vimos como, mesmo quando o movimento estava em sua máxima atividade, um dos grandes papas reformadores mantinha a renda de sete dioceses, retirando-a dos pastores residentes. Tornou-se coisa normal para um homem como Wolsey possuir, por exemplo (e ele era apenas um entre muitos), duas das principais Sées da cristandade ao mesmo tempo: York e Winchester. Era costume para homens como Campeggio, homens cultos, virtuosos e um exemplo de vida para todos, receberem as rendas de uma diocese na Inglaterra, enquanto eles próprios eram italianos, viviam na Itália e raramente visitavam suas Sées. As cortes papais, apesar de

de seus males terem sido muito exagerados, eram exemplos recorrentes, das quais a pior foi a da família de Alexandre VI, um escândalo de primeira magnitude para toda a cristandade.

Qualquer homem atacaria violentamente tais abusos monstruosos com a mesma obstinação com que os homens de hoje, bons e maus, atacam o luxo frívolo dos ricos, comparado à pobreza horrível dos proletários modernos. Foi

de tudo isso que o tumulto surgiu e, à medida que crescia em violência, ameaçava destruir a própria Igreja Católica.

Sob o impulso dessa demanda universal por reforma, com as paixões construtivas e destrutivas à flor da pele, a unidade da cristandade poderia muito bem ter sido preservada. Haveria muita discórdia, talvez alguma luta, mas o instinto de unidade era tão forte, o “patriotismo” da cristandade era uma força tão viva em todo lugar que, provavelmente, poderíamos ter terminado todo o processo com a restauração da cristandade e com uma era nova e melhor para nossa civilização, como resultado da purgação do mundanismo na hierarquia e das diversas corrupções contra as quais a consciência pública se agitava.

Não havia nenhum plano no início dos ruidosos protestos durante o caótico clamor revolucionário nos estados germânicos, seguido pelo clamor humanista em todo lugar. Não havia nenhum ataque orquestrado contra a Fé Católica. Mesmo aqueles que eram mais instintivamente seus inimigos (Lutero mesmo não o era) e homens como Zuínglio (que pessoalmente odiava as doutrinas centrais da Fé e que liderou o início dos saqueios às propriedades da religião) não conseguiriam organizar uma campanha. Não havia nenhuma doutrina construtiva externa em oposição ao antigo corpo doutrinal sob o qual nossos pais viveram, até que um homem de gênio surgiu com um livro como seu instrumento, e um poder pessoal violento de raciocínio e de pregação para atingir seu fim. Este homem era francês, Jean Cauvin (ou Calvino), filho de uma autoridade eclesiástica, advogado e diretor da diocese de Noyon. Depois da excomunhão de seu pai por peculato e do confisco pelo Bispo da maior parte da renda a ele destinada, que o próprio Jean Cauvin desfrutava, este começou a trabalhar – e que poderoso trabalho realizou!

Seria injusto dizer que a má sorte de sua família e a amarga querela financeira entre ele e a hierarquia local foi a força principal do ataque de Calvino. Ele já estava no lado revolucionário em matéria de religião; talvez tivesse sido, de qualquer forma, uma figura de relevo entre aqueles que eram favoráveis à destruição da antiga religião. Mas, qualquer que tenha sido sua motivação, ele foi certamente o fundador de uma nova religião. Pois foi João Calvino que estabeleceu uma anti Igreja.

Ele provou, mais que qualquer um, o poder da lógica – o triunfo da razão, mesmo quando abusada, e a vitória da inteligência sobre meros sentimentos e instintos. Compôs uma nova teologia, rígida e consistente, na qual não havia lugar para o clero ou os sacramentos; lançou um ataque, não anticlerical, não de um tipo negativo, mas positivo, tal como Maomé tinha feito novecentos anos antes. Ele foi um verdadeiro heresiarca e embora seu efeito na real imposição do dogma não tivesse tido uma vida maior do que o arjanismo, mesmo assim, o temperamento espiritual que criou tem durado até os nossos dias. Tudo que é vigoroso e efetivo no temperamento protestante ainda deriva de João Calvino.

Apesar das férreas afirmações calvinistas terem se enferrujado (cujo núcleo era a admissão do mal na natureza divina pela permissão de somente uma Única Vontade no universo), ainda assim sua visão de um deus Moloch¹⁹ permanece; e a coincidente devoção calvinista ao sucesso material, o antagonismo calvinista à pobreza e à humildade, sobrevivem vigorosamente. A usura não estaria corroendo o mundo moderno não fosse unicamente por Calvino. Tampouco os homens estariam se rebaixando para aceitar a inevitável ruína, não fosse unicamente por Calvino. Nem tampouco o comunismo estaria entre nós como está hoje, não fosse unicamente por Calvino. E finalmente, o monismo científico não dominaria o mundo moderno, como faz, matando a doutrina do milagre e paralisando o livre arbítrio, não fosse unicamente por Calvino.

Esse poderoso gênio francês lançou sua palavra quase vinte anos depois que a revolução religiosa tinha começado. Em torno daquela palavra a batalha da Igreja e da contra-Igreja aconteceu; e a destruição da unidade cristã, que chamamos de Reforma, se tornaria por mais de um século, essencialmente, um esforço vívido e entusiástico, como o Islã tinha sido no início, de substituir a antiga tradição cristã pelo novo credo de Calvino. Tudo aconteceu como em qualquer revolução, pela formação de “células”. Grupos surgiam em todo o Ocidente, pequenas sociedades de homens altamente disciplinados, determinados a difundir “o Evangelho”, “a Religião” – havia muitos nomes. A intensidade do movimento crescia constantemente, especialmente na França, o país de seu fundador.

A Reforma, diferentemente de todas as outras grandes heresias, não levou a nenhuma conclusão, ou pelo menos não levou a nenhuma que possamos registrar até agora, apesar do primeiro tumulto ter agora quarenta e poucos anos de idade.

¹⁹Sobre Moloch, cf. G. K. Chesterton “On the element of the ‘‘Ubel verlast’’ Man, 1925), cap. 7, “A guerra dos deuses – o dos demônios”. (N. do T.)

O arianismo morreu vagarosamente; mas o protestantismo, apesar de sua doutrina ter desaparecido, deu um fruto permanente. Ele dividiu a civilização branca em duas culturas opostas, católica e anticatólica.

Mas de início, antes que esse resultado tivesse sido alcançado, o desafio dos reformadores levou a ferozes guerras civis. Por aproximadamente oitenta anos, parecia que um dos lados prevaleceria (o ortodoxo tradicional enraizado na cultura católica da Europa ou a nova tendência revolucionária protestante). De fato, nenhum deles prevaleceu. A Europa, depois desse primeiro conflito físico violento, caiu exausta, não registrando vitória a nenhum dos lados, lados estes que se cristalizaram em duas metades do dividido Ocidente. A Grã-Bretanha, a maior parte do norte da Alemanha, algumas regiões germânicas ao sul entre os cantões suíços e mesmo as planícies húngaras permaneceram contra o catolicismo; assim também no norte da Holanda, pelo menos entre a classe governante.²⁰ O mesmo aconteceu com a Escandinávia. A maior parte dos vales do Danúbio e do Reno, isto é, o sul da Alemanha, a maior parte da Hungria, a Polônia, a Itália, a Espanha, a Irlanda e a maior parte da França, se encontravam, depois do choque, ainda ligadas à religião ancestral que construiu nossa principal civilização.

É difícil entender a natureza da confusão e da batalha geral que abalou a Europa por conta da diversidade de fatores que influenciaram o conflito.

Primeiramente, fixemos as datas principais. A fase ativa da Reforma, a erupção que se seguiu ao período de duas gerações de choques e agitações premonitórias, eclodiu em 1517. Mas a luta entre os dois oponentes não começaria em escala considerável por mais quarenta anos. Começou na França em 1559. As guerras religiosas francesas duraram quarenta anos: isto é, até o final do século. Menos de vinte anos mais tarde, os alemães, que tinham até então mantido um equilíbrio precário entre os dois lados, começaram “suas” guerras religiosas, que duraram trinta anos. Em meados do século XVII, isto é, 1648-1649, as guerras religiosas na Europa terminaram num impasse.

Por volta de 1517, as nações, especialmente a França e a Inglaterra, já estavam parcialmente conscientes de suas personalidades. Elas expressavam seu patriotismo por meio da adoção ao rei. Seguiam seus príncipes como líderes nacionais, mesmo em assuntos religiosos. Enquanto isso, as línguas populares começaram a separar as nações ainda mais, à medida que o latim da Igreja

²⁰ Isto é, distrito: este das 16 províncias dos Países Baixos espanhóis acabou sendo chamado Holanda, adotando o nome de uma dessas províncias. [Nota A.]

começava a ser menos familiar. O estado e a estrutura econômica modernos estavam se desenvolvendo e, ao mesmo tempo, descobertas geográficas, físicas e matemáticas estavam acontecendo prodigiosamente.

Em meio a tantas e grandes forças antagônicas, é difícil, posso afirmar, seguir a batalha como um todo. No entanto, penso que podemos compreendê-la em suas linhas mais gerais se lembrarmos de certos pontos principais.

O primeiro é este: que o movimento protestante, que tinha começado como algo meramente negativo, uma revolta indignada contra a corrupção e o mundanismo das autoridades da Igreja, tomou nova força com a criação do calvinismo, vinte anos depois que o tumulto começou. Embora as formas luteranas do protestantismo tenham se espalhado por tão grandes áreas, o poder — o centro de vitalidade — no protestantismo era Calvino, de pois do aparecimento de seu livro, em 1536. Era o espírito de Calvino que ativamente combatia o catolicismo onde quer que a luta fosse feroz. Era o espírito de Calvino que habitava as seitas dissidentes e que insuflava violência à minoria inglesa crescente, que estava reagindo contra a Fé.²¹

Mas Calvino era francês. Sua mente atraía outras mentes também, certamente, mas principalmente as de seus compatriotas; e esta é a razão pela qual encontra-se a primeira eclosão de violência em solo francês. As guerras religiosas, como elas são chamadas, que surgiram na França, foram conduzidas lá com maior ferocidade que em outros lugares, e mesmo quando interrompidas, depois de muitas décadas de horrores, foi por uma trégua — não por uma vitória. A trégua foi imposta em parte pela fadiga dos combatentes na França e em parte pela tenacidade católica na capital, Paris; mas era somente uma trégua.

Enquanto isso, as guerras religiosas eram adiadas entre os alemães. O tumulto da Reforma tinha levado, em dado momento, a uma revolução social em alguns estados alemães, mas isso logo fracassou e, por um século depois da rebelião original de Lutero, por uma longa geração depois da eclosão da guerra civil na França, os alemães escaparam de um conflito religioso armado e generalizado.

Isso porque os alemães tinham uma espécie de mapa em mosaico de cidades livres, grandes e pequenos condados, grandes e pequenos estados. O todo estava sob a soberania nominal do imperador em Viena; mas o imperador não tinha nem renda, nem arrecadação de impostos suficientes para impor seu poder

²¹Uma minoria até os últimos anos de Elizabeth, mas depois de 1606 uma crescente maioria opôs à Fé, pois nesse momento a oposição à Fé tinha se identificado com o patriotismo. [N. do A.]

pessoal. Depois de muito tempo, o imperador, tendo sido desafiado pela violenta revolta boêmia (isto é, eslava) contra ele, contra-atacou e propôs reunificar todos os alemães e impor não somente a unidade nacional, mas também a unidade religiosa. Ele quase conseguiu. Seus exércitos foram vitoriosos em todos os lugares, sendo as tropas espanholas as mais vigorosas, tropas estas que lutaram pelo imperador porque as Coroas de Madri e Viena pertenciam à mesma

família — os Habsburgos.

Mas duas coisas surgiram para impedir o triunfo do catolicismo alemão. A primeira foi o caráter de uma família de usurpadores que então reinava sobre o pequeno estado protestante da Suécia. Ela tinha produzido um gênio militar de primeira ordem, o jovem rei sueco Gustavo Adolfo. A segunda coisa que fez toda a diferença foi o gênio diplomático de Richelieu, quem, naqueles dias, dirigia toda a política da França.

O poder espanhol ao sul além dos Pirineus (sustentado por todas as riquezas recém descobertas das Américas e governando metade da Itália) juntamente com o poder alemão do Império, estendendo-se a leste, ameaçavam a França como nação tal como garras de duas pinças. Richelieu era um cardeal

católico. Estava pessoalmente ligado ao lado católico da Europa e, mesmo assim, foi quem lançou o gênio militar, Gustavo Adolfo, contra o imperador alemão católico, com seus aliados católicos espanhóis, justamente quando a vitória estava próxima.

Richelieu não somente descobriu o gênio de Gustavo Adolfo, mas descobriu uma forma de contratar aquele gênio. Richelieu lhe ofereceu três barris de ouro. Ele exigiu cinco — e conseguiu.

Gustavo Adolfo não poderia ter imaginado o grande futuro que estava à sua frente quando aceitou o ouro francês como suborno para tentar a difícil aventura de atacar o prestígio e o poder do imperador. Como Napoleão, Cromwell, Alexandre e quase todos os grandes generais da história, ele descobriu seus talentos no calor da luta. Ele próprio deve ter se maravilhado do quão fácil e completamente vencida suas grandes campanhas.

É uma história impressionante. As brilhantes vitórias somente duraram um ano, ao fim do qual Gustavo Adolfo foi morto em ação em Lutzen, perto de Leipzig, em 1632, mas em tão breve período ele quase estabeleceu um império alemão protestante. Quase fez o que Bismarck iria fazer dois séculos e meio depois; mesmo assim, tornou com sua ação quase impossível aos alemães se unirem novamente e igualmente impossível a eles retornarem, como um todo, à religião de seus pais.

Ele estabeleceu o protestantismo alemão tão firmemente que este continuou, daquele dia em diante, a crescer em poder, até que em nossos dias (a partir de Berlim) inspira, em uma nova forma pagã, os povos alemães.²²

As guerras religiosas na Alemanha gradualmente se extinguíram. Por volta da metade do século XVII, como disseram os, uma longa geração depois que a primeira luta começou na França, havia um acordo geral em toda a Europa de que cada parte devia manter seus ganhos, e o mapa religioso da Europa se manteve quase o mesmo daqueles dias até os nossos, isto é, de 1648-1649 até o presente.

Quem quer que atente somente para a parte exterior da história militar, com seu primeiro capítulo sobre a violenta guerra religiosa francesa e com seu segundo capítulo sobre a violenta guerra religiosa alemã, não percebe o caráter geral da situação, apesar de se conhecer cada batalha, cada governante e cada general, pois subjaz ao grande acontecimento outro fator que não era doutrinário, dinástico e tampouco internacional, mas moral; e foi este fator que provocou a luta, impôs a paz e decidiu a tendência religiosa final de muitas comunidades. Ele é reconhecido pelos historiadores, mas nunca suficientemente enfatizado. É ganância.

A antiga Europa católica, antes do levante de Lutero, estava repleta de vastos bens clericais. Aluguéis de terra, taxas feudais, todo tipo de renda era fixado para a manutenção de dioceses, casas paroquiais, párocos, mosteiros e conventos. Não apenas havia grandes rendas, mas também doações (talvez um quinto de todos os aluguéis da Europa) para todo tipo de estabelecimento educacional, de pequenas escolas locais a grandes faculdades das universidades. Havia doações para hospitais, outras para corporações profissionais (sindicatos e associações de artesãos, empresários e comerciantes), outras para missas e templos. Toda essa propriedade corporativa estava ou diretamente relacionada à Igreja Católica ou estava sob sua proteção e passava a correr riscos caso a Igreja Católica fosse desafiada.

O primeiro ato dos reformadores, onde quer que vencessem, era permitir que os ricos se apossassem desses fundos. E a intensidade da luta dependia, em todos os lugares, da determinação daqueles que saqueavam a Igreja de continuarem saqueando-a, e daqueles que tentavam restaurar a Igreja para recuperar sua riqueza.

Essa é a razão pela qual na Inglaterra houve muito pouca luta. O povo inglês como um todo foi pouco afetado doutrinariamente pela Reforma em seu

²²O que é chamado atualmente de "hiteriano" ou "nazismo", qualquer que seja seu futuro, é um controle poderoso e despótico estabelecido pelo espírito alemão sobre toda a Reich. [N. do A.]

início, mas os mosteiros foram dissolvidos e suas propriedades passaram para os senhores dos lugares ou para os empresários das cidades. O mesmo aconteceu em muitos cantões suíços. Os senhores franceses das vilas, isto é, a classe nobre (o que na Inglaterra era chamado de “the Squires”, “fidalgos rurais”), e os grandes nobres acima deles, estavam ansiosos para compartilhar o saqueio.

A Coroa Francesa, temendo o crescente poder que esse saqueio daria à classe imediatamente inferior a ela, resistiu ao movimento, resultando nas guerras religiosas francesas; enquanto que na Inglaterra um rei criança e duas mulheres sucedendo-se uma à outra no trono permitiram que os ricos se apoderassem do espólio da Igreja. Isso resultou na ausência de guerras religiosas na Inglaterra.

Foi o roubo universal da Igreja, que se seguiu à revolução religiosa, que deu ao período o caráter de conflito.

Seria um grande erro pensar que o saqueio da Igreja tenha sido um mero crime de ladrões atacando uma vítima inocente. As doações recebidas pela Igreja eram tratadas, antes da Reforma, em grande parte da Europa, como mera propriedade. Homens compravam a renda clerical para seus filhos, ou deixavam para uma filha um rico convento como herança. Dariam uma diocese a um ga-

roto ou usariam a receita de mosteiros como renda de um leigo, colocando-se alguém para fazer o trabalho da abadia e pagando-lhe uma ninharia, enquanto o grosso da receita era desviado para um leigo.

Não tivessem esses abusos se tornado universais, o saqueio geral subsequente não teria acontecido. O que era confisco temporário das rendas monásticas como privilégio de algum leigo tornou-se confisco permanente onde quer que a Reforma tenha triunfado. Mesmo onde as dioceses sobreviveram, grande parte de suas rendas foram tomadas, e quando a coisa toda terminou, pode-se dizer que a Igreja, no que constitui a Europa católica, mesmo incluindo-se a Itália e Espanha, não tinha sequer metade dos seus bens anteriores. Naquela parte da cristandade que se separou, os novos ministros e bispos protestantes, as novas escolas, as novas faculdades, os novos hospitais, não dispunham nem de um décimo da renda que as doações anteriores teriam garantido.

Para resumir: até por volta da metade do século XVII, a luta religiosa na Europa, na maior parte do tempo uma luta armada, esteve em andamento por mais de 130 anos. Homens se acostumaram com a ideia de que a unidade não poderia jamais ser restabelecida. A força econômica da religião tinha, em metade da Europa, desaparecido, e na outra metade tinha se retraído tanto que o poder leigo era soberano em todo lugar. A Europa se partiu em duas culturas, a católica e a protestante; essas duas culturas seriam sempre direta e instintiva-

mente opostas uma a outra (como ainda o são), mas a querela religiosa direta estava sendo abandonada. Desesperançosos da religião comum, os homens começaram a se preocupar com questões temporais, sobretudo questões dinásticas e nacionais, e em aproveitar as oportunidades de crescente riqueza através do comércio, em vez de se preocuparem com questões doutrinárias.

Depois da metade do século XVII, a Europa testemunhou o triunfo de um exército inglês cujo oficialato era puritano, o triunfo dos protestantes alemães – por meio da ajuda da França sob o comando do Cardeal Richelieu – em seus esforços para se verem livres do controle católico do imperador e o triunfo dos rebeldes holandeses contra a Espanha católica. A Europa saiu exausta das lutas puramente religiosas. As guerras religiosas estavam em seu final. Terminaram num empate: nenhum dos lados venceu. Conflitos religiosos permaneceram aqui e acolá. Assim, a Inglaterra tentou matar os católicos irlandeses e a França os seus huguenotes. Mas por volta de 1700, estava claro que guerras religiosas nacionais não mais surgiriam.

Daí em diante, era ideia corrente que nossa civilização deveria continuar dividida. Havia de existir uma cultura protestante lado a lado com uma cultura católica. Os homens não conseguiam esquecer o grande passado; eles não se tornaram rapidamente o que eles então se tornariam – nações crescentemente indiferentes à unidade da civilização europeia – mas a antiga unidade moral que surgiu o nosso catolicismo universal estava arruinada.

De uma maneira geral, a situação da maior parte da Europa ficou da seguinte forma:

A Igreja Grega ou Ortodoxa do Oriente foi quase extinta. A Rússia não tinha ainda surgido como uma potência e em todos os outros lugares os cristãos gregos estavam dominados e submetidos pelos muçulmanos, de forma que o único mapa a ser considerado em 1650 era o que se estendia da Polônia, a leste, ao Atlântico, a oeste.

Nesta região, a península itálica, dividida em vários estados, era totalmente católica, exceto uma pequena população nas montanhas do norte que tinha formas protestantes de culto.

A península ibérica – Espanha e Portugal – era também totalmente católica. O Império, como era chamado, isto é, o corpo de estados, a maioria dos quais falava alemão e dos quais o chefe moral era o imperador em Viena, estava dividido em estados e cidades independentes protestantes e estados e cidades independentes católicos. O imperador tentou trazê-los todos de volta ao catolicismo e fracassou por causa da diplomacia de Richelieu.

A população alemã protestante era, naquele tempo, muito menor do que a católica. De forma aproximada, os estados alemães do norte eram protestantes e os do sul, católicos — não, como falsamente se supõe, porque algo do clima ou raça nórdicos os faziam tender ao protestantismo, mas porque eles ficavam mais longe do poder católico de Viena. Apesar de que as várias “Alemanhas” (como os estados e cidades de língua alemã eram chamados) estivessem divididas em um norte protestante e um sul católico, havia muitas exceções, ilhas de população católica no norte e de população protestante no sul e frequentemente os cidadãos de uma cidade estavam divididos em termos religiosos.

A Escandinávia, ou seja, Dinamarca, Suécia e Noruega, eram já totalmente protestantes. A Polônia, apesar de nunca ter sido parte do Império Romano, tendeu hesitantemente para o lado católico durante as guerras religiosas. Permaneceu uma das regiões mais intensamente católicas do mundo desde então. Como os irlandeses, os poloneses foram violentamente perseguidos por causa de sua religião.

Os Países Baixos foram divididos em dois. As províncias do norte (agora chamadas de Holanda) conquistaram a independência de seu soberano original, o rei da Espanha e, amplamente protestantes em contraposição ao poder espanhol, se proclamaram oficialmente protestantes. Seu governo era protestante bem como seu efeito político na Europa; mas é um grande erro, apesar de muito comum, pensar que a população holandesa era protestante como um todo. Havia uma grande minoria católica e hoje, da população cristã — isto é, a população assim declarada — mais de quarenta por cento, apenas pouco menos da metade, são católicos.

As províncias do sul da região permaneceram solidamente católicas. Elas se uniram numa revolta contra a Espanha, mas quando os comerciantes e os ricos latifundiários do norte se tornaram calvinistas para enfatizar a luta contra a Espanha, os comerciantes e os homens ricos das províncias do sul reagiram fortemente de forma contrária. Hoje, chamamos essa metade católica de Bélgica, mas ela incluía, na metade do século XVII, uma pequena faixa do que hoje são os Flandres franceses; por exemplo, a grande cidade de Lille, a principal cidade de Flandres, fazia parte daquela região católica ainda dominada pela Espanha.

Os cantões suíços, que foram gradualmente se transformando em uma nação e já estavam quase totalmente independentes do Império, foram divididos; alguns se tornaram protestantes, alguns católicos — e assim permanecem até hoje.

A França, depois do compromisso do fim das guerras religiosas e da vitória de Richelieu sobre os huguenotes, se tornou oficialmente católica. A monarquia

francesa era fortemente católica assim como grande parte da nação. Mas havia uma minoria protestante numericamente importante (ninguém sabe ao certo quantos exatamente, mas provavelmente menos de 14%, mas mais de 10% da nação) e muito mais importante em riqueza e posição social. Os protestantes na França foram também importantes porque não estavam confinados a uma única região, mas se encontravam em todos os lugares; por exemplo, Dieppe, o porto ao norte, era uma cidade fortemente protestante. Assim acontecia com La Rochelle, o porto do Atlântico; tal era também o caso de muitas prósperas cidades ao sul, como Montpellier e Nîmes. A maior parte do comércio e do sistema bancário franceses estava nas mãos dos protestantes.

A Inglaterra e a Escócia em 1650 tinham um monarca comum já por meio século e eram ambas oficialmente protestantes. Essa monarquia anglo-escocesa era fortemente protestante e havia uma contínua e pesada perseguição aos católicos. Mas é outro erro comum considerar, naquele momento, a nação inglesa protestante como um todo. O que estava realmente acontecendo era um recuo gradual do catolicismo. Talvez um terço da nação era ainda vagamente simpatizante da antiga religião quando as guerras civis começaram, e um sexto estava disposto a fazer grandes sacrifícios para abertamente se denominar católico. Dos oficiais mortos em ação de ambos os lados, aproximadamente um sexto era abertamente católico. Mas era impossível ao homem comum receber os Sacramentos e mesmo os ricos que tinham condições de manter uma capela particular e fazer donativos tinham dificuldades para assistir Missa e receber a Comunhão Católica.

Apesar de tudo, tão forte era a raiz do antigo catolicismo na Inglaterra que havia constantes conversões, especialmente na classe alta. Por quase quarenta anos, parecia que uma grande minoria católica iria sobreviver na Inglaterra, como aconteceu na Holanda.

Por outro lado, Inglaterra e Escócia não eram somente oficialmente protestantes, mas uma grande maioria convencer-se de que o catolicismo era prejudicial aos interesses do país, e uma grande e crescente minoria se enchia de um ódio ao catolicismo mais violento que qualquer outro que se pudesse encontrar em algum lugar na Europa.

A Irlanda, sem dúvida, permaneceu católica; o número de protestantes presentes na Irlanda, mesmo depois das *plantations*²³ e da conquista de Cromwell,

²³Expropriação de terras dos irlandeses e sua cessação pelos ingleses, que se estabeleceram em latifúndios ou *plantations* avançando para o norte da Irlanda.

não chegava a um vigésimo da população. Mas noventa e cinco por cento da terra tinha sido tirado à força dos irlandeses católicos e estava agora (1650) nas mãos dos renegados ou dos aventureiros protestantes da Grã-Bretanha, a quem os donos locais da terra tinham agora de pagar aluguel ou para quem tinham de trabalhar em troca de salário.

Deste momento, meados do século XVII, em diante, quando em todos os outros lugares havia um permanente armistício religioso, o catolicismo era perseguido na Irlanda de forma violenta, e essa perseguição se tornava ainda mais violenta com o passar do tempo. Todo o poder, quase toda a terra, a maior parte da riqueza líquida da Irlanda foram para as mãos não só de protestantes, mas de pessoas determinadas a destruir o catolicismo. Por um longo período ainda, era como se a Irlanda fosse um teste, como se a destruição da Igreja Católica na Irlanda se constituisse num símbolo do triunfo do protestantismo e do declínio da Fé. Esta destruição foi quase conseguida – mas não completamente.

Tal era o mapa da Europa deixado pelo ocaso das guerras religiosas.

Além da divisão geográfica, o efeito da longa luta, e particularmente o fato dela não ser conclusiva, foi muito mais profundo no campo moral do que no geográfico.

Estava claro que a cultura europeia seria dividida no futuro em duas, mas o que apenas gradualmente entrou na mente do europeu foi o fato de que, por causa dessa divisão permanente, os homens iriam considerar a própria religião como uma coisa secundária. Considerações políticas, a ambição por nações e dinastias separadas umas das outras, começaram a parecer mais importantes do que as religiões separadas que os homens professavam. Foi como se as pessoas tivessem dito para si próprias, não abertamente, mas semiconscientemente: “Como toda essa luta tremenda não resultou em nada, as causas que levaram ao conflito foram provavelmente exageradas”.

Na única esfera que importa, na mente do homem, as guerras religiosas e seu término num impasse tiveram por efeito o enfraquecimento da religião como um todo. Um número cada vez maior de homens começou a ponderar consigo mesmo: “Não se pode chegar à verdade nessas questões, mas sabemos o que é a prosperidade mundana e o que é a pobreza, e o que são o poder político e a fraqueza política. As doutrinas religiosas pertencem ao mundo invisível que não conhecemos tão bem e do mesmo modo”.

Este foi o principal fruto das batalhas que não foram vencidas e da consequente situação em que os dois antagonistas consentiram virtualmente em recuar para suas posições já conquistadas. Havia ainda muito fervor religioso

de ambos os lados, mas de um modo sutil e não declarado, esse fervor ia se subordinando progressivamente a motivos mundanos, especialmente ao patriotismo e à ganância.

Enquanto isso, embora não observado por um longo período, certo resultado do sucesso que o protestantismo tinha obtido — seu estabelecimento e entrenchamento contra a antiga religião — estava operando sob a superfície e iria

logo se tornar claro como a luz do sol. A cultura protestante, apesar de permanecer ainda por uma geração muito menor numericamente que a cultura católica, e mesmo mais pobre como um todo, tinha mais vitalidade. Ela começou numa revolução religiosa; o ímpeto daquela revolução continuou e a inspirou. Rompeu antigos laços e tradições que constituíram a estrutura da sociedade católica por centenas de anos. O tecido social da Europa foi dissolvido na cultura protestante de um modo mais completo que na católica, e essa dissolução liberou energias que o catolicismo tinha retido, especialmente a energia da competição.

Todas as formas de inovação foram naturalmente mais favorecidas na cultura protestante que na católica; ambas as culturas avançaram rapidamente nas ciências físicas, na colonização de terras distantes, na expansão da Europa pelo mundo

afora; mas os protestantes foram, em tudo isso, mais vigorosos que os católicos.

Tomemos um só exemplo: na cultura protestante (exceto em regiões remotas) o camponês livre, protegido pelos costumes antigos, declinou em número. Ele ia desaparecendo porque os antigos costumes que o protegiam contra o rico foram rompidos. Homens ricos adquiriam as terras; grande número de homens que antes possuíam fazendas agora não possuía nada. O moderno proletariado começava e as sementes do atual capitalismo foram semeadas. Podemos ver agora o mal que aquilo representava, mas na época isso significava que a terra estava sendo mais bem cultivada. Métodos científicos novos e melhores eram mais facilmente aplicados pelos ricos proprietários da nova cultura protestante do que pelo tradicional campesinato católico; e, sem nenhuma restrição à competição, os ricos proprietários triunfaram.

Também as interpretações tenderam a ser mais livres na cultura protestante do que na católica, pois não havia uma autoridade doutrinária única; e, embora a longo prazo isso estivesse fadado a levar a um colapso da filosofia e de todo pensamento sólido, seus primeiros efeitos foram estimulantes e vitalizantes.

Mas o grande e principal exemplo do que estava acontecendo depois da ruptura da unidade católica europeia foi o surgimento do sistema bancário.

A usura era praticada em todo lugar, mas na cultura católica ela estava limitada porque era praticada com dificuldade. Na cultura protestante ela se tornou

coisa corriqueira e natural. Os comerciantes protestantes holandeses foram os pioneiros do sistema bancário moderno; a Inglaterra foi a próxima a seguir o caminho; e essa é a razão pela qual pequenas nações protestantes começaram a adquirir formidável potencial econômico. Seus capitais e créditos móveis continuaram a crescer em relação às suas riquezas totais. O espírito mercantil floresceu vigorosamente entre os holandeses e ingleses, e a admissão universal da com-

petição continuou a favorecer o crescimento do lado protestante da Europa.

Todo esse crescimento do poder protestante começava a se tornar claro uma geração depois da Paz de Westfália (1648-1650 a 1720). Já não era mais subconsciente, mas consciente, e era sentido em toda parte, à medida que o primeiro terço do século XVIII progredia. Antes do final do século, havia um sentimento no ar de que, embora o catolicismo ainda mantivesse antigos tronos, com toda a sua glória tradicional, e mostrasse força — a Coroa Imperial, os Estados Papais, a Monarquia Espanhola com seus enormes domínios além-mar, a esplêndida Monarquia Francesa — ainda assim, o futuro pertencia aos protestantes: o protestantismo, para usar uma frase moderna, estava “se dando bem”.

Ademais, a confiança estava do lado protestante e o lado católico estava

abatido. Um último fator estava grandemente a favor da cultura protestante: o declínio do sentimento religioso continuava em toda parte desde 1750, e esse declínio não feriu, a princípio, a sociedade protestante tanto quanto a católica.

Na sociedade católica, ele dividiu os homens amargamente. O cético era aí o inimigo de seu pio contrerrâneo. Os franceses, em alguma medida os italianos, muito mais tarde os espanhóis — mas os franceses como pioneiros — estavam divididos entre si, enquanto que na cultura protestante diferenças de opinião e ceticismo eram comuns. Os homens os encaravam como coisas naturais. Assim, isso levava a cada vez menos animosidades pessoais e divisão social.

Essa força interna da cultura protestante foi mantida até os tempos modernos e somente agora tem começado a se enfraquecer, através do efeito desintegrante de uma falsa filosofia.

Um pouco mais de 150 anos atrás, mas menos de duzentos anos — digamos, entre 1760 e 1770 — já devia estar claro para qualquer observador cuidadoso da nossa civilização que estávamos entrando num período em que o lado anticatólico, das duas metades em que a cristandade se partiu, estava prestes a se tornar a parte principal. A cultura protestante estava prestes a atingir a supremacia e a manter, talvez, por um longo período. De fato, não só a manteve, como aumentou seu domínio por mais do que uma geração — por algo em torno de cem anos. Então — mas não antes — de nosso tempo — ela começou a declinar.

Os sinais externos ou políticos desse crescimento protestante eram o contínuo crescimento financeiro e do poder militar e naval daquele lado da Europa. O comércio inglês expandiu-se rapidamente; a Holanda continuou a incrementar seu sistema bancário e, mais importante, a Inglaterra começava a dominar a Índia. Do ponto de vista militar, os protestantes alemães produziram um novo e formidável exército, o prussiano, com uma forte disciplina coroada por vitórias.

Algo que havia de ter um grande efeito — a esquadra britânica — se tornou muito mais poderosa que qualquer outra frota, e sob sua proteção o comércio e o controle inglês sobre todo o Oriente cresceu continuamente. Por terra, a Prússia começou a ganhar batalhas e campanhas; esse sucesso não foi contínuo, mas consolidou uma tradição contínua, e seu rei-soldado, Frederico II, foi um dos grandes generais da história.

Ao mesmo tempo, a cultura católica declinava neste mesmo campo político.

A Áustria, isto é, o poder do imperador católico entre os alemães, diminuía seu poder; assim acontecia com o vasto Império Espanhol, que incluía então a maior parte da América.

Esses sinais externos de crescente poder protestante e de declínio do poder da cultura católica não foram senão efeitos de algo espiritual que estava acontecendo internamente. A Fé estava desmoronando.

A cultura protestante era imune ao crescimento do ceticismo. O declínio da aderência dos homens às antigas doutrinas da cristandade não enfraquecia a sociedade protestante. A tendência mental geral naquela sociedade era de que todo homem era livre para julgar por si mesmo e a única coisa que se repudiava e que não se admitia era a autoridade de uma religião comum.

Uma religião comum é da natureza da cultura católica, e assim o crescente declínio da crença foi ali devastador. Destruíu a autoridade moral dos governos católicos, que estavam intimamente relacionados à religião, e isso ou lançou um tipo de paralisia sobre o pensamento e a ação, como aconteceu na Espanha ou, como aconteceu na França, dividiu violentamente os homens em dois campos, o clerical e o anticlerical.

Mesmo assim, apesar de conseguirmos hoje ver o que estava acontecendo no século XVIII, o homem daquele tempo não conseguia. A Inglaterra, com seu poder marítimo, dominou a Índia; a Prússia tinha se estabelecido como uma forte potência; mas ninguém previu que a Inglaterra e a Prússia iriam eclipsar a cristandade. A Índia iria produzir riqueza e poder para aqueles que a iriam explorar e, usando-a como base, iriam estabelecer seu poder comercial e bancário por todo o Oriente. A Prússia iria absorver os alemães e desferir uma Europa.

A Inglaterra (também por meio de seu poder naval) tomou a colônia francesa do Canadá; mas ninguém naqueles dias dava muita importância a colônias, exceto como fonte de riquezas para a pátria-mãe, e o Canadá nunca tinha sido isso para a França. Mais tarde, quando a Inglaterra perdeu suas colônias na América do Norte e elas se tornaram independentes, isso foi erroneamente considerado um golpe de morte para o poder inglês no mundo.

Poucos previram o que a nova república da América do Norte iria significar para o futuro; sua vasta e rápida expansão e a sua imensa riqueza reforçaram a posição da cultura protestante no mundo. Só muito mais tarde foi que certa proporção de imigrantes católicos modificou de alguma forma essa posição, mas mesmo assim, os Estados Unidos permaneceram, durante seu extraordinário crescimento, uma sociedade essencialmente protestante.

No final do século XVIII, entrando pelo século XIX, vieram as Guerras Napoleônicas. Elas também aumentaram a força do protestantismo e enfraqueceram ainda mais a cultura católica. Fizeram isso indiretamente, pois as questões então imediatas eram tão mais excitantes e tão mais diretamente ligadas às preocupações dos homens que este efeito final e profundo foi pouco apreciado.

Até hoje há poucos historiadores que analisam a derrota de Napoleão em termos das duas culturas europeias contrastantes. A Revolução Francesa foi um movimento anticlerical e Napoleão, que foi seu herdeiro, não era um católico praticante e não se pode dizer que tenha voltado à Fé senão em seu leito de morte. Tampouco, apesar de todo o seu gênio, ele percebeu que a diferença religiosa está na raiz da diferença cultural, pois a geração a que pertencia não tinha qualquer concepção desse juízo profundo e universal.

Contudo, é verdade que se Napoleão tivesse tido sucesso, a cultura preponderante da Europa teria sido católica. Seu império se aliou – inclusive matrimonialmente – com a antiga tradição católica da Áustria, dando paz à Igreja e pondo fim aos perigos revolucionários e teria nos proporcionado uma Europa unida e estável que, apesar do amplamente difundido racionalismo nas classes mais ricas, teria, como um todo, retornado à tradição católica.

Napoleão, entretanto, simplesmente fracassou; e fracassou por ter calculado mal suas possibilidades na invasão da Rússia.

Depois de seu fracasso, o processo de declínio já há muito tempo em ação na cultura católica, continuou por todo o século XIX. A Inglaterra, com a derrota de Napoleão, foi capaz de expandir-se ininterruptamente por meio de seu agora não só inquestionável, mas invencível poder naval. Não havia nenhum adversário contra esse poder fora da Europa. O Império Espanhol, já muito deca-

dente, foi destruído, em larga escala pelos esforços da Inglaterra, que desejava um comércio desimpedido com a América do Sul e Central. A Inglaterra tomou pontos estratégicos em todo o globo, alguns dos quais se tornaram sociedades locais consideráveis, a princípio chamadas colônias, mas agora, “domínios”.

A Prússia, com a derrota de Napoleão, se tornou a potência principal dos alemães; ela anexou a população católica do Reno e se tornou o adversário

triumfante da Casa de Habsburgo-Lorena, o imperador de Viena. A França começou uma sequência de experimentos políticos e subsequentes fracassos, na raiz dos quais estava a profunda divisão religiosa dos franceses.

A Itália não era unificada e o esforço de unificação estava sendo feito por anticatólicos. De fato, é uma das mais interessantes ironias da história a de que a grande potência que a Itália é agora teve sua origem na simpatia que a Europa protestante sentia pelas rebeliões italianas originais contra o rei católico de Nápoles e contra a autoridade dos Estados Papais.

Durante a maior parte de uma geração depois da derrota de Napoleão, outro grupo de importantes acontecimentos surgiu contra a cultura católica. Foi a série de vitórias esmagadoras obtidas pela Prússia no campo de batalha entre 1866 e 1871. Nesses cinco anos, a Prússia destruiu o poder militar da Áustria católica e criou um novo império germânico no qual os católicos foram cuidadosamente isolados da Áustria e formaram uma minoria que tinha a Berlim protestante como seu centro de gravidade. A Prússia também derrotou repentinamente e completamente o exército francês, tomou Paris e anexou o que quis do território francês.

Este último acontecimento, a Guerra Franco-Prussiana²⁴, foi o mais importante de todos, e poderia muito bem ter causado o fim da cultura católica na Europa por meio do estabelecimento da República Parlamentar Francesa (que ia de mal a pior nas leis e na moral) e da deterioração da confiança dos franceses em si mesmos. O novo regime na França começou a arruinar a civilização francesa e a aumentar indefinidamente a facção anticatólica, que obteve e manteve o poder sobre o povo francês. Ademais, como resultado da guerra, a Inglaterra se tornou ainda mais forte no Oriente, tomando o lugar da França no domínio do Egito, usurpando a custódia do Canal de Suez (que os franceses tinham acabado de construir antes da derrota final) e na conquista de Chipre.

²⁴ Esta guerra teria um profundo impacto na vida dos Belloc. Fugindo dela, a família Belloc mudou-se provisoriamente para a Inglaterra, terra de Bessie, mãe de Hilaire. Depois que a guerra terminasse a família voltaria para a França. Neste ínterim Louis Belloc, o pai de Hilaire, morreu e Bessie decidiu, então, morar permanentemente com seu pai. [N. do T.]

A Itália estava agora unida, mas fraca e desprezada. O poderio da Espanha e de Portugal tinha atingido um estágio que parecia além de qualquer esperança de recuperação; com a França despedaçada por lutas religiosas e tendo o pior tipo de político profissional no poder, com o sol da Áustria em seu ocaso, com a Prússia a pleno vapor, com os Estados Unidos agora se recuperando de sua Guerra Civil e com um poder e coerência jamais vistos — rapidamente se tornando o país mais rico do planeta, com uma população em rápida expansão — parecia natural que a cultura católica seria vencida em seu campo de batalha. A cultura protestante tornara-se o líder da civilização ocidental.

A situação era evidente não somente no campo político, mas também no econômico. A nova máquina que transformava a vida em todo lugar, as novas e rápidas comunicações de pensamento, bens e homens foram principalmente produto da cultura protestante. As nações de cultura católica não conseguiam competir com as nações protestantes nessas áreas.

Assim também acontecia com as instituições; a instituição do Parlamento pelos ingleses, que surgiu e foi mantida sob condições aristocráticas por uma classe governante, foi imitada em muitos lugares. Ela era completamente inadequada para sociedades com um forte sentimento de igualitarismo, mas era tal o prestígio da Inglaterra que os homens copiavam as instituições inglesas sob todos os ângulos.

Enquanto isso, o que poderia ser propriamente chamado de teste do destino da cultura católica, a Irlanda parecia dar sinais da ruína final de sua cultura. Metade da população irlandesa, há muito sem a posse de suas terras, passava fome; a riqueza da Irlanda católica caiu tão rapidamente quanto subiu a da Inglaterra, e ninguém imaginava que a Irlanda, depois das horrorosas experiências do século XIX, poderia ressurgir dos mortos novamente.

O Papa tinha sido despojado de suas rendas pela tomada de seus Estados e era agora prisioneiro no Vaticano, com todo o espírito do novo governo italiano, seu aparente soberano, cada vez mais oposto à religião. O sistema educacional da Europa se tornava cada vez mais divorciado da religião, e nos grandes países católicos ou se rompu ou caiu em mãos anticatólicas.

É muito difícil dizer quando muda a maré nos grandes processos da história. Mas uma regra pode ser sabiamente aplicada; a mudança da maré chega mais cedo do que os homens consideram, julgando pelos fenômenos superficiais. Qualquer grande sistema — o altamente centralizado Império Romano Ocidental, o Império Espanhol, o período de domínio turco do Oriente, o período das monarquias absolutas na Europa Ocidental — realmente começou seu declínio

muito antes do observador externo conseguir notar qualquer mudança. Por exemplo, até 1630 os homens ainda estavam falando e pensando a respeito do poder espanhol como a maior coisa do mundo; e na verdade ele recebera o sopro da morte na Holanda, uma geração antes, e foi depois da Batalha de Rocroi (19 de maio de 1643) que ele começou a sangrar vagarosamente até a morte.

Assim aconteceu e acontece com a hegemonia protestante sobre nossa cultura, com a liderança protestante e anticatólica da civilização ocidental. A maré mudou. Mas qual foi o momento da mudança? Quando aconteceu a "calmaria"?

É difícil fixar a data, mas uma regra universal reza que, na dúvida entre duas datas, a anterior é preferível.

Muitos colocariam os anos 1899-1901, a fatídica Guerra dos Bôeres, como o ponto de mutação. Alguns o colocariam mais tarde. Eu fixaria este ponto em torno dos anos 1885-1887. Parece-me que um observador universal, não polarizado pelo sentimento patriótico, fixaria aquele momento — ou no máximo 1890 — como o ponto de inflexão da curva. Os poderes protestantes estavam aparentemente em seu auge; mas uma reação estava sendo preparada e na próxima geração ela deveria se tornar aparente.

Quaisquer que tenham sido as causas e as datas a serem fixadas (certamente algo entre 1885 e 1904) a maré estava mudando. Não estava mudando no sentido da restauração da cultura católica como líder da Europa, muito menos no sentido da reestruturação da Igreja Católica como o espírito daquela cultura; mas as ideias e as coisas que constituíram a todo-poderosa cultura oposta estavam se deteriorando. Esse declínio moderno da hegemonia protestante e sua sucessão por uma ameaça completamente nova — e uma nova reação católica contra essa ameaça — descreverei agora.

Qualquer que seja a data que consideramos para o apogeu do poder da cultura protestante, quer digamos que seu declínio começou antes de 1890, quer digamos que ele não é anterior a 1904²⁵, não há dúvida de que depois desta data — em outras palavras, nos primeiros anos do século XX — a supremacia da cultura protestante estava ameaçada.

As várias heresias protestantes, sobre as quais essa cultura foi fundamentada, e o espírito geral de todas essas heresias combinadas estavam em declínio; assim, seu fruto, a hegemonia protestante sobre a Europa e o mundo ocidental, estava também em declínio. O protestantismo estava sendo estrangulado em

²⁵Foi o ano da mudança diplomática pela qual a Inglaterra decidiu, de sua longa aliança com a Prússia protestante, se tornou, com muita apreensão, uma aliada da França católica. [N do A.]

suas raízes, em sua raiz espiritual; portanto, os frutos materiais da árvore estavam começando a murchar.

Quando estudamos detalhadamente o processo desse velado declínio da supremacia da cultura protestante, descobrimos dois conjuntos de causas. O primeiro e aparentemente o menos importante (de grande importância talvez sob o ponto de vista da prosperidade), foi certa recuperação de confiança numa

parte (mas somente numa parte) das nações de cultura católica e, ao mesmo tempo, uma revitalização do ensino católico.

Politicamente, não havia nenhuma reação contra a antiga força da cultura católica; era justamente o contrário. A Irlanda continuava a declinar em população e riqueza, e estava agora mais sujeita do que nunca ao poder protestante. A Polônia não poderia, aparentemente, ter esperança de uma ressurreição. As divisões dentro da própria cultura católica atingiam seu pior estágio. Na França (que era o ponto chave de tudo) a luta entre a Igreja e seus inimigos passou a ser encarada como natural e a vitória desses inimigos parecia também natural. A religião estava se extinguindo nas escolas primárias. Grandes massas de camponeses estavam perdendo sua fé ancestral; e com o declínio da religião veio o declínio na arquitetura e nas artes — e pior de tudo, nas letras. A antiga lucidez de pensamento francesa começou a se tornar confusa. Não havia nenhum renascimento na Espanha e a Itália, sob um poder parlamentar maçônico e com as diferenças em seus vários distritos, era outra província de cultura católica que se enfraquecia.

Mas já era aparente algum renascimento da religião nas classes mais ricas em todas as nações de cultura católica.

Isso pode parecer pouco, pois as classes ricas são uma pequena minoria; mas elas influenciavam as universidades e assim a literatura e a filosofia. Onde uma geração antes qualquer um lhe diria que o catolicismo não conseguiria reaparecer na Universidad de Paris, havia sinais evidentes de que ele iria ser encarado muito seriamente. Em tudo isso o grande Papa Leão XIII teve um papel preponderante, seguido, mais tarde, do Cardeal Mercier. Santo Tomás de Aquino estava sendo reabilitado e a Universidade de Lovaina se tornou um foco de energia intelectual irradiante para toda a Europa Ocidental.

Mesmo assim, vou repetir, tudo isso tinha menor importância do que o declínio da cultura protestante desde dentro. A cultura católica continuou a ser dividida; não havia sinais de retorno a sua grandeza do passado; e apesar das sementes da recuperação tanto da Irlanda quanto da Polônia terem sido semeadas (a Irlanda, através da recuperação de suas terras por seus tenazes camponeses),

ninguém poderia prever — tal como a maioria não consegue ainda perceber — um fortalecimento geral da cultura católica em toda a nossa civilização.

Houve grandes conversões, como sempre; houve algo ainda mais significativo, grupos inteiros de homens eminentes, tais como os Brunetière na França, que se tornaram cada vez menos simpáticos ao ateísmo e agnosticismo, e que, sem se declararem católicos, eram claramente simpáticos ao lado católico. Mas

eles não influenciavam a corrente principal; o que provocou realmente a mudança foi a grande fraqueza interna da cultura protestante em contraposição à cultura católica. Foi esse declínio do oponente da Igreja que começou a transformar a Europa e preparar os homens para uma nova grande mudança, que chamarei (apenas para dar-lhe um nome a fim de estudá-la mais tarde) “a fase moderna”.

A cultura protestante entrou em declínio por diversas causas internas, todas provavelmente conectadas, embora seja difícil descobrir a conexão; todas provavelmente procedentes do que os médicos chamam de condição “auto-intoxicante” da cultura protestante. Dizemos que um organismo se torna “auto-intoxicante” quando começa a se envenenar, quando perde o vigor em seu processo vital de acumular secreções, que continuamente drena suas energias. Algo

desse tipo estava acontecendo na cultura protestante, próximo do fim do século XIX e início do século XX.

Essa foi a causa geral do declínio protestante, mas sua ação foi vaga e de difícil percepção; sobre as causas particulares do declínio, seremos mais claros e específicos a seguir.

Em primeiro lugar, a base espiritual do protestantismo se espedaçou com o descrédito da suprema autoridade da Bíblia. Esse descrédito foi o resultado daquele mesmo espírito de inquirição cética em que o protestantismo sempre se baseou. Esse espírito começou ao se dizer: “Eu nego a autoridade da Igreja: todo homem deve examinar a credibilidade de cada doutrina por si mesmo.” Mas, ao mesmo tempo e de forma ilógica, esse juízo apoiava-se na doutrina católica da inspiração divina da Escritura. Aquela grande massa de folclore, poesia, história tradicional e sabedoria em forma proverbial dos judeus que chamamos Antigo Testamento, aquele corpo de registros da Igreja primitiva que chamamos Novo Testamento, a Igreja Católica declarou como sendo divinamente inspirado. O protestantismo, como sabemos, virou a própria doutrina da Igreja contra ela própria e apelou para a Bíblia contra a autoridade católica.

Assim, a Bíblia — o Antigo e o Novo Testamentos combinados — se tornou um objeto de culto em si mesmo na cultura protestante. Havia uma grande clivagem e mesmo paganismo no ar antes do final do século XIX nas nações protes-

tantes; mas a massa de suas populações, tanto na Alemanha quanto na Inglaterra e Escandinávia, e certamente nos Estados Unidos, se ancoravam na interpretação literal da Bíblia.

Pois bem, pesquisas históricas, físicas e de crítica textual, estavam abalando essa atitude. A cultura protestante começou a se encaminhar para outro extremo; a partir da adoração do próprio texto da Bíblia como sendo algo imutável e mesmo a clara voz de Deus, ela começou a duvidar de quase tudo que a Bíblia continha.

Questionava-se a autenticidade dos quatro Evangelhos, particularmente os dois escritos pelas testemunhas oculares da vida de Nosso Senhor e mais especificamente o de São João, a principal testemunha da Encarnação.

Chegou-se a negar o valor histórico de quase tudo do Antigo Testamento antes do exílio babilônico; negava-se todo milagre ou profecia contidos na Bíblia.

Que um documento contivesse uma profecia era tido como prova de que deveria ter sido escrito depois do evento profetizado. Cada texto inconveniente era taxado como uma interpolação. Em resumo, quando este espírito (que era produto do próprio protestantismo) desacreditou a Bíblia completamente – o próprio fundamento do protestantismo – não sobrou nada do protestantismo, exceto uma massa de ruínas.

Houve também outro exemplo de como o espírito do protestantismo destruiu suas próprias fundações, mas num campo diferente – o da economia.

O protestantismo produziu a competição livre, permitindo a usura e destruindo as antigas salvaguardas do pequeno proprietário – as corporações e as associações das vilas.

Em muitos lugares onde era poderoso (e especialmente na Inglaterra), o protestantismo destruiu totalmente o campesinato. Produziu o industrialismo moderno e sua forma capitalista; produziu o sistema bancário moderno, que finalmente dominou a comunidade; mas não muito mais que uma geração de experiência com o capitalismo industrial e com o poder usurário dos banqueiros foi suficiente para mostrar que nem um nem outro poderiam continuar. Eles alimentaram grandes males sociais, até que os homens, sem perceberem a causa primeira desses males (que é evidentemente espiritual e religiosa), os consideraram insuportáveis.

Mas a riqueza e o poder político da cultura protestante, que se baseavam nessas instituições, estavam agora sendo desafiados.

O capitalismo industrial e o poderoso e usurário sistema bancário constituíam a própria força da civilização protestante do século XIX. Triunfaram especialmente na Inglaterra vitoriana. No momento em que escrevo estas palavras,

eles ainda são superficialmente todo-poderosos – mas cada um de nós sabe que suas horas estão contadas. Apodreceram por dentro e, com eles, a hegemonia protestante que tão poderosamente apoiaram nas gerações imediatamente anteriores à nossa.

Houve ainda outra causa do enfraquecimento e do declínio da cultura protestante: suas várias partes começaram a se desentender. Isso era previsível num

sistema baseado na competição e no orgulho humano. Cada uma das várias sociedades protestantes – notadamente a britânica e a prussiana – estava convencida de sua própria superioridade. Mas não se podem ter duas ou mais raças superiores.

Esse estado de auto-adoração levou necessariamente ao conflito entre os auto-adoradores. Eles poderiam concordar em desprezarem a cultura católica, mas não conseguiriam preservar a unidade entre eles.

O problema se tornou pior por uma falta inerente de planejamento. A cultura protestante tendo começado por exagerar o poder da razão humana, estava terminando por abandonar a razão humana. Ela se gabava de sua dependência dos instintos e até da sorte. Não havia frase mais comum nos lábios de um inglês protestante que esta: “Não somos uma nação lógica.” Cada grupo protestante era o “País escolhido por Deus” – o favorito de Deus – e, de uma forma ou de outra, fadado a chegar ao topo sem se preocupar com um esquema para sua própria conduta.

Nada mais fatal, a longo prazo, para um indivíduo ou para uma grande sociedade que essa dependência cega de uma sorte assegurada e um igualmente cego desprezo por processos racionais. Isso abre as portas a muitas extravagâncias, materiais ou espirituais; a concepções de domínio do universo, poder mundial etc., que têm efeitos equivalentes a venenos mortais.

Tudo isso combinado levou ao grande colapso que ocorreu em 1914, mas cujo início pode ser localizado três anos antes, pelo menos; pois foi três anos antes da eclosão da Grande Guerra que as nações começaram a preparação para o conflito.

Na Grande Guerra, todo o antigo estado de coisas se desmoronou. As instituições da hegemonia protestante – o controle social pelos bancos, a expansão da usura por meio de empréstimos internacionais, todo o sistema industrial baseado na competição, a descontrolada exploração de um vasto proletariado por uma pequena classe de capitalistas – sobreviveram apenas precariamente, ancoradas em todo tipo de subterfúgio, e isso somente em umas poucas sociedades. Em grande parte de nossa civilização, essas coisas desapareceram rapidamente. A principal instituição política que acompanhou a hegemonia

protestante – parlamentos compostos de políticos profissionais que se denominavam “representantes” – seguiu o mesmo caminho. Nossa civilização entrou num período de experimentos políticos, incluindo despotismo, cada um dos quais pode ser, e provavelmente será, efêmero, mas todos eles são, de qualquer modo, uma completa ruptura com o passado recente.

O antigo mundo, no qual uma cultura católica dividida e confusa era ofuscada por uma triunfante e poderosa cultura protestante, não existia mais. Mas deve-se notar que essa ruptura do antigo fenômeno anticatólico, a cultura protestante, não nos tra nenhum sinal de ser seguido por uma hegemonia da cultura católica. Não há sinal, até agora, de uma reação em direção ao domínio das ideias católicas – a completa restauração de Fé, única coisa que pode ainda salvar a Europa e toda a nossa civilização.

Quase sempre acontece que, quando você se vê livre de um mal, outro insuspeitado lhe aparece; e isso acontece agora com a ruptura da hegemonia protestante. Estamos entrando numa nova fase, “a fase moderna”, como eu a chamo, em que problemas muito diferentes são enfrentados pela Igreja Eterna e um inimigo muito diferente desafiará sua existência e a salvação do mundo que depende dela. Tentaremos analisar a seguir o que é essa fase moderna.

A FASE MODERNA



Aproximamo-nos do maior de todos os momentos.

A Fé está agora na presença, não de uma particular heresia como no passado — a ariana, a maniqueísta, a albigense, a dos muçulmanos — nem tampouco na presença de certa heresia generalizada, como foi a revolução protestante de três ou quatro séculos atrás. O inimigo que a Fé tem agora de enfrentar, e que pode ser chamado “o ataque moderno,” é um assalto integral aos fundamentos da Fé — à existência mesma da Fé. E o inimigo que agora avança contra nós está cada vez mais consciente do fato de que não pode haver neutralidade na luta. As forças agora se opõem à Fé para *destruí-la*. A batalha se dá, daqui em diante, sobre uma linha divisória bem definida, envolvendo a sobrevivência ou a destruição da Igreja Católica. E *toda* — não apenas uma parte — de sua filosofia.

Sabemos, sem dúvida, que a Igreja Católica não pode ser destruída. Mas o que não sabemos é a extensão da área em que sobreviverá, seu poder de sobrevivência ou o poder do inimigo de empurrar cada vez mais suas linhas de defesa até que possa parecer que o Anticristo tenha chegado e a questão final esteja para ser decidida. Esta é a luta que o mundo tem diante de si.

Para os muitos que não nutrem simpatia pelo catolicismo, que herdaram a animosidade do antigo protestantismo contra a Igreja (embora o protestantismo doutrinal esteja agora morto) e que pensam que qualquer ataque contra a Igreja deve, de uma forma ou de outra, ser uma boa coisa, a luta já surge como um ataque futuro ou presente contra o que chamam de “cristianismo”.

Encontraremos pessoas de todos os matizes dizendo que o movimento bolchevista (por exemplo) é “definitivamente anticristão” — “que se opõe a toda

forma de cristianismo” – e deve merecer a “resistência de todos os cristão, não importando a Igreja particular a que cada um pertença,” etc.

Tal tipo de escrito ou discurso é fútil, pois não significa nada definido. Não há uma *religião* chamada “cristianismo” – nunca houve tal religião.

Há e sempre houve a Igreja e várias heresias surgidas da rejeição de algumas das doutrinas da Igreja por homens que ainda desejam reter o resto de seu

ensinamento e de sua moral. Mas nunca houve e nunca haverá uma religião geral cristã, professada por homens que aceitam algumas doutrinas centrais, ao mesmo tempo em que diferem a respeito de outras. Sempre houve, desde o começo, e sempre haverá a Igreja e diversas heresias destinadas ao declínio, ou, como o islamismo, a crescer como uma religião diversa. De um cristianismo comum, nunca houve e nem nunca poderá haver uma definição, pois isso nunca existiu.

Não há nenhuma doutrina essencial com uma característica tal que, tendo nos colocado de acordo sobre ela, possamos diferir quanto ao resto. Por exemplo, não é possível aceitar a imortalidade, mas negar a Trindade; ninguém poderia considerar-se cristão e negar a unidade da Igreja cristã ou negar a presença de Jesus Cristo no Santíssimo Sacramento; nem considerar-se alegremente cristão, ao mesmo tempo que nega a Encarnação.

Não; a luta é entre a Igreja e a “anti-Igreja” – a Igreja de Deus e a do “Anti-deus” – a de Cristo e a do Anticristo.

A verdade está se tornando dia a dia tão óbvia que dentro de alguns anos será universalmente admitida. Eu não intitulo o ataque moderno de “Anticristo” – embora, em meu íntimo, acredite que este seja seu verdadeiro nome. Não, não o chamo assim porque pareceria, no momento, exagerado. Mas o nome não importa. Quer se chame “ataque moderno” ou “Anticristo”, ele é o mesmo; há uma clara distinção entre a custódia da moral, tradição e autoridade católicas de um lado, e de outro, o esforço ativo de destruí-las. O ataque moderno não nos tolerará. Tentará nos destruir. Tampouco podemos tolerá-lo. Devemos destruí-

-lo como sendo o inimigo ardente e totalmente armado da Verdade pela qual o homem vive. O duelo é até a morte.

Os homens às vezes chamam o ataque moderno de “um retorno ao paganismo”. Essa definição é verdadeira se entendermos por paganismo a negação da verdade católica: da Encarnação, da imortalidade do homem, da unidade e personalidade de Deus, da responsabilidade direta do homem perante Deus e de todo o corpo de pensamento, sentimento, doutrina e cultura que está contido na palavra “católico”. Então, neste sentido, o ataque moderno é um retorno ao paganismo.

Mas há mais de um paganismo. Há um paganismo do qual todos nós viemos — o nobre e civilizado paganismo da Grécia e de Roma. Há o paganismo bárbaro das tribos selvagens germânicas, eslavas etc. Há o paganismo degradado da África e o paganismo alienado e desesperado da Ásia. Com o de todos eles foi possível trazer os homens para a Igreja universal, qualquer novo paganismo rejeitando agora a Igreja seria provavelmente muito diferente dos paganismos para os

quais a Igreja era ou é desconhecida.

Um homem subindo a montanha pode estar no mesmo nível que outro descendo; mas eles estarão em caminhos diferentes e terão destinos diferentes. Nosso mundo, vindo do antigo paganismo da Grécia e de Roma em direção à consumação da cristandade e de uma civilização católica da qual todos somos herdeiros, é o exato oposto do mesmo mundo que deixa a luz de sua religião ancestral e desliza para a escuridão.

Sendo assim, examinemos o ataque moderno — o avanço anticristão — e distingamos sua natureza particular.

De início, descobrimos que ele é materialista e supersticioso.

Há aqui uma contradição lógica, mas a fase moderna, o avanço anticristão, abandonou a razão. Está preocupada com a destruição da Igreja Católica e a civilização que ela criou. Não se preocupa com aparentes contradições dentro de seu próprio corpo, contanto que a aliança global seja unificada para o extermínio de tudo aquilo pelo qual até agora vivemos. O ataque moderno é materialista porque em sua filosofia só considera causas materiais. É supersticioso somente como uma consequência secundária desse estado mental. Nutre em sua superfície os tolos caprichos do espiritualismo, o contra-senso vulgar da “ciência cristã,” e sabe Deus quantas outras fantasias. Mas essas tolices são alimentadas, não pela fome de religião, mas pela mesma raiz que fez o mundo materialista — por uma incapacidade de entender a principal verdade: de que a fé é a raiz do conhecimento — por pensar que nenhuma verdade pode ser apreendida senão pela experiência direta.

Assim, o espiritualista se vangloria de suas manifestações demonstráveis e seus variados rivais presumem de suas claras provas diretas, mas todos concordam de que a Revelação deve ser negada. Já foi bem observado que nada é mais impressionante do que o modo em que todas as práticas modernas semirreligiosas concordam com isso — que a Revelação deve ser negada.

Devemos então considerar que o novo avanço contra a Igreja — que talvez se prove como o último avanço contra ela, o qual é, de qualquer forma, o único inimigo moderno que conta — é fundamentalmente materialista. É materialista em sua leitura da história e, acima de tudo, em seus propósitos de reforma social.

Sendo ateu, é sua característica repudiar a razão humana. Tal atitude parece, de novo, uma contradição nos termos, pois se negamos o valor da razão humana, se dizemos que não podemos, por meio da nossa razão, chegar a qualquer verdade, então nem esta afirmação pode ser verdadeira. Nada pode ser verdadeiro e nada do que se diz tem valor. Mas esse ataque moderno (que é mais que uma heresia) é indiferente à autocontradição. Meramente afirma.

Avança como um animal, contando apenas com sua força. De fato, pode-se observar de passagem, que isso pode muito bem ser a causa de sua derrota final — pois até agora a razão derrotou todos os seus oponentes — e o homem doma a fera por meio da razão.

De qualquer forma, aí está o ataque moderno em sua característica principal, materialista e ateu; e sendo ateu, é necessariamente indiferente à verdade. Pois Deus é a Verdade.

Mas há (como o maior dos gregos antigos descobriu) certa Trindade indissolúvel de Verdade, Beleza e Bondade. Não se pode negar ou atacar uma dessas três sem, ao mesmo tempo, negar ou atacar as outras duas. Portanto, com o avanço desse novo e terrível inimigo contra a Fé e toda a civilização que ela produziu, está se avizinando não só o desprezo pela beleza, mas um ódio a ela, e imediatamente após nos chega um desprezo e ódio à virtude.

Os mais ingênuos, os convertidos ao inimigo menos maliciosos, falam vagamente de um “reajustamento, um novo mundo, uma nova ordem”; mas não nos dizem de início, tal como o senso comum demanda, sobre quais princípios essa nova ordem será erigida. Não definem o fim que têm em vista.

O comunismo (que é apenas uma manifestação, provavelmente passageira, desse ataque moderno) afirma ser direcionado a certo bem, a saber, a abolição da pobreza. Mas não nos diz por que isso deve ser um bem; não admite que seu esquema suponha a destruição de outras coisas que são também, pelo consenso comum da humanidade, boas: a família, a propriedade (que é a garantia da liberdade e da dignidade individual), o bom humor, a misericórdia e toda forma do que consideramos uma vida correta.

Dê a ele o nome que quiser, chame-o, como faço aqui de “o ataque moderno” ou como penso que os homens o chamarão, “o Anticristo”, ou chame-o pelo termo temporário e emprestado de “bolchevismo” (que é somente o termo russo para “ilimitado”), nós conhecemos bem o fenômeno. Ela não é a revolta dos oprimidos, não é o levante do proletariado contra a injustiça e a crueldade capitalista, ela é algo de fora, um espírito maligno se aproveitando da inquietação dos homens e de seu ódio contra condições injustas.

Agora essa coisa ba te à nossa porta. Em última análise, e le é, evidentemente, fruto da ruptura original de cristandade na Reforma. Começou com a negação de uma autoridade central e terminou dizendo ao homem que ele é autosuficiente e, em todos os lugares, construiu grandes ídolos para serem adorados como deuses.

Não é só no lado comunista que ele aparece, mas também em organizações que se opõem ao comunismo; nas raças e nações onde a mera força é colocada no lugar de Deus. Isso também constrói ídolos aos quais abomináveis sacrifícios humanos são feitos. Por meio disso, a justiça e a ordem certa das coisas são também negadas.

Tal é a natureza da batalha que agora travamos – e contra tais inimigos a posição da Igreja Católica hoje parece realmente débil.

Mas há certas forças a seu favor que podem levar afinal a uma reação, a partir da qual o poder da Igreja sobre a humanidade pode ser reconstituído.

Nas próximas páginas analisarei quais podem ser os resultados imediatos dessa nova e grande idolatria e depois discutirei a principal questão de todas, que é a seguinte: saber se o processo aponta para uma situação em que a Igreja se torne apenas uma fortaleza isolada que se defende com grande dificuldade, uma arca numa inundação que, embora não afunde o barco, cobre e destrói tudo o mais; ou se a Igreja recuperará talvez algo de seu poder passado.

O ataque moderno contra a Igreja Católica, o mais universal que ela sofreu desde sua fundação, progrediu a ponto de produzir formas sociais, morais e intelectuais que, combinadas, têm a silhueta de uma religião.

Embora esse ataque moderno, como disse, não seja uma heresia no antigo sentido do termo, nem uma síntese de heresias, tendo em comum o ódio à Fé (tal como foi o movimento protestante), ele é ainda mais profundo e suas consequências, ainda mais devastadoras que qualquer daquelas heresias. É essencialmente ateu, mesmo quando o ateísmo não é abertamente admitido. Considera o homem como autosuficiente, a oração como mera autosugestão e – um ponto fundamental – Deus como nada além de nossa imaginação, uma imagem do próprio homem lançada pelo homem no universo; um fantasma, uma coisa irreal.

Entre seus muitos e sábios pronunciamentos, o papa reinante²⁶ proferiu uma sentença, cujo profundo julgamento foi, no momento, muito marcante e que tem sido desde então poderosamente confirmado pelos eventos. O que ele disse foi que a negação de Deus esteve, no passado, confinada a um grupo com-

²⁶Pio XI [1922-1939].

parativamente pequeno de intelectuais, “mas agora essa negação ganhou amplitude e age em todos os lugares como uma força social”.

Este é o inimigo moderno; esta é a inundação crescente; a maior e, talvez, a luta final entre a Igreja e o mundo. Devemos julgá-lo principalmente pelos seus frutos; e esses frutos, apesar de ainda não estar em maduros, já são aparentes. E quais são eles?

Em primeiro lugar, estamos testemunhando um renascimento da escravidão, o resultado necessário da negação da liberdade quando essa negação vai um passo além de Calvino e nega a responsabilidade perante Deus tanto quanto a falta de poder no interior do homem. Duas formas de escravidão que estão gradualmente aparecendo e que amadurecerão mais e mais com o passar do tempo sob o efeito do ataque moderno contra a Fé são a escravidão ao Estado e às corporações privadas e indivíduos.

As palavras são hoje usadas tão frouxamente, há tal paralisia no poder de definição, que quase qualquer sentença que use frases comuns pode ser mal interpretada. Se eu dissesse “escravidão sob o capitalismo,” a palavra “capitalismo” significaria coisas diferentes para homens diferentes. Significa para um determi-

nado grupo de escritores (o que, confesso, significa para mim quando a uso) “a exploração da massa de homens ainda livres por alguns proprietários dos meios de produção, transporte e dinheiro”. Quando a massa de homens é despojada nada possui — se torna dependente dos proprietários; e quando esses proprietários estão em ativa competição para baixar os custos de produção, a massa de homens a quem eles exploram não somente não tem poder para tocar sua vida, mas sofre necessidades e insegurança.

Mas para outro homem, o termo “capitalismo” pode significar simplesmente o direito à propriedade privada; para outro pode ainda significar capitalismo industrial que trabalha com máquinas e se contrasta com a produção agrícola. Repetido, para que a discussão faça sentido, devemos definir claramente nossos termos.

Quando o Papa reinante, em sua Encíclica²⁷ falou do homem reduzido “a uma condição não muito longe da escravidão”, ele quis dizer simplesmente o que escrevi acima. Quando as famílias num Estado não possuem propriedades, então aqueles que antes eram cidadãos se tornam escravos. Quanto mais o Estado interfere para garantir condições de segurança e suficiência, quando mais regula os salários, provê seguro desemprego, plano de saúde, educação em geral assumindo o controle da vida dos assalariados, em benefício das compa-

²⁷ *Quadragesimo anno*, 1931

nhas e homens que empregam os assalariados — mais a condição de semi-escravidão é acentuada. E, se a situação continuar por, digamos, três gerações, ela se tornará tão completamente estabelecida como um hábito social e um padrão mental que não haverá dela escapatória nos países onde um Socialismo de Estado desse tipo tenha sido forjado e incrustado no corpo político.

Na Europa, a Inglaterra em particular (mas muitos outros países em menor grau) adotou esse sistema. Abaixo de certo nível salarial, um homem tem garantida uma subsistência mínima caso perca o emprego. Um salário desemprego é dado a ele pelas autoridades públicas às custas da perda de sua dignidade humana. Cada circunstância de sua família é examinada; ele fica ainda mais nas mãos dessas autoridades, quando desempregado, do que estava nas mãos de seu empregador, quando empregado. A coisa está ainda em transição; a massa de homens ainda não percebeu para qual objetivo ela tende; mas o desprezo pela dignidade humana, a potencial, senão a real negação da doutrina do livre arbítrio, tem levado, por uma consequência natural, ao que são as instituições semiservis. Estas se tornarão totalmente servis com o tempo.

Contra o mal do sistema salário-escravidão, há tempos foi proposto, e já está agora em pleno funcionamento, certo remédio. Seu nome mais breve é comunismo: escravidão ao Estado, muito mais avançada e integral do que a primeira forma, escravidão ao capitalismo.

Do moderno sistema “salário-escravidão” se pode falar apenas por meio de metáforas. O homem que trabalha por um salário não é completamente livre como o homem que possui uma propriedade; deve fazer o que o patrão manda e, quando sua condição não é de uma minoria ou mesmo de uma limitada maioria, mas de virtualmente toda a população, exceto uma porção relativamente pequena — a classe capitalista — a proporção da liberdade real em sua vida de fato é definhante — mesmo que exista legalmente. O empregado ainda não chegou ao status de escravo nas comunidades mais altamente industrializadas. Seu status legal é ainda o de cidadão. Em teoria, ainda é um homem livre que estabeleceu um contrato com outro homem para realizar certa quantidade de trabalho por certo salário. O homem que contrata pode estar ou não auferindo lucro desta contratação; o homem contratado pode estar ou não recebendo, na forma de salários, mais do que produz. Mas ambos são tecnicamente livres.

A primeira forma de mal social produzida pelo espírito moderno é mais uma tendência à escravidão do que uma escravidão real; chame-a, se quiser, de meia escravidão, quando se consideram grandes empreendimentos — enormes fábricas, corporações monopolistas etc. Mas isso ainda não é escravidão integral.

Mas comunismo é escravidão integral. É o inimigo moderno trabalhando a céu aberto, sem disfarces e a toda pressão. O comunismo nega a existência de Deus, nega a dignidade e, portanto, a liberdade da alma humana e abertamente escraviza os homens ao que chama de “Estado” – mas que é, na prática, um corpo de autoridades privilegiadas.

Sob o comunismo integral não haveria desempregados, tal como não há desempregados em uma prisão. Sob o comunismo integral não haveria necessitados ou pobres, exceto quando os mandantes da nação escolhessem matar os homens de fome ou dar-lhes vestimenta insuficiente, ou outro meio qualquer de oprimi-los. O comunismo gerenciado honestamente por autoridades sem as fraquezas humanas e devotadas a nada mais que o bem de seus escravos teria certas claras vantagens materiais em relação ao sistema de proletariado assalariado, sob o qual vivem milhões numa situação de semi-inanição, situação temida por outros milhões. Mas, mesmo assim gerenciado, o comunismo produziria seus benefícios apenas por meio de uma escravidão imposta.

Estes são os primeiros frutos do ataque moderno do laicismo social, os primeiros frutos que aparecem na região da estrutura social. Evoluímos, depois da fundação da Igreja, de um sistema social pagão em que a escravidão existia por toda parte, em que toda a estrutura da sociedade repousava sobre a instituição da escravidão. Com a perda da Fé, retornamos novamente a esta instituição.

O próximo fruto do ataque moderno contra a Igreja Católica é o fruto moral; que se estende claramente sobre toda a natureza moral do homem. E neste campo, sua estratégia até agora tem sido a de destruir toda forma de limitação imposta pela experiência humana agindo através da tradição.

Digo “até agora” porque em muitas áreas da moral essa rápida dissolução dos limites deve levar a uma reação. A sociedade humana não pode coexistir com a anarquia; novos limites e novos costumes surgirão. Assim, aqueles que consideram a ruptura atual da moral sexual como o principal efeito do ataque moderno contra a Igreja Católica estão provavelmente equivocados, pois isso não terá os resultados mais permanentes. Algum código, algum conjunto de regras, deve, pela natureza das coisas, surgir; mesmo se o antigo código for destruído neste aspecto. Mas há outros males que podem se tornar permanentes.

Para descobrir quais podem ser esses outros efeitos, temos um guia. Podemos analisar como os homens se comportavam antes que a Igreja criasse a cristandade. O que descobrimos de importante é que no campo moral uma coisa sobressaía no mundo não batizado: a indiscutível existência da crueldade. A cruel

dade será o principal fruto do ataque moderno no campo moral, tal como o renascimento da escravidão será seu principal fruto no campo social.

Aqui o crítico pode perguntar se a crueldade não foi uma característica dos antigos cristãos em maior grau do que ela é hoje. Toda a história de nossos dois mil anos não foi uma história de conflitos armados, massacres, torturas e horribéis execuções penais, saqueios de cidades e todo o resto?

A resposta a essa objeção é que há uma distinção capital entre a crueldade como exceção e a crueldade como regra. Se os homens aplicam punições cruéis, se usam o poder físico para obter efeitos, se deixam a violência correr solta como nas paixões da guerra e se tudo isso é feito em violação de suas próprias regras morais aceitas, isso é uma coisa. Mas se tudo é feito como parte de uma atitude mental integral considerada natural, isso é outra coisa.

Aqui se encontra a distinção radical entre essa nova e moderna crueldade e a esporádica crueldade das primeiras épocas cristãs. Não é a vingança cruel, não é a crueldade cometida no calor da luta, não é a crueldade da punição contra o mal reconhecido, não é a crueldade na repressão do que admitidamente deve ser reprimido, não é essa crueldade que é fruto de uma má filosofia; apesar de tais coisas serem excessos ou pecados, elas não provêm de uma falsa doutrina. Mas a crueldade que acompanha o abandono moderno de nossa religião ancestral é uma crueldade inata do ataque moderno; uma crueldade que é parte de sua filosofia.

A prova se encontra em que os homens não se chocam com a crueldade; ela lhes é indiferente. As abominações da revolução na Rússia e na Espanha são um exemplo disso. Não apenas os indivíduos dos próprios locais receberam o horror com indiferença, mas também os observadores distantes. Não há um clamor universal de indignação, não há um protesto suficiente, porque não há mais força na concepção de que o homem como homem é algo sagrado. A mesma força que ignora a dignidade humana ignora o sofrimento humano.

Digo novamente: o ataque moderno contra a Fé terá, no campo moral, milhares de frutos maus, e destes, muitos são aparentes hoje, mas a característica principal, aquela presumivelmente mais permanente, é a instituição generalizada da crueldade acompanhada do desprezo pela justiça.

A última categoria de frutos pelos quais podemos julgar o caráter do ataque moderno consiste no fruto que se encontra no campo da inteligência – o que esse ataque faz com a razão humana.

Quando o ataque moderno estava se formando, algumas gerações atrás, quando ainda estava confinado a um pequeno número de acadêmicos, o primeiro assalto contra a razão surgiu. No início, pareceu fazer um pequeno progresso

fora de um círculo restrito. O homem comum e seu senso comum (que são os sustentáculos da razão) não foram afetados. Hoje, são.

A razão é atualmente desacreditada em toda parte. O antigo processo de convicção por argumentação e prova é substituído por afirmações reiteradas; e quase todos os termos que eram a glória da razão carregam agora consigo uma atmosfera de desprezo.

Veja o que aconteceu, por exemplo, com a palavra “lógica”, com a palavra “controvérsia”; note as frases populares: “ninguém nunca foi convencido por argumentos”, ou “qualquer coisa pode ser provada”, ou ainda “isso pode ser correto em lógica, mas na prática é outra coisa.” O discurso dos homens está se tornando saturado de expressões que conotam desprezo pelo uso da inteligência.

Mas a Fé e o uso da inteligência estão inextricavelmente ligados. O uso da razão é a parte principal, ou melhor, o fundamento de toda a busca das coisas mais elevadas. Foi precisamente porque à razão foi dada essa autoridade divina que a Igreja proclamou os mistérios, ou seja, admitiu que a razão tem seus limites. Tinha de ser assim, senão os poderes absolutos da razão o levariam à exclusão de verdades que a razão devia aceitar mas não poderia demonstrar. A razão é limitada pelo mistério somente para acentuar mais a sua soberania em sua própria esfera.

Quando a razão é destronada, não somente a Fé é destronada (as duas subversões andam juntas) mas cada atividade moral e legítima da alma humana é destronada ao mesmo tempo. Não há Deus. Então, a expressão “Deus é Verdade” que a mente da Europa cristã usou como um postulado em tudo que fez, cessam de ter sentido. Assim também, ninguém pode analisar a justa autoridade de governo nem lhe impor limites. Na ausência da razão, a autoridade política que repousa simplesmente na força é ilimitada. E a razão se torna assim vítima, pois a própria Humanidade é o que o ataque moderno está destruindo em sua falsa religião da humanidade. Sendo a razão a coroa do homem e ao mesmo tempo sua marca distintiva, os anarquistas marcham contra ela como seus inimigos principais.

Assim trabalha e se desenvolve o ataque moderno. Quais são seus presságios para o futuro? Esta é a questão prática e imediata que todos temos à nossa frente. O ataque está agora suficientemente desenvolvido para que possamos fazer alguma ideia de qual poderá ser a próxima fase. Qual maldição cairá sobre nós?

Ou, de qual nova reação poderemos novamente nos beneficiar? Concluirei discorrendo sobre esta dúvida.

O ataque moderno está muito mais avançado do que se pensa. É sempre assim com grandes movimentos na história da humanidade. Este é ainda outro caso de “defasagem no tempo”. Um poder, às vésperas da vitória, parece estar apenas a meio caminho de seu objetivo – sendo até mesmo possível de ser enfrentado. Um poder no esplendor de suas energias iniciais parece aos seus contemporâneos um experimento precário.

O ataque moderno contra a Fé (o último e mais terrível de todos) avançou tanto que podemos fazer, de forma clara, uma afirmação de fundamental importância: uma de duas coisas deve acontecer, um de dois resultados deve se tornar definitivo e generalizado no mundo moderno. Ou a Igreja Católica (agora, rapidamente se tornando o único lugar onde as tradições da civilização são compreendidas e defendidas) será reduzida por seus inimigos modernos à impotência política, à insignificância numérica, e, sob o ponto de vista da apreciação pública, ao silêncio; ou a Igreja Católica reagirá, neste caso como no passado, mais fortemente contra seus inimigos do que estes são capazes de reagir contra ela; recuperará e estenderá sua autoridade, e reassumirá, uma vez mais, a liderança da civilização que ela construiu, e assim recuperará e resgatará o mundo.

Numa palavra, ou nós (do lado da Fé) nos tornamos uma ilha pequena e perseguida da humanidade, ou seremos capazes de clamar, ao final da luta, o antigo grito “*Christus imperat*”.

A conclusão humana normal em tais conflitos – a de que um ou outro combatente será subjugado e desaparecerá – não pode ser aceita. A Igreja não desaparecerá, pois a Igreja não é uma coisa mortal; é tão somente uma instituição entre os homens que não está sujeita à lei universal da mortalidade. Portanto, dizemos não que a Igreja possa ser varrida da face da terra, mas que pode ser reduzida a um pequeno grupo, quase esquecido em meio a um vasto número de seus oponentes e desprezada como uma coisa vencida.

Tampouco a alternativa pode ser considerada aceitável. Pois, embora esse grande movimento (que tão caracteristicamente lembra o avanço do Anticristo) possa ser repellido, e possa até mesmo perder suas características e morrer como o protestantismo morreu ante nossos próprios olhos, ainda assim não será o fim do conflito. Este pode ser o conflito final. Mas pode também haver dezenas de outros ainda, ou uma centena. Ataques contra a Igreja Católica sempre haverá, e nunca as querelas dos homens conhecerão uma completa unidade, uma paz e nobreza através da completa vitória da Fé. Pois se fosse assim, o Mundo não seria o Mundo, nem Jesus Cristo estaria em discordância com o Mundo.

Embora não em sua totalidade, mas apenas em sua grande parte, uma dessas duas coisas deve acontecer : a vitória católica ou a do Anticristo. O ataque moderno é tão universal e se move tão rapidamente que os homens agora muito jovens seguramente viverão para ver algo como uma decisão desta grande batalha.

Certos observadores modernos, muito perspicazes, da geração passada e desta, têm usado suas inteligências para tentar descobrir qual destino deve se

realizar. Um dos mais inteligentes dos católicos franceses, um judeu convertido, escreveu um trabalho para provar (ou sugerir) que a primeira das duas possibilidades constituirá o nosso destino. Ele contempla a Igreja nos seus últimos anos nesta terra vivendo separada. Vê a Igreja do futuro reduzida ao mínimo e deixada de lado na corrente geral do novo paganismo. Vê a Igreja do futuro dentro da qual haverá realmente intensa devoção, mas uma devoção praticada por um pequeno corpo, isolado e esquecido em meio a seus semelhantes.

Robert Hugh Benson escreveu dois livros, ambos notáveis e ambos analisando uma das possibilidades opostas. No primeiro, "O Senhor do Mundo," (*Lord of the World*, 1908) ele apresenta um quadro da Igreja reduzida a um grupo pequeno e errante, retornando, por assim dizer, às origens, com o Papa como

chefe dos Doze — e uma conclusão no Dia do Julgamento. No segundo (*Dawn of all*, 1911), imagina a completa restauração do organismo católico — nossa civilização restabelecida, revigorada, uma vez mais assentada e agasalhada na correta atitude mental; porque nessa nova cultura, apesar de repleta da imperfeição humana, a Igreja terá recuperado sua liderança sobre os homens e dará forma, uma vez mais, ao espírito da sociedade com proporção e beleza.

Quais são os argumentos a serem apresentados para ambos os cenários? Quais os fundamentos de uma tendência ou a outra?

Quanto ao primeiro cenário (o definhamento da influência católica, a redução de nosso número e valor político ao nível da extinção) há de ser notada uma crescente ignorância do mundo a nosso respeito, além da perda daquelas faculdades

pelas quais os homens poderiam apreciar o que significa o catolicismo e se servir disto para a própria salvação. O nível cultural, inclusive o sentido de passado, afunda visivelmente. A cada década o nível está mais baixo do que na precedente. Com esse declínio, a tradição está se rompendo e derretendo como neve ao final do inverno. Grandes blocos se desprendem vez por outra, derretem e desaparecem.

Em nossa própria geração, a supremacia dos clássicos se foi. Encontramos homens de influência, de todas as tendências, que se esqueceram de onde vieram; homens para quem o grego e o latim, as línguas fundamentais de nossa civilização, são incompreensíveis, ou, na melhor das hipóteses, curiosidades.

Os velhos que ainda vivem podem se lembrar da perturbadora rebelião contra a tradição; mas os mais jovens percebem apenas quão pouco sobrou contra que se rebelar, e muitos temem que, antes que morram, o corpo inteiro da tradição terá desaparecido.

Aquele espírito da fé foi, em grande parte, arruinado. Arruinado certamente para grande parte dos homens, todos admitirão. Isso é tão verdadeiro que

uma maioria (devo dizer uma ampla maioria) já não sabe mais o que significa a palavra fé. Para a maioria dos homens que a ouvem (em conexão com a religião), ela significa ou aceitação cega, ou afirmações irracionais, de lendas que a experiência comum rejeita, ou um hábito meramente herdado de imagens mentais que nunca foram testadas e que ao primeiro toque de realidade se dissolvem como sonhos que são. Todo o vasto corpo de apologética, toda a ciência da Teologia (a rainha exaltada acima de qualquer outra ciência) cessaram de existir para a massa dos homens modernos. A simples menção dos títulos das várias obras que tratam desses assuntos causa um efeito de irrealidade e insignificância.

Chegamos já a este estranho estágio — em que o corpo católico (que está já em minoria, mesmo na civilização ocidental) entende seus oponentes, mas seus oponentes não entendem a Igreja Católica.

O historiador poderia traçar um paralelo entre a diminuição do número de pagãos, ocorrida no quarto ou quinto século, e a do número de católicos, hoje em dia. Os pagãos, especialmente os educados e instruídos, cujo número então diminuía permanentemente, conheciam muito bem as altas tradições a que se ligavam e compreendiam (apesar de odiarem) aquele novo fenômeno, a Igreja, que crescera no meio deles e estava prestes a descartá-los. Mas os católicos, que estavam para suplantá-los, entendiam cada vez menos a mente pagã, negligenciavam suas grandes obras artísticas e consideravam demônios aos seus deuses. Assim hoje, a antiga religião é respeitada, mas ignorada.

As nações que por tradição são anticatólicas, que foram, um dia, protestantes e agora não possuem nenhuma tradição estável, têm estado a tanto tempo em ascendência, que consideram seus oponentes católicos como finalmente vencidos.

Por todos esses paralelos históricos e por todas as leis gerais que governam o surgimento e o declínio de organismos, se poderia concluir que o ativo papel do catolicismo nos assuntos do mundo teria acabado; que no futuro, talvez num futuro próximo, o catolicismo pereceria.

O observador católico negaria a possibilidade da completa extinção da Igreja. Mas ele deve também analisar os paralelos históricos; deve, frente a toda a alteração havida na mente do homem, tirar a trágica conclusão de que nossa

civilização, que já não é mais cristã, perderá completamente a tonalidade cristã. O futuro provável é um futuro pagão, e um futuro pagão com uma nova e repulsiva forma de paganismo: poderoso e onipresente com toda a sua repulsividade.

Por outro lado, há considerações menos óbvias mas que chamam a atenção dos mais atentos e instruídos nas coisas do passado e na experiência da natureza humana.

Em primeiro lugar, há o fato de que, ao longo dos séculos, a Igreja reagiu fortemente impulsionando sua própria ressurreição nos momentos dos mais profundos perigos.

A luta contra o Islã chegou muito perto; ela quase nos afundou. Somente a reação armada na Espanha, seguida pelas Cruzadas, impediu o completo triunfo dos muçulmanos. O ataque violento dos bárbaros, os piratas do norte, as hordas de mongóis, trouxe a cristandade para muito próximo da destruição. Mesmo assim, os piratas do norte foram expulsos, derrotados e batizados à força. O barbarismo dos nômades orientais foi derrotado finalmente; muito tardiamente, mas não tarde demais para salvar o que pudesse ser salvo. O movimento chamado Contrarreforma se contrapôs ao até então triunfante avanço

dos hereges do século XVI. Mesmo o racionalismo do século XVIII foi, em seu próprio terreno e em sua própria época, enfrentado e repellido. É verdade que ele alimentou algo pior que si próprio; algo do que agora sofremos. Mas houve reação; e aquela reação foi suficiente para manter a Igreja viva e mesmo para recuperar elementos de poder que se acreditava ter perdido para sempre.

Reação sempre haverá; e há, a respeito da reação católica, certa vitalidade, certo modo de aparecimento com uma força inesperada, através de novos homens e novas instituições. A história e a lei geral do surgimento e do declínio orgânico levam, em suas linhas mais gerais, à primeira conclusão, ao rápido fenecimento do catolicismo no mundo; mas a observação do caso particular da Igreja Católica não leva a tal conclusão. A Igreja parece ter uma vida orgânica e inata muito incomum: um modo de ser único e poderes de ressurgimento que lhe são peculiares.

Observemos agora este fato muito interessante: as mentes mais poderosas, mais agudas e mais sensíveis do nosso tempo²⁸ estão claramente inclinadas ao catolicismo.

Elas são, pela própria natureza, uma pequena minoria, mas são uma minoria de um tipo muito poderoso nos afazeres humanos. O futuro não é decididamente

²⁸1938. [N. do F.]

pelo voto; é decidido pelo crescimento das ideias. Quando poucos homens, donos dos melhores pensamentos e sentimentos e também da maior capacidade de expressão, começam a mostrar uma nova tendência em direção a isto ou aquilo, então isto ou aquilo tende a dominar no futuro.

Desta nova tendência de simpatia para com o catolicismo — e, no caso dos mais corajosos, adicionada à capacidade de assumir riscos, aceitar a Fé e se auto-

proclamarem dela defensores — não há a menor dúvida. Mesmo na Inglaterra, onde os sentimentos tradicionais contra o catolicismo são tão fortes e universais e onde toda a vida da nação se une em hostilidade à Fé, as conversões que chamam a atenção do público são continuamente aquelas dos homens que lideram em termos de ideias; e notem que para cada um que abertamente admite sua conversão, há dez, pelo menos, que voltam sua atenção para o modo católico, que preferem a filosofia católica e seus frutos a quaisquer outros, mas que se retraem frente aos pesados sacrifícios envolvidos numa admissão pública.

Finalmente, há uma consideração muito importante e talvez decisiva: embora a força social do catolicismo esteja declinando em todo o mundo em número, certamente, e também em quase todos os outros fatores, o conflito entre o

catolicismo e o novo fenômeno pagão (a destruição de toda a tradição, a ruptura com nossa herança) está agora claramente marcado.

Não há, como havia há bem pouco tempo, uma fronteira heterogênea de confusão e penumbra, que conversava confiantemente e se referia a si própria com o vago título de “cristã” e que falava com confiança de alguma religião imaginária chamada “cristianismo”. Não. Já existem hoje dois campos muito distintos a serem logo marcadamente expostos como branco e preto: a Igreja Católica de um lado e, de outro, os oponentes do que foi até aqui nossa civilização.

Os soldados se alinham como para uma batalha; e apesar de tal divisão clara não significar que um dos lados vencerá, ela significa que uma questão concreta foi finalmente definida; e em matéria de questões concretas, tanto uma causa boa como uma má têm melhores possibilidades de triunfar do que na confusão.

Mesmo os mais equivocados e ignorantes, quando falam vagamente de “Igrejas” usam hoje uma linguagem que soa vazia. A última geração podia falar, nos países protestantes pelo menos, de “igrejas”. A geração atual não pode. Não há muitas igrejas; há uma. Ela é a Igreja Católica de um lado e seu mortal inimigo de outro. A lista está completa.

Assim, estamos agora na presença da questão mais tremenda que já se apresentou à mente do homem. Assim, estamos numa encruzilhada, da qual o futuro de nossa raça dependerá.

NOTA BIOGRÁFICA E BIBLIOGRÁFICA SOBRE HILAIRE BELLOC

Hilaire Belloc nasceu na França, numa pequena cidade ao lado de Versailles, próxima a Paris, chamada La Celle-Saint-Cloud, em 27 de junho de 1870. Seu nome de batismo foi Joseph Hilaire Pierre René Belloc. Depois da adolescência, ele adotou como nome, simplesmente, Hilaire Belloc.

Sua mãe, Bessie Belloc (cujo nome de solteira era Elizabeth Rainer Parker), era escritora e seu pai, Louis Belloc, advogado, filho do pintor francês Jean-Hilaire Belloc.

Louis morreu quando Belloc tinha apenas dois anos de idade e depois da morte do marido, Bessie Belloc mudou-se com a família para a Inglaterra. “Não tivesse Louis morrido tão cedo, Hilaire Belloc teria sido francês com mãe inglesa e não inglês com pai francês”, escreve Robert Speaight em seu livro *The Life of Hilaire Belloc*, J. B. Morton, EUA, 1957.²⁹

Mesmo depois da infância e adolescência na Inglaterra, Hilaire Belloc ainda sentia uma forte ligação com a França, o que o fez prestar o serviço militar na França de 1891 a 1902.

Na infância, Hilaire estudou na escola católica em Fécamp, onde o padre de Oratória fundada pelo Cardeal John Henry Newman. Mais tarde, foi para a Faculdade Balliol, da Universidade de Oxford, formando-se em História, com distinção máxima. Nesta faculdade, ele se tornou presidente do *Oxford Union*, o clube de debates da universidade, quando então estabeleceu sua reputação de debatedor brilhante, mas um pouco destemperado. H. G. Wells dizia que “debater com o Sr. Belloc é

²⁹O obra que recomendo a quem quiser aprofundar sobre a vida desse grande católico do século XX. [N. do T.]

como discutir com uma tempestade de granizo”. Essa metáfora atmosférica já tinha sido usada antes em relação à combatividade de Belloc que, na infância, era chamado de “*Old Thunder*” (Velho Trovão).

Uma grande decepção de sua vida universitária, apesar da formatura com distinção, foi não ter conseguido um cargo de professor no *Soul College*, em Oxford. Ele atribui esse fracasso ao fato de ser católico. Conta-se que na entrevista para o

cargo, colocou à sua frente uma estatueta da Virgem Maria, o que o teria prejudicado. Esse incidente diz muito do preconceito a um católico, que só cresceu desde então. Mas há outra coisa que fica clara: a Universidade do século XX, esta instituição criada pela Igreja, se afastou cada vez mais de suas origens, até se tornar, com a desculpa de um sofisticado laicismo, completamente não só atea, mas anticatólica.

Depois de formado, Belloc conheceu e se tornou amigo de H. G. Wells, G. Bernard Shaw e G. K. Chesterton. Os quatro ficaram conhecidos como “os quatro maiores” das letras da era eduardiana.

Com Chesterton, ele iria consolidar uma ligação tão forte que Shaw falava de certo “monstro bifforme Chesterbelloc”. Apesar dessa forte ligação, havia muitas diferenças. Como diz Speaight na obra citada anteriormente, “as diferenças entre Chesterton e Belloc eram, pelo menos, tão interessantes quando as similaridades. De fato, o que é notável, na longa história da influência deles sobre a vida inglesa, é que dois homens de temperamentos tão diversos, tenham concordado em todas as questões mais importantes”.

Belloc se casou em 1897 com a americana Elodie Agnes Hogan, a quem conheceu em 1890. Enquanto cortejava sua futura esposa, Belloc viajou a pé do meio-oeste americano até a Califórnia, onde Elodie morava. Pelo caminho, ia pagando pela estadia, em fazendas e pensões, fazendo desenhos dos proprietários e recitando poesia. Esse lado andarilho de Belloc é responsável por uma de suas obras-primas: “O caminho para Roma”. Esse livro é um diário de sua peregrinação a pé, saindo da cidade de Toul, a leste de Paris, perto de Nancy, onde ele prestou serviço militar, até Roma. O título não deixa de ter um significado de conversão: caminhar até Roma, a Sé de Pedro. Conversão esta tão necessária, na visão de Belloc, para uma Europa cada vez mais afastada de suas raízes civilizacionais. Ele dizia: “A Europa é a Fé e a Fé é a Europa”

Com Elodie teve cinco filhos antes que ela falecesse em 1914. Ele não se casou novamente.

Nesse mesmo período, ele teve uma experiência política, de 1906 a 1910, como deputado do Partido Liberal no parlamento britânico. Conta-se que, interrompendo um dos seus discursos de campanha, alguém perguntou se ele era

papista. Tirando um terço de seu bolso, respondeu: “Senhor, eu assisto a Missa todos os dias que posso e me ajoelho toda noite para rezar o terço. Se isso o ofende, peço a Deus que me livre da indignidade de representá-lo no Parlamento.” A audiência aplaudiu vibrantemente e ele ganhou a eleição. No entanto, Belloc se desiludiu com a política partidária, que abandonou para sempre.

A admissão clara e sem rodeios de sua fé dá bem a dimensão da personalidade

de Belloc. Ele foi poeta, ensaísta, político, jornalista, polemista e, sobretudo, historiador. Mas em tudo que fez e escreveu, ele foi, acima de qualquer coisa, católico.

Sua obra é monumental. Até 1909, ele tinha escrito 28 livros. Desta fase, sobressaem: *Robespierre* (1901); *The path to Rome* (“O caminho para Roma”, 1902); os poemas infantis *Cautionary tales for children* (1907) e o livro de ensaios *On nothing and kindred subjects* (1908). De 1910 a 1919, foram 30 livros. Os principais são: *The French Revolution* (“A Revolução Francesa”, 1911); *The servile State* (“O Estado servil”, 1912), livro de economia distributivista, e *History of England* (“História da Inglaterra”, 1912), em 11 volumes. De 1920 a 1929, apareceram mais 36 livros. São destaques: *Europe and the Faith* (“A Europa e a Fé”, 1920); *Economics for Helen* (“Economia para Helen”, 1924); Um complemento ao livro *Outline of History*³⁰ do Sr. H. G. Wells (1926); *Mr. Belloc still objects* (“As objeções do sr. Belloc ainda persistem”, 1926), uma resposta ao livro-resposta de H. G. Wells, *As objeções do sr. Belloc*; *The Catholic Church and History* (“História e a Igreja Católica”, 1926); *Oliver Cromwell* (1927); *James II* (1928); *Richelieu* (1929). De 1930 a 1939, a produção de Belloc foi de 43 livros, dentre os quais se destacam: *Joana D’Arc* (1930); *Napoleão* (1932); *The restoration of property* (“A restauração da propriedade”, 1936); *The Crusades: the world’s debate* (“As Cruzadas: um debate mundial”, 1937); *The great heresies* (“As grandes heresias”, 1938); *The Church and socialism* (“A Igreja e o socialismo”, 1938). Somam-se a estes mais 12 livros até sua morte e algumas obras póstumas. O resultado é algo em torno de 150 livros.

Para quem escreveu tanto e sobre tão amplos assuntos e, sobretudo, para quem defendeu, com unhas e dentes, a Igreja Católica numa época de um racionalismo exacerbado e de um cientificismo mais ou menos onipresente, ele comprou muitas e variadas brigas. Sua posição sobre as Cruzadas e o Islã, suas opiniões sobre os judeus, lhe renderam muitas acusações.

No entanto, suas intuições sobre os acontecimentos, em parte baseadas em sua análise histórica precisa, sempre foram fenomenais. “Quase todas as tendências

³⁰ Além de um debate saboroso com Belloc, este livro de Wells provocou outra resposta, esta de Chester ton, que é uma de suas obras-primas: “O homem eterno”.

políticas dos últimos cem anos — o Terceiro Reich, o estado de bem-estar social que nos é tão familiar, a socialização da agricultura, os massacres incessantes no Oriente Médio, o *jihad* islâmico, a revolução sexual e a tecnologia genética de ‘cientista louco’ — foram previstas por Belloc”. Estas são palavras de R. J. Stove, em *Why Belloc still matters?*, *The American Conservative*, edição de janeiro de 2003.

Sobre este livro, talvez sejam oportunas duas observações. A primeira é sobre o conceito geral de heresia que, já no início, o autor deixa bem claro. Desse conceito, Belloc deduz o de heresia no sentido particular, ou seja, heresia religiosa, heresia contra a Igreja Católica. A ideia é preñhe de significados e em torno dela gira todo o desenvolvimento da obra. A segunda observação que se impõe, como consequência lógica do conceito de heresia, é a de que não existe o que se convencionou chamar de cristianismo. Existem a Igreja e seus inimigos. Poderia se dizer, e Belloc não o diz explicitamente, que o próprio conceito de cristianismo, este conjunto de doutrinas que uniria católicos e outros tantos grupos não-católicos, já é em si uma heresia. Isso é notável, pois atinge o âmago da ideia de “ecumenismo”, tão difundida mesmo dentro da própria Igreja. Há de se notar ainda que a posição de Belloc neste aspecto o coloca do lado oposto a muitos pensadores eminentes, dois dos quais, também escritores ingleses, são C. S. Lewis e Paul Johnson. O primeiro escreveu um livro em que tenta explicar exatamente o que é o mero cristianismo (*Mere Christianity*), o segundo escreveu a história da coisa (*História do Cristianismo*). Com essas duas ideias em mente, o leitor poderá apreciar mais profundamente todas as dimensões desta obra fundamental.

Em reconhecimento ao seu trabalho como escritor católico, o Papa Pio XI condecorou Belloc com a Grande Cruz da Ordem de São Gregório, em 1934. Neste mesmo ano, a Universidade de Oxford finalmente reconhece o valor de Belloc e lhe outorga o grau de Mestre em Artes.³¹ Belloc também teve a distinção de ser o único — ao lado de Winston Churchill — a ter seu retrato exibido na *National Portrait Gallery* ainda em vida.

Belloc faleceu em 16 de julho de 1953, dias antes de seu 84º aniversário, quando, cochilando ao lado de uma lareira, caiu sobre as chamas e não se recuperou das graves queimaduras que teve.

Belo Horizonte, no ano de 2008, no dia de São Clemente.

Antônio Emílio Angueth de Araújo

³¹ Este título acadêmico guardava, na época, ainda um apropriado tom clássico e medieval. As artes do título lembravam as artes liberais, do *trivium* do *quadrivium*. O título era equivalente ao de Doutor em Filosofia.

